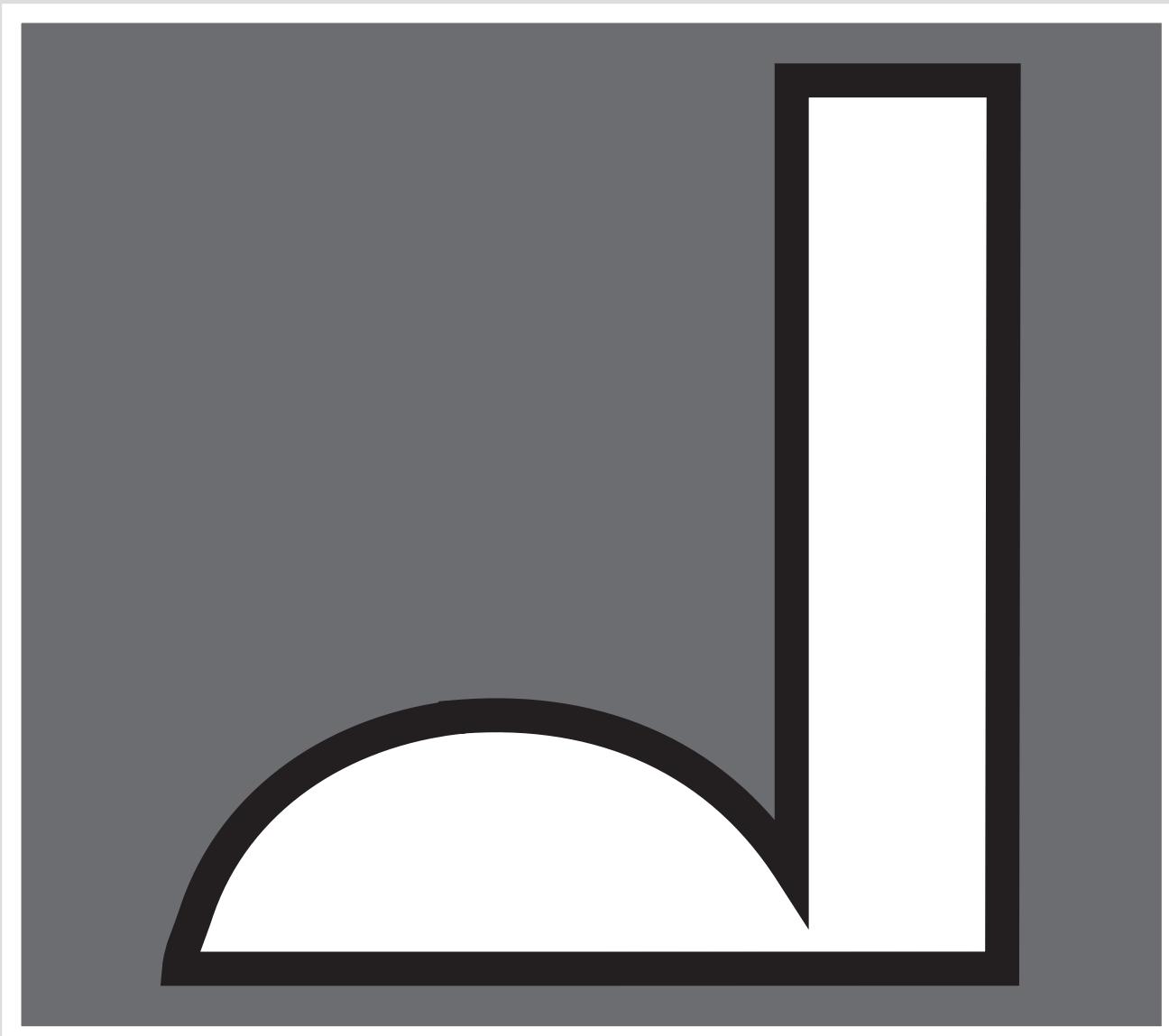




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - N° 24 - SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta	LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella Vice-Líder – PL Aelton Freitas	Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias Vice-Líder (vago)
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1 LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe Vice-Líder – PSB (vago)	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 18 José Agripino Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio	LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra - PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre a autoria de projetos de lei aos quais tenham sido oferecidos substitutivo. 05237

Autuação do Aviso nº 6, de 2005-CN (nº 230/2005-SGS-TCU, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 212, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria no Programa de Trabalho 26.782.0220.2834.0043 que trata de obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul. (TC nº 003.901/2004-3)..... 05237

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 52/2005, de 11 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004 (Medida Provisória nº 145/2003), o qual autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências, sancionado e convertido na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. 05237

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 163, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais, antes da Comissão constante do despacho inicial..... 05237

Nº 164, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao jornalista catarinense Cyro Barreto, agraciado com o Prêmio MG Turismo..... 05237

Nº 165, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao jornalista catarinense Beto Barreiros, agraciado com o Prêmio MG Turismo..... 05238

Nº 166, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao cientista político e professor Cândido Mendes pela outorga, recebida da Sorbonne no último dia 10 de março, do título de Doutor Honoris Causa. 05238

Nº 167, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 05238

1.2.4 – Ofício

Nº 266/2005, de 17 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para comporem a Comissão de Educação. Designação do Senador Sérgio Zambiasi e da Senadora Ana Júlia Carepa, como Titular e Suplente, respectivamente, para comporem a referida Comissão..... 05238

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Pesar pelo falecimento de Colombo Neto no Estado do Piauí. Críticas à política de juros altos praticada pelo governo federal..... 05239

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como líder – Congratulações ao Exército brasileiro, em nome do Estado do Rio de Janeiro, pela adesão ao mutirão em prol da melhoria da qualidade do atendimento médico naquele Estado. 05241

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Análise de documento da ONU, que constata as condições em que vivem os habitantes de quilombos, tribos indígenas e sem-terra no Estado de Mato Grosso. 05243

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Posicionamento contrário à autonomia do Banco Central, destacando matérias jornalísticas sobre o tema, publicadas no *Jornal do Brasil*. 05247

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Homenagem à memória do ex-Deputado Federal Luís Eduardo Magalhães. Necessidade de um maior aprofundamento no estudo da questão da autonomia do Banco Central. 05250

SENADOR JONAS PINHEIRO – Discussão hoje na Comissão de Agricultura, com a presença do Ministro Roberto Rodrigues, da atual turbulência do agronegócio brasileiro. Premência de investimentos do governo para a melhoria da infra-estrutura rodoviária nacional.	05252	Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda –FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	05269
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Audiência agendada com o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Severino Cavalcanti, objetivando agilizar a tramitação de projeto de lei de autoria da Sr. Heloísa Helena, que dispõe sobre o custeio público a pacientes do SUS que se deslocam de suas cidades para buscarem tratamento em outros centros. Críticas à política monetária levada a cabo pelo Banco Central.	05254	Item 2 Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Apreciação sobrestada.	05269
SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Visita do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina, ocasião em que S. Exa. Prometeu recursos para minorar os efeitos da estiagem que afetou a agricultura daquele Estado.	05256	Item 3 Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). Apreciação sobrestada.	05269
SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Necessidade da expansão das refinarias de petróleo no Nordeste brasileiro.	05258	Item 4 Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuitade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. Apreciação Sobrestada.	05270
SENADOR ALMEIDA LIMA – Homenagens pelo transcurso do aniversário da cidade de Aracajú. Visita, amanhã, do Presidente Lula à capital de Sergipe.	05260	Item 5 Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. Apreciação sobrestada.	05270
SENADOR PAULO PAIM – Felicitações à Câmara dos Deputados pela votação da “Pec paralela”, demonstrando suas expectativas de que a matéria tenha rápida tramitação no Senado Federal.	05261	Item 6 Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). Apreciação sobrestada.	05270
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Iniciativa do PFL em fazer uma enquete com os internautas sobre quais dos atuais ministros deveriam deixar o cargo, a propósito da discussão da reforma ministerial.	05263	Item 7 Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário). Apreciação sobrestada.	05270
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Defesa da instalação das CPI do caso Waldomiro Diniz e das privatizações do ex-governo Fernando Henrique Cardoso.	05268		
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de			

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.....** 05270

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. **Apreciação sobrestada.....** 05270

Item 10

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 15 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 16

Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 17

Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Apreciação sobrestada.....** 05271

Item 18

Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.....** 05272

Item 19

Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.....** 05272

Item 20

Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.....** 05272

Item 21

Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. **Apreciação sobrestada.....** 05272

Item 22

Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.....** 05272

Item 23

Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o

desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma.

Apreciação sobrestada. 05272

Item 24

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05272

Item 25

Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Apreciação sobrestada. 05272

Item 26

Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 05272

Item 27

Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Apreciação sobrestada. 05272

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Importância do debate, pela sociedade, da reforma universitária brasileira. 05273

SENADORA IDELI SALVATTI – Relatos sobre a visita do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina. 05276

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações acerca do pronunciamento do Sr. Cristovam Buarque. 05280

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Esclarecimentos ao pronunciamento do Sr. Heráclito Fortes. 05281

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Crítica aos gestores da política econômica do governo federal, pelo descaso com o agronegócio brasileiro. 05281

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Valorização das qualidades do País. 05284

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Importância da construção da Ferrovia Transnordestina. 05286

SENADOR MAGUITO VILELA, como Líder – Repúdio às agressões verbais sofridas por críticas feitas por S. Exa. à Operação Triunfo. 05289

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Cobrança da liberação de recursos federais

para a conclusão das obras do metrô de Belo Horizonte. 05292

1.3.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/11, de 2005 (nº 1/2005, na origem), de 3 de janeiro do corrente ano, do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro para compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor, em conformidade com o disposto no art. 103-B, II, e §§ 2º e 5º, da Constituição Federal. 05293

Recebimento do Ofício nº S/12, de 2005 (nº 164/2005, na origem), de 23 de fevereiro do corrente ano, do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Dr. Jirair Aram Meguerian, Juiz do Tribunal Regional da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B, VI e § 2º, da Constituição Federal. 05293

Recebimento do Ofício nº S/13, de 2005 (nº 165/2005, na origem), de 23 de fevereiro do corrente ano, do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação da Dra. Germana de Oliveira Moraes, Juíza da 3ª Vara da Seção Judiciária de Fortaleza/CE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, VII e § 2º, da Constituição Federal. 05293

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Transcrição, nos Anais da Casa, de artigos de sua autoria, publicados nos jornais **Diário de Cuiabá** e **A Gazeta**, dos dias 6 e 13 do corrente, intitulados “Treinador do Ibis” e “Perseguição Político”. Transcrição do artigo intitulado “A incompetência da Abin”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 14 do corrente. 05347

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem à Organização Odebrecht, que comemora 60 anos de fundação. 05350

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário ao artigo intitulado “Degradação política”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, do último dia 12 do corrente. 05350

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Reportagem do jornalista Otávio Cabral intitulada “Bem me quer, mal me quer”, publicada na revista **Veja** de 9 deste mês. 05353

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro de artigo intitulado “Gastos na alta Presidência”, de autoria da jornalista Regina Alvarez, publicado no jornal **O Globo**, de 14 do corrente. 05354

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro de artigo intitulado “O calote aos servidores públicos”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 13 do corrente. 05356

SENADOR *ALVARO DIAS* – Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Só um surto de anormalidade salva o Brasil”, de autoria do jornalista Josias de Souza. 05358

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 17-3-2005

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52^a LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.

Ata da 22^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de março de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária Da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Antero Paes de Barros, da Sra. Serys Slhessarenko
dos Srs. Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti e Francisco Pereira*

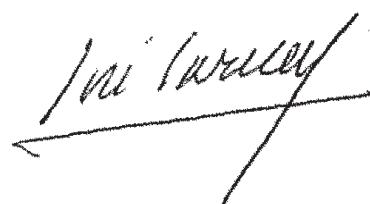
ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 10:00 HORAS

Período : 17/3/2005 07:48:54 até 17/3/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMOSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAQUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	



PMDB AP José Sarney

Compareceram: 60 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera o *Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre a autoria de Projetos de Lei aos quais tenha sido oferecido Substitutivo*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o **Aviso do Congresso Nacional nº 6, de 2005** (nº 230 – SGS – TCU na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cópia do Acórdão nº 212, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria no Programa de Trabalho 26.782.0220.2834.0043 que trata de obras destinadas à restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul (TC nº 003.901/2004 – 3).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 52/05

Brasília, 11 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004 (MPV nº 145/03), o qual “Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-

blica, convertendo-se na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da Lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente lido será juntado ao processado do PLV nº 2, de 2004, e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 163, de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais antes da comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, 17 de março de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 164, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao jornalista catarinense Cyro Barreto, agraciado com o Prêmio MG Turismo. Em sua décima quarta edição, o Prêmio MG Turismo homenageia pessoas e entidades que se destacaram no ano de 2004 em diversos setores de atividades, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do turismo, das artes, do direito, da hotelaria, da imprensa nacional e internacional, na aviação, na indústria, comércio e outros segmentos. O jornalista e Mestre em Direito Público, Cyro Barreto, receberá o prêmio do Ministro do Turismo, Walfredo Mares Guia, na categoria Melhor Jornalista especializado em Turismo, em solenidade a ser realizada em Belo Horizonte, neste 14 de março.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2005. – Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 165, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao catarinense Beto Barreiros, agraciado com o Prêmio MG Turismo. Em sua décima quarta edição, o Prêmio MG Turismo homenageia pessoas e entidades que se destacaram no ano de 2004 em diversos setores de atividades, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do turismo, das artes, do direito, da hotelaria, da imprensa nacional e internacional, na aviação, na indústria, comércio e outros segmentos.

Sala das Sessões, 17 de março de 2005. – Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 166, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao cientista político e professor Cândido Mendes pela outorga, recebida da Sorbonne no último dia 10 de março, do título de Doutor Honoris Causa. Trata-se de título submetido a avaliação rigorosa. Apenas três brasileiros foram agraciados com a honraria. O título será entregue pelo Dr. Bernard Bosredon, Presidente de Paris III – Universidade de Sorbonne, no Grand Salon.

Sala das Sessões, 17 de março de 2005. – Senadora **Ideli Salvatti**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 167, DE 2005

Nos termos do art. 255, II, e, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribui-

ção, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, 17 de março de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 266/2005 – GLDBAG

Brasília, 17 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Of. nº CE/20/2005, indico os Senadores Sérgio Zambiasi e Ana Júlia Carepa, para comporem, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão de Educação.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Sr. Senador Sérgio Zambiasi e a Srª Senadora Ana Júlia Carepa como titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.) – Srª Presidente, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, não vou pedir minha inscrição, porque estou inscrito. Mas quero manifestar a minha discordância e apresentar um protesto formal à Mesa pela decisão de convocar as sessões deliberativas de quinta-feira pela manhã.

Não temos tempo de trabalho nas comissões. Eu gostaria de estar presente na Comissão de Relações Exteriores, da qual sou membro titular, e estou impedido, porque estou inscrito e tenho um assunto importante sobre o qual falar. Não tenho o dom da ubiqüidade.

Regimentalmente, as sessões da quinta-feira são à tarde. Não há razão. Extraordinariamente, pode-se compreender a convocação pela manhã, mas, não havendo razão extraordinária, as sessões de quinta-feira devem ser à tarde.

Sra Presidente, sou do tempo em que, nesta Casa, havia sessão deliberativa até sexta-feira de manhã, trabalhava-se até sexta-feira. Depois, encurtou-se para quinta-feira à tarde. Agora, esse encurtamento ainda maior para quinta de manhã inviabiliza o trabalho das comissões, que é extremamente importante, razão pela qual apresento este protesto à Mesa, pedindo a V. Ex^a que encaminhe este ponto de vista e esta discordância na próxima reunião da Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sra Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, encaminharemos as notas taquigráficas sobre sua posição ao Senador Renan Calheiros, Presidente da nossa Casa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança após a Ordem do Dia e vou fazer chegar à Mesa o documento autorizativo.

A SRA. PRESIDENTE (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a está inscrita em primeiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, primeiro orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, Sra. Presidente, pela ordem.

Eu queria antes dar o meu apoio ao Senador Roberto Saturnino.

Aliás, quis Deus, Senadora Presidente, que eu usasse o microfone da bancada do Líder do PMDB. Deus escreve certo por linhas tortas. Sou o verdadeiro Líder, porque penso que sou o que mais representa os sentimentos verdadeiros do PMDB, de Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar e que dizia: “ouça a voz rouca das ruas”. Nunca disse: peça cargo, peça ministério, negocie.

Solidarizo-me com Saturnino, que aprendi a admirar quando Prefeito, ao tempo do Estado da Guanabara, um dos melhores prefeitos do Rio de Janeiro.

É um absurdo essa sessão de quinta-feira. Todos vêem no jornal. Ganhamos bem. Esse negócio de aumento desnecessário é para quem está com a vida

desregrada, porque, para mim e para Adalgisinha, está bom demais. O salário está muito bom, é vergonhoso até se falar em aumento, uma vez que tantos estão morrendo de fome. Vejam quantos estão presentes nesta quinta-feira. Isso fica feio. Por mais truque e imaginação que tenham os fabulosos técnicos da nossa televisão, a verdade não se esconde.

Vim do Piauí, onde se aprendia que é mais fácil tapar o Sol com uma peneira do que esconder a verdade. A verdade é que só estamos nós dois aqui, protestando, e a Senadora Serys Slhessarenko, representando a coragem, a beleza da mulher brasileira e a dignidade na Presidência. Gostaríamos de estar na Comissão de Relações Exteriores. Este é o horário das comissões. Como Boris Casoy diz, “isso é uma vergonha”.

Senador Roberto Saturnino, quero V. Ex^a como meu líder nesta causa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, encaminharemos as notas taquigráficas sobre sua posição ao Senador Renan Calheiros, Presidente da nossa Casa.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como primeiro inscrito, por 10 minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente Serys Slhessarenko, Srs e Srs. Senadores que estão em Brasília e no Brasil, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, ocupo a tribuna para fazer um discurso com tópicos estudados. E quis Deus V. Ex^a estar presidindo esta sessão, pois a mulher, ao longo da História, tem demonstrado mais sensibilidade.

Em nome do Piauí, Senador Roberto Saturnino, ocupo a tribuna. E para explicar meu sentimento, digo que todos nós gostamos de ler, a leitura é uma busca da sabedoria. Entre as leituras do mundo cristão, uma das mais aceitas é a da Bíblia. Outro dia, o colunista Diogo Mainardi disse que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não lê. Não creio. Sua Excelência deve ler pelo menos a Bíblia, o que é muito importante.

Mas, Senador Roberto Saturnino, hoje o Piauí está de luto. Perdeu um homem extraordinário. E eu falaria como Cristo, por parábolas, para dizer o que significaram Ibrahim Sued e Jacinto de Thormes para o Rio de Janeiro e o Brasil.

Cronista social moderno, passou a participar, com seus escritos, dos aspectos políticos e de desenvolvimento das sociedades parnaibana e piauiense.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, quis Deus que V. Ex^a simbolizasse o Direito, sendo um reviver de Rui Barbosa nesta Casa, por sua firmeza. Abraham Lincoln

disse: "Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito". É assim que defino V. Ex^a.

Senador Roberto Saturnino, um dos trechos que mais me encantam na Bíblia é o Eclesiastes, escrito pelo Pregador. Senador Mozarildo Cavalcanti, o Livro de Deus diz mais ou menos assim – cito para expressar meu sentimento de pesar e o do Piauí pela perda do jornalista Colombo Neto –: "Eu sou Coilé; ninguém tem mais sabedoria do que eu. Sou descendente de Davi e de Salomão. Meu avô e meu pai ensinaram-me sabedoria".

Quis Deus que aqui estivesse presente esse homem, representante de Deus nesta Casa, o Senador Marcelo Crivella. Repito o que disse o Pregador: "Eu sou Coilé. Tive mulheres mil, gado mais do que as estrelas no céu, terras que minha vista não alcançava, ouro, prata, caprinos. Ninguém entende as coisas mais do que, pela minha procedência. E o que tenho a dizer é: sob os céus tudo é vaidade, tudo é vaidade! Não vá se afadigar de trabalhar demais, que eu vi o resultado disso. Riquezas que caíram em mãos indevidas. Quantos genros, quantos filhos, quantos descendentes cometem a vaidade! Vou dar um ensinamento: o bom mesmo é beber bem, é comer bem, é fazer o bem e viver bem. É a felicidade. O resto é vaidade. Nascemos nus e morremos nus".

E elogio, Senador Marcelo Crivella, quando fala da mulher, da mulher do paraíso. Observe V. Ex^a a destinação. Lembre-se que de um candidato a senador e candidato a prefeito derrotado o povo fez presidente da República. A história pode se repetir em seu nome. Disse Coilé, Senador Roberto Saturnino: "Você vai ver que isso é verdade. Talvez seja como São Tomé neste momento. Não em uma boda, não em uma festa, não na euforia de um carnaval, mas na sentinela de um amigo". É o meu sentimento e o do povo do Piauí.

Eu gostaria de dizer, desta tribuna, onde tombou um Senador piauiense, Dirceu Arcoverde, que foi Governador, que tombou ontem o jornalista. Foi uma perda, mas deixou o exemplo. E minha vinda aqui é especialmente para registrar essa perda irreparável.

Ontem observei ressaltarem as qualidades – também ressaltei – de Luís Eduardo Magalhães, que herdou todos os amigos do pai e nenhum inimigo. Colombo Neto era assim. E Deus me presenteou, pois no fim de semana fui a um casamento e, na volta, dei carona a ele. Conversamos, como despedida. E resta aquela imagem.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não. Concedo o aparte ao Senador Marcelo Crivella, representante de Deus nesta Casa. Deus sabe das coisas.

Nós não sabemos de nada. Apenas digo que o Piauí empobreceu e o céu enriqueceu com a presença de Colombo Neto.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade de aparteá-lo. V. Ex^a sempre cita as palavras da Bíblia com muita propriedade. Em meu Estado, o Rio de Janeiro, é comum as pessoas me abordarem, telespectadores da TV Senado, dizendo que se lembram dos discursos de V. Ex^a. Entre eles, minha mãe, que possivelmente nos assiste agora. V. Ex^a lamenta a perda de um companheiro do Piauí. E clama, da tribuna, como João Batista no deserto, por um Brasil melhor, mais justo, onde as pessoas tenham mais emprego. Em 2003, 4 mil brasileiros foram presos ao entrar ilegalmente nos Estados Unidos. No ano passado, foram 8 mil. Ontem, estive com o Senador Cristovam Buarque e o Embaixador dos Estados Unidos. Em janeiro e fevereiro deste ano 20 mil brasileiros foram presos nos Estados Unidos ao tentar conseguir emprego. Vinte mil! V. Ex^a é da geração que conquistou a democracia, e mostrou que isso podia ser feito sem sangue. Minha geração ainda deve mostrar – a minha e a de muitos outros Senadores – que também sem sangue é possível conquistar a democracia social. A política, já conseguimos. V. Ex^a foi um artífice dela, o povo brasileiro reconhece. O povo de sua terra o reverencia, principalmente o de sua querida Parnaíba, cujo rio se abre em cinco braços e encontra-se com o Atlântico, formando uma mão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com certeza, santa.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Por essa razão, Senador Mão Santa, faço esta homenagem e digo que V. Ex^a tem razão. Também sem sangue precisamos conquistar a democracia social no País. E que V. Ex^a jamais se cale, que sua voz seja ouvida nos confins do Brasil, porque é justo seu clamor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço o aparte cristão do extraordinário Senador, e faço um pedido. A minha mãe, que está no céu, nunca disse que sou mão santa, Senador Roberto Saturnino, mas que sou filho de mãe santa, terceira franciscana. Senador Marcelo Crivella, peço que sua mãe me adote na terra, pois estou órfão. Gostaria de ter V. Ex^a como irmão, e o tenho.

Mas, agora, trataremos do assunto que nos traz à tribuna: os impostos e os juros, que estão na Bíblia. Tanto temos falado desse assunto aqui, falado para o deserto, como São João, como Cristo. E, para mostrar que não somos só nós, Senadora Serys Shhessarenko, Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas, diz que o problema do Brasil está na qualidade

do gasto público. “É preciso fazer chegar o dinheiro aos pobres. Além do mais, é preciso reduzir os juros, pois aí se gastaria menos com os juros e sobrariam recursos para os programas sociais”.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eduardo Giannetti da Fonseca, economista do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), diz que, “apesar de 40% da renda brasileira passar pelas mãos do Governo, a distribuição de renda continua das piores do planeta. Só pode haver uma conclusão: temos uma máquina infernal de concentração de renda”.

Rogério Mori, economista da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, diz que “o Governo pode cortar gastos sem comprometer políticas sociais e o investimento público”.

Luiz Gonzaga Belluzzo, economista da Unicamp, avalia que “o que impede a queda da carga tributária é a opção de política econômica feita pelo Governo, que engessa o Orçamento e exige juros em níveis altos”. Quando você tem que pagar 7% do PIB em juros por ano, você não está em uma posição muito confortável, mas o Governo recusa-se a admitir essa contradição”.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sr. Senador, V. Ex^a tem meio minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E é o suficiente. Cristo fez o Pai Nossa em um minuto e nos leva ao céu.

E eu terminaria mencionando a nossa experiência. Ó, Presidente Lula! Ó, Núcleo Duro! Não tem nenhum lá que foi prefeitinho, que foi governador. Eu fui!

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, sabe qual é o apelido do meu Secretário de Planejamento, César Fortes? Sorbonne. Sorbonne, Lula! O meu Secretário de Planejamento.

César Fortes, economista do Senado, diz que a palavra governo vem do grego e significa navegar. O papel do governo é navegar e não remar. E, parafraseando Ted Gaebler e David Osborne, “a questão não é o quanto de governo devemos ter, mas que tipo de governo queremos”.

Ao fixar as maiores taxas de juros do mundo, o Governo brasileiro define a sua preferência pelo capital financeiro e despreza o investimento público, comprometendo o futuro do País.

E, confiado na bondade do coração da Senadora Serys, vou dar o meu pensamento.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Bill Clinton viu que a democracia era complicada e mandou dois técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, estudarem o assunto. E eles escreveram o livro Reinventando o Governo. Eles chegaram à conclusão, Senador Jonas Pinheiro, de que o Governo não pode ser grande demais. Um transatlântico afunda. Até o Titanic afundou. O Governo tem que ser pequeno e ágil. Temos que ter um governo ágil. Vamos ouvir Rui Barbosa, que disse: “a primazia ao trabalho e ao trabalhador, pois eles vieram antes e fizeram a riqueza”. Que possamos dizer o que Getúlio Vargas dizia em cada 1º de Maio: “Trabalhadores do Brasil!”. Getúlio os animava com um salário mínimo digno. Aí está o Senador Roberto Saturnino, que escreveu uma das grandes obras...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Banqueiros do mundo, tranqüilizai-vos! Eu garantirei os seus lucros”.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr^a Presidente, obrigado pela generosidade em me conceder mais tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, como Líder, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem.) – Requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a é o segundo inscrito e falará após o Senador Almeida Lima.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, meu Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, venho à tribuna hoje parabenizar não só o povo do Rio de Janeiro, mas o Estado do Rio de Janeiro. O povo daquela cidade, quando tem problema de saúde, se socorre na rede pública municipal.

O Exército, atendendo a um apelo do Ministro da Saúde, agora faz parte do mutirão que está contagiando a minha cidade de solidariedade e de ajuda ao próximo. São médicos, passaram o final de semana em centros cirúrgicos. E isso é muito bonito.

Normalmente, ocupamos a tribuna do Senado Federal para reclamar da segurança, das filas nos hospitais e com poucos pontos a enaltecer, em termos

políticos, no Rio de Janeiro. Mas essa demonstração de união, que nasceu de médicos, enfermeiros e fornecedores, tem comovido a cidade do Rio e contagiado todo o Estado.

A FAB já havia cedido aviões para levar remédios para o Galeão. Agora, o quadro de saúde do Exército presta um apoio inestimável à rede de saúde do Rio de Janeiro.

É admirável esse caráter da política, acima dos partidos, que prioriza o interesse público, que consegue enxergar que os principais atributos do homem público não são a capacidade de fazer articulações em benefício próprio ou de premeditar jogadas que possam alavancar sua carreira, mas, sim, de expressar fraternidade, amor ao próximo, desinteresse, amor à causa pública.

Tudo isso foi retratado hoje, de maneira brilhante, pelo Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, em um artigo em que começa citando o arquiteto Oscar Niemeyer pela célebre frase de que “a arquitetura não é o mais importante, e, sim, a vida”. Fazendo analogia a

essa frase, Eduardo fala sobre a política ao dizer que política não é o mais importante, e, sim, a vida.

O prefeito do Rio de Janeiro, precisava ler esse artigo com cuidado, porque todas as suas decisões são políticas, e esse caráter das suas decisões levaram a essa crise na saúde. O interesse próprio não pode prevalecer sobre o interesse da coletividade.

Sra Presidente, pediria que esse artigo **A Política e a Vida**, escrito por Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, fosse transscrito nos Anais do Senado Federal, para que ficasse como um memorial, como uma voz bonita, um discurso que deve ser lembrado neste momento de crise, em que o homem público precisa mostrar espírito público e não só a capacidade de ganhar – Deus sabe como – pleitos eleitorais.

Muito obrigado, Sra Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art.210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

A política e a vida

EDUARDO EUGÉNIO GOUVÉA VIEIRA

Oscar Niemeyer fez certo dia um comentário que voltou à mente nos últimos dias. O comentário, pronunciado em palestras para estudantes, era de que “a arquitetura não é importante, o importante é a vida”. A frase, vinda do maior arquiteto do mundo, tem o objetivo de mostrar que há valores que estão acima de tudo o mais. São princípios como fraternidade, solidariedade, igualdade, liberdade, felicidade e respeito ao ser humano.

A reflexão de Niemeyer devia inspirar os políticos em todo o mundo, não apenas no Brasil. A política não é importante, o importante é a vida.

O conceito se torna particularmente oportuno quando se analisa o contexto que envolve áreas como as de saúde e segurança pública no Rio de Janeiro.

Saúde e segurança situam-se no ilímetro estreito entre a vida e a morte, e ambas reforçam o contorno das fronteiras a que está submetida a vida humana.

No caso da saúde, esta fronteira

é a da luta contra a doença num leito de hospital. No que diz respeito à segurança, o da luta contra a violência que roubou mais de 6 mil vidas no Rio em 2004, de acordo com o Instituto de Segurança Pública do estado.

Talvez por lidarem com o limite tão tênue entre vida e morte, saúde e segurança são os temas que mais inspiram a atenção da população. Foi o que a Flrjan acabou de flagrar em sondagem realizada com 1.157 trabalhadores no Rio de Janeiro. Saúde e segurança lideram o ranking dos temas que estes trabalhadores gostariam de ver encarados como prioridade.

As citações alcançaram respectivamente 76% e 73% do total de entrevistados.

Não por acaso, saúde e segurança são também as áreas mais sensíveis e que mais exigem de um administrador público. Porque um erro na gestão da saúde ou da segurança é um atentado, mesmo que involuntário, contra a vida humana. Por isso é tão importante evitar que equívocos aconteçam. E manifestar apoio público em caso de acertos. E ao fa-

tar em acerto, é preciso apoiar a ação que o governo federal acaba de realizar na área de saúde do município do Rio de Janeiro.

Foi uma decisão feliz, correta, oportunista. O que se tem defendido na área de segurança é esta mesma participação do governo federal, neste caso em ação conjunta com o governo estadual e com a participação dos poderes Legislativo e Judiciário.

Num artigo veiculado dias atrás no GLOBO, Arnaldo Jabor propõe a criação do PRJ, Partido do Rio de Janeiro. Ele seria integrado por todos os cidadãos de bem, que realmente amam este estado. A lógica do PRJ é a da soma, é a do esforço de todos. A participação do governo federal se encaixa neste contexto, e por isso se torna muitas vezes indispensável, emergencial, prioritária.

O intuito da Flrjan ao defender este tipo de participação não é político, nem partidário. Não é dirigido contra ninguém. A demanda é apenas em favor dos cidadãos, brasileiros e fluminenses.

O que se tem feito é atuar como porta-voz da sociedade fluminense e, em larga medida, da socieda-

de brasileira, amedrontada diante da escalada da violência e afita com a deterioração dos serviços de saúde.

E com base neste tipo de reflexão que a Flrjan da manhã de ontem fez um ciclo seminário que visava abordar o combate à violência no Brasil. Até lá é reproduzir a iniciativa, muito breve, em discussões sobre saúde pública. Uma coisa é certa: a Flrjan está consciente de que não pode cruzar os braços ao ver que a violência alcançou proporções tão alarmantes, ou que o sistema de saúde pública não oferece dignidade ao cidadão fluminense.

Num caso e noutro, está claro que é necessário um esforço conjunto e uma mobilização liderada por Brasília. Também num caso e noutro, são vitais a participação e o grito de alerta de cidadãos de bem e entidades representativas deste estado. É a vida humana que está em jogo. E a vida é e será, sempre, mais importante do que a política.

EDUARDO EUGÉNIO GOUVÉA VIEIRA é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Flrjan).

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a será atendido na forma regimental

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos falar da questão da terra, que, no meu Estado de Mato Grosso, se arrasta há séculos. A Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da ONU, ligada à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC), acaba de concluir um documento pungente sobre a situação dos quilombolas, dos índios xavantes, dos agricultores sem-terra que vivem e trabalham no Estado de Mato Grosso.

Este documento, Sr^{as} e Srs. Senadores, representa mais uma dolorosa punhalada em tantos que militam quotidianamente para ver Mato Grosso transformado em um território de paz, de justiça e de igualdade social.

Para traçar um retrato das condições de vida do povo mais pobre de Mato Grosso, a missão da ONU, coordenada pelo pesquisador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase – e Relator Nacional para o Direito Humano ao Ambiente, Jean-Pierre Leroy, percorreu uma vasta região do nosso Estado, no período de 15 a 24 de agosto de 2004, visitou e conheceu aqueles brasileiros e brasileiras que, lá no meu Estado, estão vivendo, resistindo e lutando em locais como o Quilombo de Mata Cavallo, no Município de Nossa Senhora do Livramento, na aldeia dos índios xavantes de Maraiwatsedé, em Alto da Boa Vista, no Assentamento Liberdade, no Município de Canabrava do Norte, além de visitar também os locais onde se reúnem os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Manso, no Município de Chapada dos Guimarães.

De um modo geral, tudo o que aponta o relatório é altamente constrangedor para as autoridades públicas que cuidam dos destinos do Mato Grosso. Nesse momento, eu diria que o Governador Blairo Maggi, do PPS, e o seu Governo se encontram mais uma vez na berlinda. Mas não é só do Governo de Mato Grosso que temos de cobrar, pois o que se constata, a partir da leitura deste documento, é que o alto índice de degradação ambiental e de violações dos direitos humanos dos grupos visitados é uma realidade atroz.

Segundo o documento, o Estado de Mato Grosso, em 2002, registrou o maior aumento do PIB regional (com um crescimento de 17,7% no desempenho do setor agropecuário). Por outro lado, o nosso Estado, que faz parte da Amazônia, é recordista em despejos de famílias rurais – mais de 6,5 mil, o equivalente a cerca de 6% da população rural.

Há que se perguntar, então, Sr. Presidente, o que têm feito as nossas autoridades em favor daqueles despossuídos que, há décadas, lutam para conquistar um local ao sol em Mato Grosso.

Segundo o que escreve Jean Pierre Leroy, a situação de conflitos endêmicos, causada pela ofensiva de desmatamentos sobre territórios de populações tradicionais e áreas públicas destinadas à reforma agrária, motivou o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (o combativo Formad) a solicitar a visita da relatoria, a fim de possibilitar, através do levantamento dos fatos, ações de pressão sobre as instituições governamentais competentes.

Esse relatório, agora, será enviado não apenas para os Ministérios Públicos Federal e Estadual, a Funai e os Ministérios de Desenvolvimento Agrário e da Justiça, mas também para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Vejam só, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que nos informa a Agência Carta Maior em longa reportagem divulgada sobre o assunto: um dos aspectos mais comuns à situação de quilombolas, indígenas e sem-terra que vivem no Mato Grosso é o desrespeito deliberado, por parte de alguns fazendeiros, dos direitos territoriais das comunidades e do ordenamento fundiário definido pelos órgãos públicos.

Por outro lado, em muitos casos de expulsão de comunitários e de invasão de suas terras, aponta o documento que há não apenas convivência como participação mesmo direta do poder e das polícias locais nessa violência contra aqueles brasileiros mais fracos, sempre subalternizados no planejamento oficial.

Essa situação foi constatada pela Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da ONU durante a visita ao Quilombo Mata Cavallo, área de 14 mil hectares reconhecida pelo Incra e pela Fundação Palmares, ocupada por descendentes de escravos desde 1883.

Em uma das ações de expulsão, foi ouvida a Sra Odete Nunes do Amaral, moradora da Comunidade do Capim Verde, que relatou:

Quarenta famílias tiveram seus barracos derrubados, foi entupido os poços de onde tiravam água. A gente fez o poço com sacrifício e eles entupiram o poço e carregaram a madeira da casa. Aí a gente saiu de lá. Depois era pra tornar voltar.

Aí voltei, comprei um rolo de arame e cervei. Foram lá e cortaram o arame. As mudas de banana que eu tinha plantado o gado comeu tudo, a mandioca, comeu tudo. Aí eu fiquei sem planta nem lar em parte nenhuma, que o gado destruiu tudo o que eu tinha plantado.

É difícil, que a gente faz tudo com sacrifício. Não tem dinheiro para ficar investindo na pequenina propriedade e chega na hora e tudo é destruído (*sic*).

São palavras de Dona Odete Nunes do Amaral.

Ainda no Quilombo Mata Cavalo, o casal Aparecido e Lúcia Maria de Arruda também relatou uma situação idêntica de determinado fazendeiro em conjunto com a Polícia Federal:

Junto com a Polícia Federal e ainda com a Polícia Civil, no carro dele, junto com ele, na porta da minha casa. Até o fogão meu que estava aceso, fazendo comida, a Polícia Federal jogou água e apagou. Nem as panelas que estavam cozinhando comida ele deixou. Foi o nosso despejo.

Então, se cobramos providências do Governador Blairo Maggi, para que essa situação de violência se interrompa, não podemos também nos calar das queixas que se fazem contra a Polícia e clamamos, desde já, para que o Ministro da Justiça tome as providências reparadoras.

Segundo o relatório, a participação ou, no mínimo, conivência das autoridades reforça o caráter racista das ações dos agressores. Vários boletins de ocorrência por crimes de racismo foram registrados nas delegacias da redondeza e, segundo os moradores, nunca as investigações acontecem.

De acordo com o levantamento desta missão que percorreu o meu Estado de Mato Grosso, o desrespeito à demarcação da Funai das áreas dos índios xavantes também levaram a sérios conflitos no mês de agosto de 2004, caso amplamente divulgado pela imprensa mas que, até agora, continua sem solução definitiva.

Sr. Presidente, devido ao tempo, pedimos que nosso discurso seja registrado na totalidade. Aqui teríamos que falar detalhadamente sobre a situação da fazenda Suiá-Missu. Essa fazenda foi devolvida, principalmente a partir da Eco 92, àqueles que realmente são seus justos proprietários, a população indígena. A partir do momento dessa devolução, fazendeiros tomaram a posse e os índios foram expulsos. Infelizmente, tivemos decisões judiciais contra os legítimos proprietários da área e, hoje, felizmente, temos decisões favoráveis depois de inúmeros recursos. Mas é uma caminhada interminável daqueles que são os

reais proprietários e ainda não conseguem estar nas terras que são de sua propriedade, mas das quais, infelizmente, pela força bruta, foram expulsos.

Também trataríamos de todo o esforço do Incra não só do nosso Governo, como de outros, principalmente do Governo atual no sentido de fazer com que essas populações retornem para suas terras, embora as dificuldades ainda sejam grandes.

Segundo o Relator Jean Pierre Leroy, o trabalho da missão da Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente incluiu, além de reuniões com os Ministérios Públicos Federal e Estadual, uma série de entrevistas com os pesquisadores e especialistas nas áreas visitadas.

E diz mais Jean Pierre Leroy:

Acredito que este trabalho possa ajudar os órgãos públicos a realizar seu trabalho e solucionar os conflitos. Durante o Fórum Social Mundial em janeiro deste ano, também estivemos reunidos com membros do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, a fim de reforçar os mecanismos de pressão sobre as autoridades brasileiras. De resto, espero que este levantamento também sirva como base para as ONG's mato-grossenses que atuam na área ambiental e de direitos humanos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da ONU, ligada à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DhESC), acaba de concluir um documento pungente sobre a situação dos quilombolas, dos índios xavantes e dos agricultores sem-terra que vivem e trabalham no estado de Mato Grosso.

Este documento, senhores e senhoras senadoras, representa mais uma dolorosa punhalada em tantos que militam, cotidianamente, para ver Mato Grosso transformado em um território de paz, de Justiça, de igualdade social.

Para traçar um retrato das condições de vida do povo mais pobre de Mato Grosso, a missão da Onu, coordenada pelo pesquisador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e relator nacional para o Direito Humano ao Ambiente, Jean-Pierre Leroy, percorreu uma vasta região do Estado, no período de 15 a 24 de agosto do ano de 2004, e visitou e conheceu aqueles brasileiros e brasileiras

que lá estão, resistindo e lutando no quilombo de Mata Cavallo, no município de Nossa Senhora de Livramento, na aldeia dos índios Xavantes de Maraiwatsedé, em Alto Boa Vista e no Assentamento Liberdade, no município de Canabrava do Norte, além de visitarem também os locais onde se reúnem os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Manso, no município de Chapada dos Guimarães. De um modo geral tudo o que aponta o relatório é altamente constrangedor para as autoridades públicas que cuidam dos destinos do Mato Grosso. Neste momento, eu diria que o governador Blairo Maggi, do PPS e o seu governo, se encontram mais uma vez na berlinda. Mas não é só do Governo de Mato Grosso que temos o que cobrar.

Pois o que se constata, a partir da leitura deste documento é que o alto índice de degradação ambiental e de violações dos direitos humanos dos grupos visitados tem uma relação direta com a expansão da agricultura e da pecuária extensivas no Mato Grosso. Também o Governo Federal é questionado.

Segundo o documento, o estado de Mato Grosso, que, em 2002, registrou o maior aumento do PIB regional (com um crescimento de 17,7% no desempenho do setor agropecuário), tão decantado por aqueles que costumam aplaudir, sem uma análise mais criteriosa, os resultados colhidos pelo agronegócio, foi também apontado, em 2003 como responsável por 44% dos desmatamentos da floresta amazônica, e recordista em despejos de famílias rurais – mais de 6,5 mil, o equivalente a cerca de 6% da sua população rural. Há que se perguntar, então, o que tem feito o agronegócio em favor daqueles despossuídos que, há longas décadas, lutam para conquistar um lugar ao sol lá em Mato Grosso.

Segundo o que escreve Jean Pierre Leroy, a situação de conflitos endêmicos, causada pela ofensiva de agropecuaristas sobre territórios de populações tradicionais e áreas públicas destinadas à reforma agrária, motivou o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (o combativo Formad) a solicitar a visita da Relatoria, a fim de possibilitar, através do levantamento dos fatos, ações de pressão sobre as instituições governamentais competentes.

Esse Relatório, agora, será enviado não apenas para os Ministérios Público Federal e Estadual, a Funai e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Justiça, mas também para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Vejam só, senhoras e senhores senadores, o que nos informa a Agência Carta Maior, em longa reportagem divulgada sobre o assunto: um dos aspectos mais comuns à situação de quilombolas, indígenas e sem-terra que vivem lá no Mato Grosso é o desrespeito

deliberado, por parte dos fazendeiros, dos direitos territoriais das comunidades e do ordenamento fundiário definido pelos órgãos públicos.

Por outro lado, em muitos casos de expulsão de comunitários e invasão de suas terras, aponta o documento, há não apenas conivência como participação mesmo direta do poder e das polícias locais nesta violência contra aqueles brasileiros mais fracos, sempre subalternizados dentro do planejamento oficial.

Esta situação foi constatada pela Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da ONU durante a visita ao Quilombo Mata Cavallo, área de cerca de 14 mil hectares reconhecida pelo Incra e pela Fundação Palmares e ocupada por descendentes de escravos desde 1883.

Em uma das ações dos fazendeiros, foi ouvida a senhora Odete Nunes do Amaral, moradora da comunidade do Capim Verde, que relatou que “quarenta famílias tiveram seus barracos derrubados. Foi entupido o poço de onde tirávamos água. A gente fez o poço com sacrifício e eles entupiram o poço e carregaram a madeira da casa. Aí a gente saiu de lá. Depois era pra tornar voltar. Aí voltei, comprei um rolo de arame, cerquei. Foram lá e cortaram o arame, as mudas de banana que eu tinha plantado o gado comeu tudo, a mandioca, comeu tudo... Aí eu fiquei sem planta nem lar, em parte nenhuma, que o gado destruiu tudo o que eu tinha plantado. É difícil, que a gente faz tudo com sacrifício, não tem dinheiro pra ficar investindo, e chega na hora e tudo é destruído”.

Lá no Quilombo Mata Cavallo, o casal Aparecido e Lúcia Maria de Arruda também relatou uma ação idêntica “do [fazendeiro] Carlos Campos (...), junto com a Polícia Federal e ainda junto com a Polícia Civil no carro dele, junto com ele, na porta da minha casa. Até o fogão meu que estava aceso, fazendo comida, a Polícia Federal jogou água e apagou. Nem as panelas que estavam cozinhando comida ele deixou. Foi o nosso despejo”.

Então, se cobramos providências do Governador Blairo Maggi, para que esta situação de violência se interrompa, não podemos também nos calar diante das queixas que se fazem contra a ação da Polícia Federal e clamamos, desde já, para que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não deixa de providencias reparadoras estas denúncias.

Segundo o relatório, a participação ou, no mínimo, conivência das autoridades reforça o caráter racista das ações dos agressores. “Vários boletins de ocorrência por crimes de racismo foram registrados na delegacia de Nossa Senhora do Livramento, segundo os moradores, mas não são investigados porque na delegacia ouvem do Escrivão de Polícia que ‘os fazendeiros são

gente boa”, segundo diz o documento. Esta é uma situação que precisa ser imediatamente enfrentada pela Secretaria de Segurança de Mato Grosso, pelo secretário Célio Wilson, pelo governador Blairo Maggi.

De acordo com o levantamento desta missão que percorreu o Mato Grosso, o desrespeito à demarcação da FUNAI das áreas dos índios xavante também levaram a sérios conflitos no mês de agosto de 2004, caso amplamente divulgado pela imprensa mas que, até agora, continua sem solução definitiva.

Expulsos de suas terras por um complexo agropecuário (a Agropecuária Suiá-Missu que, com seus cerca de 1,5 milhões de hectares, ficou conhecida como o maior latifúndio da América Latina) na década de 1960, após um difícil processo de negociação os xavantes foram beneficiados por um decreto do Ministério da Justiça, que reconheceu uma área de 168.000 hectares como de ocupação tradicional dos xavante. A portaria foi publicada em outubro de 1993 e homologada por decreto presidencial em 1998.

Com o anúncio que a área da fazenda Suiá-Missu seria devolvida aos índios, afirma o relatório, “políticos e fazendeiros da região estimularam a sua invasão para impedir o retorno dos xavante a Marãiwatsede.(...) Quando, em 2004, os indígenas voltaram a ocupar seu território, a área estava, segundo a CPT Araguaia-To-cantins, tomada por diversos tipos de intrusos”, entre pequenos posseiros e grandes fazendeiros.

“Ainda que a Terra Indígena Marãiwatsede já estivesse demarcada e homologada, decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região impediam o regresso dos xavante. Em novembro de 2003, os indígenas decidiram reocupá-la. Cerca de 280 famílias ficaram acampadas em condições precárias, na beira da BR 158, durante dez meses. As péssimas condições do acampamento, poeira da estrada que não é pavimentada, água insalubre, alimentação irregular e o frio, causaram no mês de agosto de 2004, a morte de três crianças xavante e a internação de outras 14 com sintomas de pneumonia e desnutrição”, aponta o documento, que ainda denuncia o assassinato de dois adolescentes indígenas na área.

No dia 10 de agosto de 2004, uma decisão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal autorizou o retorno dos índios a Marãiwatsede, mesmo com a presença dos posseiros em parte da área. Atualmente ocupando uma pequena parte das suas terras, porém, os xavantes continuam recebendo constantes ameaças dos fazendeiros e vivem em situação de extrema miséria.

“O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chegou a mandar técnicos para fazer um levantamento dos posseiros que ocupam as terras indígenas, mas

eles foram expulsos pelo prefeito do município e não voltaram mais”, afirma Jean Pierre Leroy sem eu relatório. “O sentimento de impunidade e a manipulação dos políticos locais agravaram a situação, já que os invasores, mesmo convededores de que a área já era uma Terra Indígena, não acreditavam que a Justiça realmente determinaria, um dia, o retorno dos índios à terra que lhes é de direito”.

Um dos principais fatores que vem dificultando o cumprimento das decisões dos órgãos públicos federais (Incra, Funai e Ministério Público), aponta o relatório, é a convivência da justiça local com a ação dos fazendeiros e a proximidade do próprio governador Blairo Maggi (maior sojicultor do país) com o setor.

“Quando estivemos visitando os trabalhadores rurais sem-terra do Projeto de Assentamento (PA) Liberdade, para onde devem ser encaminhadas cerca de 75 famílias retiradas da terra indígena de Urubu Branco, no município de Confresa, um dos fazendeiros chegou a afirmar que os acampados deveriam procurar outro local para viver, pois enquanto Blairo Maggi for governador ele não sairá dali”, relata Leroy.

Vejam, Srs. Senadores, que o PA Liberdade é uma área de 38.000 mil hectares, arrecadada pelo INCRA em 1985 nos Municípios de Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte para assentar 700 famílias de trabalhadores rurais. Simultaneamente, porém, parte da área foi negociada e registrada por fazendeiros nos cartórios da região.

Após um complicado processo de realocação para várias áreas provisórias, as famílias de Urubu Branco decidiram ocupar parte das terras do PA, mas receberam imediatamente uma liminar de despejo, expedida pela justiça estadual da comarca de Porto Alegre do Norte, diz o relatório.

“Quando o Incra informou ao juiz que as terras em litígio pertencem à União, ele declinou sua competência em favor da esfera federal, mas negou o pedido de suspensão da ordem de despejo das famílias”. A reintegração foi realizado pela Polícia Militar de forma violenta, por ordens do governador Blairo Maggi – é o que nos relata o documento.

Segundo o relator Jean Pierre Leroy, o trabalho da missão da Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente incluiu, além de reuniões com os Ministérios Pùblicos Federal e Estadual, uma série de entrevistas com pesquisadores e especialistas nas diversas áreas visitadas.

E diz mais Jean Pierre Leroy: “Acredito que este trabalho possa ajudar os órgãos públicos a realizar seu

trabalho e solucionar os conflitos. Durante o Fórum Social Mundial em janeiro deste ano, também estivemos reunidos com membros do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, a fim de reforçar os mecanismos de pressão sobre as autoridades brasileiras. De resto, espero que este levantamento também sirva como base para as ONGs mato-grossenses que atuam na área ambiental e de direitos humanos".

Era o que eu tinha a dizer.

Muito Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei sucintamente um assunto que demandaria muito tempo para ser discutido adequadamente. Trata-se de tema da maior importância, que é a dita autonomia do Banco Central.

Farei referência a dois artigos, a meu ver de uma lucidez muito grande e que expressam pontos de vista com os quais estou de inteiro acordo, publicados no **Jornal do Brasil** na edição de 12 de março último. Um é de autoria do jornalista Rodrigo de Almeida, editor de opinião do JB, e o outro, do jornalista Sérgio Prado, chefe da sucursal do JB em Brasília.

Sr. Presidente, solicito a transcrição na íntegra desses dois artigos nos Anais da Casa, mas lerei alguns trechos – não teria tempo de fazer a leitura por inteiro –, que considero muito iluminadores dessa questão.

Diz o primeiro artigo, de Rodrigo de Almeida:

Não cheira bem um projeto que precisa se mover das mãos do Planalto para as cabeças do PMDB. Uma explícita traquinagem política para livrar o governo de desgastes adicionais. O temor é justificável: o projeto que concede autonomia formal ao Banco Central (BC), cujo DNA foi transferido para o senador paraibano Ney Suassuna, é danoso ao país. Uma operação de risco, capaz de fazer o PT-governo envergonhar-se de assumir a paternidade.

Adiante diz o jornalista:

O argumento segue o roteiro de sempre: a segurança institucional; a conquista da credibilidade dos "mercados";...

Sr. Presidente, o velho argumento: a conquista da credibilidade dos mercados. Governos e governos têm passado e levado a economia do País a descaminhos grandes, sempre na busca da conquista da credibilidade dos mercados.

... a luz do fim do túnel para a tão desejada redução de juros [essa conquista da credibilidade].

Lorota [diz o jornalista Rodrigo de Almeida].

E adiante:

Aliás, no fundo, o discurso sobre credibilidade é uma enganação do mercado para mera obtenção de dividendos, mas isso é uma outra história.

Além de tornar o voto do cidadão uma peça mais inútil do que já é, a autonomia do BC é inconveniente por problemas igualmente inquietantes. O nó, diga-se, está justamente onde o projeto é mais elogiado pelos defensores da equipe econômica: a perspectiva de que a direção do Banco Central não será mais demissível, **ad nutum**, como se diz.

Sr. Presidente, imagine que o Governo Lula hoje chegue à conclusão de que essa política de juros mais elevados do mundo é danosa porque está impedindo o desenvolvimento da economia do País, porque está aumentando o endividamento extraordinariamente, porque está produzindo necessidade de superávits primários muito grandes. Imagine que o Governo queira mudar a política econômica, o que é absolutamente normal. A política monetária é um capítulo importantíssimo da política econômica em geral e é responsabilidade dos Governos decidir sobre a política econômica em todos os seus aspectos. Imagine o que aconteceria se o Banco Central tivesse autonomia! O BC é constituído, normalmente, de técnicos sempre ligadíssimos ao mercado financeiro, os quais saem dessa instituição, cumprem a quarentena e, logo depois, são empregados com salários elevadíssimos. Imagine o que acontecerá se o Presidente da República não puder substituir os diretores do Banco Central. Isso é um absurdo, é uma abdicação de uma das ferramentas principais da política econômica, que é precisamente a política monetária.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que implantou no País esse neoliberalismo destruidor de nossa economia, não teve coragem de propor a autonomia do Banco Central. O Presidente Lula, também pressionado pelo Ministro Palocci, recuou e disse não. Disse que isso não era conveniente. Sabiamente, o Presidente Lula desistiu dessa idéia. Assim se expressou o Líder Aloizio Mercadante aqui muito corretamente, muito lucidamente.

Agora, vem essa manobra, essa articulação do Ministro Palocci, utilizando o Senador Ney Suassuna para implementar esse projeto, que seria desastroso, como diz o articulista Rodrigo de Almeida. E continua:

Tão trágico quanto a relação íntima que os diretores têm hoje com os bancos particulares.

Alguém duvida? Basta consultar o currículo dos nomes que adornam a diretoria do BC [para ver que todos eles são representantes legítimos do chamado mercado financeiro] – e que rumo tomaram os ex-diretores. Autonomia formal significará o aprofundamento da dependência da instituição aos interesses financeiros privados. Menos do que muitos gostariam, mais do que o país tem condições de suportar.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido – AC) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Ouço, com muito interesse, o aparte do nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido – AC) – Senador Roberto Saturnino, estou atento ao seu discurso e ao tema que V. Ex^a traz ao Senado. Eu também me preparei para falar hoje sobre o mesmo assunto, mas tomo a liberdade de aparteá-lo para perguntar a mim, a V. Ex^a e à Casa que maior autonomia quer o Banco Central se o atual Presidente dessa instituição, ao assumir suas elevadas funções, em apenas duas penadas, mandou arquivar processos de fiscalização que lá se encontravam, há alguns anos, antes da posse dele, envolvendo transferências de recursos do banco que ele presidiu. A suposição era a de que haveria indícios de irregularidade, tanto assim que se instalaram processos de fiscalização. Pois bem, que autonomia é essa que quer a mais o Banco Central se o seu Presidente, de forma antiética – no lugar dele teria me licenciado do cargo para que o Banco Central pudesse apreciar aqueles processos com independência –, ordenou o arquivamento daqueles processos que envolviam transferências supostamente irregulares de recursos entre agências da mesma instituição que ele presidiu durante anos, o chamado Bank Boston? Então, eu me pergunto: que autonomia a mais é essa que quer o Banco Central e figuras dessa República? Isso é algo que me causa suspeita, Senador Roberto Saturnino. Que autonomia a mais quer o Banco Central se o seu Presidente pode, de forma escancarada, praticar um ato desse, no mínimo, antiético com a instituição, com o País, com a população brasileira? Eu me filio ao pensamento de V. Ex^a no sentido de que é preciso ter absoluta cautela. Teremos que tratar desse assunto com muita responsabilidade, porque, no meu entendimento, autonomia o Banco Central já tem e autonomia absoluta, inclusive para tratar de temas tão nebulosos como esse.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Agradeço a V. Ex^a o aparte, com o qual concordo em tudo. Acho que, efetivamente, o Senado tem de estar atento e consciente e barrar esse projeto antes que ele prospere, porque é exatamente o que V. Ex^a está dizendo: é uma autonomia sobre algo que se configura como um direito quase absoluto, que deixa o Presidente e diretores do Banco Central com uma liberdade de ação que nenhum servidor público que serve ao Governo, à Nação, ao povo deve ter.

Sr. Presidente, vou encerrar, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria ler o artigo do jornalista Sérgio Prado, da sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*.

Na semana passada, os aliados do Plano Bresser no Senado brindaram os eleitores com mais uma tucanada. Vão apresentar, em nome do Dr. Palocci, a proposta de independência do Banco Central, que tantos petistas atacaram quando Pedro Malan era Ministro da Fazenda. Para que serve, ninguém explica direito. Só o tal mercado e seus operadores engravidados com cara de boneco.

Sr. Presidente, gostaria até de ler mais da substância desses dois artigos, mas acho que o que foi lido é o suficiente.

Antes de encerrar, ouço, com muita atenção, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ratifico nosso apoio ao reclamo de V. Ex^a. Neste instante estão realizando reuniões de Comissões. Todo o Senado deveria estar aqui para ouvir a experiência de V. Ex^a, exitoso conchedor da vida bancária, um dos melhores nomes que construiu o BNDES. E a Casa está vazia.

Queria dar um argumento muito forte para aquele seu pleito, proibindo essas transferências. Está na Bíblia uma das frases mais importantes do apóstolo Paulo, Heloísa Helena: "Isto eu faço". Só pode fazer alguma coisa. Agorinha estão me chamando para ir à Comissão de Relações Exteriores. Então, a nossa solidariedade. E que isso deva ser repetido pela televisão, porque ninguém tem melhor experiência, nesta Casa, de vida bancária, tais foram os dias vividos por V. Ex^a no BNDES.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado, Senador Mão Santa. Efetivamente, eu gostaria também de estar presente na Comissão de Relações Exteriores, pois assuntos muito importantes

estão sendo discutidos naquela Comissão, mas há essa coincidência de sessão plenária deliberativa com o tempo das comissões, que é o período da manhã. A sessão do Senado, regimentalmente, às quintas-feiras, é na parte da tarde. Quer dizer, essa convocação só tem sentido, só é aceitável quando há um motivo extraordinário, o que não é o caso de hoje. Então, lavrei o meu protesto de manhã cedo e estou repetindo-o agora, em apoio ao aparte do Senador Mão Santa.

Enfim, o que queria dizer era exatamente o meu ponto de vista sobre essa tentativa de burlar a decisão do Presidente Lula a respeito da chamada autonomia do Banco Central, e fazer tramitar aqui no Senado, sob a liderança do PMDB, um projeto que o Presiden-

te rejeitou, e o seu Governo, como um todo, deveria também rejeitar.

O Governo respeita muito as decisões do Ministro Antonio Palocci. É preciso que o Ministro Antonio Palocci também aprenda a respeitar as decisões do Governo. E a decisão do Governo a esse respeito é de não apoiar e não enviar para a Casa nenhum projeto de autonomia do Banco Central.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art.210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

COISAS DO BRASIL

À dependência da autonomia

RODRIGO DE ALMEIDA *

Não cheira bem um projeto que precisa se mover das mãos do Planalto para as cabeças do PMDB. Uma explícita traquinagem política para livrar o governo de desgastes adicionais. O temor é justificável: o projeto que concede autonomia formal ao Banco Central (BC), cujo DNA foi transferido para o senador paraibano Ney Suassuna, é danoso ao país. Uma operação de risco, capaz de fazer o PT-governo envergonhar-se de assumir a paternidade.

Se passar, estarão instituídos mandatos fixos de quatro anos, não coincidentes com o do presidente da República, para a diretoria do banco. O argumento segue o roteiro de sempre: a segurança institucional; a conquista da credibilidade dos "mercados"; a luz no fim do túnel para a tão desejada redução dos juros.

Lorota.

O presidente Lula parece não se ter dado conta de que nem 10 anos sucessivos de ortodoxia econômica serão capazes de fazer os "mercados" julgarem o PT-governo mais confiável do que, por exemplo, PSDB ou PFL. Aliás, no fundo, o discurso sobre credibilidade é uma enganação do mercado para a mera obtenção de dividendos, mas isso é uma outra história.

Além de tornar o voto do cidadão uma peça mais inútil do que já é, a autonomia do BC é inconveniente por problemas igualmente inquietantes. O nó, diga-se, está justamente onde o projeto é mais elogiado pelos defensores da equipe econômica a perspectiva de que a direção não será mais demissível *ad nutum*, como se diz.

OK, é fato que mandatos fixos não vão proteger os diretores de afastamento motivado por crimes de qualquer natureza. O risco, porém, é que se escondam sob os mandatos para fugir ou protelar investigações – como fazem, por exemplo, vereadores, deputados e senadores. Um desastre para o governo e para o próprio Banco Central.

Tão trágico quanto a relação íntima que os diretores têm hoje com os bancos particulares. Alguém duvida? Basta consultar o currículo dos nomes que adornam a diretoria do BC – e que rumo tomaram os ex-diretores. Autonomia formal significará o aprofundamento da dependência da instituição aos interesses financeiros privados. Menos do que muitos gostariam, mais do que o país tem condições de suportar.

SÉRGIO PRADO*

A falta que faz o chapéu

A entrada principal do Parlamento, em Brasília, também atende pelo nome de Chapelaria. Uma empulhação com os forasteiros, que procuram e não encontram nada a justificar a alcunha. Explicam os mais antigos viventes do Planalto que o local abrigou um depositário de chapéus, deixados pelos donos na portaria. Não podiam adentrar em local fechado com o adereço, como manda a boa educação.

Pois os tempos mudaram e os políticos não usam mais chapéu. Talvez seja por isso que hoje a classe tem tão pouco dentro da cabeça. Como diria um antepassado lá do Vêneto italiano, não se deve sair ao relento com a cabeça descoberta, a fim de evitar que os miolos sejam torrados pelo sol. Ainda mais no Cerrado, onde a soalheira é tão inclemente.

O mundo da política, porém, não dá muita bola aos ensinamentos antigos. E esse descaso pode ter acarretado o estado lamentável de ignorância e falta de idéias da elite dirigente, fato que salta aos coitados de olhos e ouvidos dos brasileiros.

Pois bem. Na história recente, Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido prometeram um governo inovador, para colocar nos trilhos o trem descarrilhado pelos tucanos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, eu queria dizer que, não estando aqui ontem – eu estava em licença médica – quando ocorreu, durante a Hora do Expediente, homenagens ao falecido Deputado Luís Eduardo Magalhães, eu gostaria muito de me associar às homenagens prestadas aqui por todos os Partidos, como, aliás, ocorreu na ocasião do seu falecimento. E, ontem à noite, em Salvador, pelas

Mas o que se vê diariamente é a adoção das mesmas idéias (sic) plantadas pelo amigo e antecessor Fernando Henrique Cardoso ao longo de oito anos.

Na semana passada, os aliados do Planalto no Senado brindaram os eleitores com mais uma tucanada. Vão apresentar, em nome do doutor Antonio Palocci Filho, a proposta da independência do Banco Central, que tanto os petistas atacaram quando Pedro Malan era o ministro da Fazenda. Para que serve, ninguém explica direito. Só o tal mercado e seus operadores engravatados com cara de boneco

O PSDB, juntamente com o fie aliado PFL, se assanha e promete ajudar a aprovar o projeto. Os antigos governistas fazem apenas uma ressalva. O novo formato da autoridade monetária deveria ser aplicado depois que Henrique Meirelles for embora da instituição. Logo ele, que deixou a carreira exitosa no BankBoston para se eleger deputado federal pelo partido de FH em 2002.

O debate de questões como esta, e tantas outras, teima em apontar à falta de originalidade das cabeças dos dois mais importantes partidos do país. Deve ser por falta do uso de chapéu.

homenagens lá prestadas, pude perceber novamente a dimensão do que poderia representar para este País o Deputado Luís Eduardo. Mais uma vez, pude refletir sobre como este País poderia ser um pouco diferente se Luís ainda estivesse entre nós. É algo muito pessoal, Sr. Presidente, mas eu gostaria de deixar registrado esse meu pensamento.

O Deputado Luís Eduardo tinha uma enorme capacidade de diálogo e muita paciência que eu acho deve ser típica, deve ser o primeiro ponto do parlamentar e também um ponto fundamental da democracia. Tudo deve ser discutido com profundidade e com muita isenção neste plenário.

Eu acabo de ouvir as palavras do Senador Roberto Saturnino, que respeito muito. Sei que, na mesma linha, ouvirei o Senador Geraldo Mesquita Júnior

sobre essa questão do Banco Central, conforme S. Ex^a mesmo anunciou. Eu quero trazer uma posição um pouco diferente aqui, entendendo que o assunto, se não precisa ser decidido agora, efetivamente precisa ser discutido, pelo menos por uma série de outras razões que não vêm sendo apresentadas.

Eu não represento nem poderia representar o pensamento do Ministro Palocci, pois não tenho contato algum com ele, mas entendo que essa questão do Banco Central precisa ser vista e analisada. Por qualquer ângulo que nós tentemos analisá-la, creio que vamos encontrar algumas razões, senão para uma independência – e primeiro é preciso conceituar o que é independência –, no momento ou talvez no futuro, pelo menos para uma reavaliação das próprias atividades do banco.

Quando analisamos as intervenções feitas no mercado financeiro, não sei até que ponto representam aquilo que deveria efetivamente ter sido feito – não sei. É preciso que revejamos essa questão também em relação ao que se considera hoje um dos maiores problemas, que são os *spreads* bancários, as altas taxas de juros, a alta remuneração obtida pelos bancos. Creio que tudo isso precisa ser revisto, e esse é um papel do Banco Central.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte brevíssimo?

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não vou prejudicar seu discurso nem tomar o seu tempo. V. Ex^a tem um ponto de vista que é absolutamente respeitável. V. Ex^a é uma das figuras mais respeitadas e respeitáveis desta Casa. Só quero acrescentar que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que é o fórum próprio para esta discussão, já decidiu que vai promover esse debate sem nenhuma pressa e de forma mais profunda, para ouvir exatamente as duas correntes de opinião e pessoas que possam trazer uma contribuição abalizada sobre esse assunto. Mas quero cumprimentar V. Ex^a por abordar o tema e por querer o debate, que é exatamente o que queremos também, pois temos um ponto de vista contrário a essa autonomia.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino. Entendo que o debate deve ser feito. Esse assunto não é para ser atropelado – aliás, como nenhum outro assunto deve ser – no Congresso Nacional, neste Senado Federal. Nenhum assunto deve ser atropelado por interesse de quem quer que seja – do Governo, da Oposição, seja de quem for.

Mas uma das coisas que me motivou muito a apresentar um projeto de reestruturação, de redefinição ou de independência – seja o termo que se queira dar – do Banco Central foi a minha experiência bancária, ao longo de quase 20 anos trabalhando em banco, vendo uma série de coisas que eram feitas e que entendo que precisam ser mudadas. O Banco Central tem uma tal gama de atividades – e eu comecei a pensar num projeto por aí –, que é absolutamente impraticável exercê-las todas, e eu não diria nem bem, de alguma forma, pela própria variedade de coisas que são atribuídas ao Banco Central, que se tornou um grande poder da República.

E aqui estão, Senador Roberto Saturnino e Geraldo Mesquita, as atribuições do Banco Central: quatrocentas páginas de legislação tratam daquilo que o Banco Central tem que fazer. É impossível que qualquer colegiado, por mais competente que seja, por mais ágil que seja, consiga exercer essas funções que estão aqui: desde consórcio de geladeira até controle dos bancos. Como pode uma entidade controlar consórcio de geladeira e ao mesmo tempo controlar essa atividade bancária tão complexa que nós conhecemos e sabemos que é complexa no mundo inteiro?

A atividade bancária, o poder dos bancos, é assim no Brasil e no mundo inteiro. Na maioria dos países, o banco central já não controla os bancos, porque eles têm uma função muito maior, que é o controle monetário, o controle da inflação, o controle da política cambial. E, seguramente, o controle do dia-a-dia dos bancos privados ou estatais acaba ficando em segundo plano.

É um ponto extremamente importante este de o Banco Central deixar de controlar o sistema bancário, seja ele privado ou público. Estaremos preparados para isso? Não sei exatamente se estaremos ou não preparados.

Ontem li um artigo do ex-Ministro Delfim Netto sobre a autonomia do Banco Central, em que ele dizia que isso só pode ser feito quando tivermos estabelecido um novo *mix* de política fiscal e monetária, isto é, quando o peso do controle da inflação não ficar fortemente dependente da política monetária, exigindo taxas de juros reais que distorcem toda a economia nacional.

O que eu quero fazer neste momento – e talvez a visão de que a chamada independência seja um caminho para depois – é tratar o assunto, é discutir o assunto, que passa pelas absurdas taxas de juros, pelas maiores taxas de juros hoje cobradas pelos bancos em todo o mundo, passa pelo controle da atividade bancária, passa por aquilo que o Banco Central deve fazer e, efetivamente, passa por aquilo que se pensa

do futuro, em termos de como operar a política monetária e a política fiscal.

Evidentemente, no momento em que os gastos fiscais ficam muito acima daquilo que seria esperado e normal, a contrapartida disso, que vem por meio do aumento cada vez maior da carga tributária, confunde todo esse cenário e é preciso muito separar essas coisas. Nesse sentido, apresentei o meu projeto há mais de um ano, buscando definir as funções do Banco Central.

Se não chegarmos à independência, mas se redefinirmos as funções do Banco Central, deixando claramente que isto aqui, Senador Geraldo Mesquita, ele não pode fazer, eu me daria por satisfeito, entendendo que independência maior ou menor virá na medida em que “as condições da economia assim o permitam”. Eu colocaria essa frase do ex-Ministro Delfim Neto como importante, como um norte para todas as nossas decisões. Quero louvar a atitude do Senador Luiz Otávio, que, mesmo não...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ... prioritário para o Governo, não colocou na mensagem o que deveria fazer; mas o assunto deve ser discutido, como assim o será.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PDT – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PDT – RR) – Com a palavra V.Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a minha inscrição para falar como Líder do PSDB, como Líder da minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PDT – RR) – Aguardamos a comunicação formal.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar a presença do Ministro da Agricultura, ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, onde por 4 horas debateu profundamente com os Senadores, bem como registrar a presença dos deputados federais que ali compareceram.

Esse já é um dos resultados da implantação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Antes, a agricultura era tratada na Comissão de Assuntos Econômicos e ali não era assunto prioritário. Hoje, não. Hoje há uma Comissão específica

para tratar deste assunto, e as matérias de que tratei foram bem evidenciadas. Está evidenciado, por exemplo, que o agronegócio brasileiro está num período de turbulência, que decorre basicamente da conjugação de cinco fatores.

O primeiro são as alterações do quadro de oferta e procura de *commodities* no mercado internacional, as quais vêm provocando uma queda na quotação dos produtos; o segundo, a excessiva elevação dos custos da produção; o terceiro, a queda do dólar e a consequente valorização do Real; o quarto, a escassez de chuvas em várias regiões produtoras; e, por fim, a deterioração da infra-estrutura de escoamento de produção.

A excessiva elevação dos custos de produção foi consequência do aumento desproporcional do preço dos insumos agropecuários, notadamente dos fertilizantes e defensivos, mas também do petróleo e dos seus derivados, do aço, que, por sua vez, provocou um aumento do preço das máquinas e equipamentos, da elevação da carga tributária e do aumento desmedido do custo do frete.

O aumento do custo do frete tem comprometido a competitividade dos produtores rurais brasileiros. Esses, tão competitivos da porteira para dentro, têm de enfrentar a crônica e crescente dificuldade de fazer com que os insumos cheguem até sua propriedade e, depois, têm que dar um jeito para escoar a produção, seja para o mercado interno, seja para o mercado externo. Isso acontece porque, além de fatores já referidos, há o fato de o Governo Federal não estar fazendo praticamente nada para melhorar a infra-estrutura de transporte tanto da malha viária quanto da portuária, que estão ligadas ao Governo Federal. As estradas estão cada vez mais sucateadas e agora muitas delas tornaram-se intransitáveis. No meu Estado, o Mato Grosso, que é o grande produtor agropecuária, algumas estradas ainda são trafegáveis porque os próprios produtores rurais e os empresários têm-se encarregado de fazer sua manutenção.

Essa caótica situação das rodovias brasileiras é responsável pela perda de mais ou menos 13% da safra brasileira de grãos, como soja, milho, arroz, feijão e trigo, uma vez que são transportados por rodovias cerca de 60% dessa safra. Com isso, por exemplo, novamente em Mato Grosso, gasta-se com frete um quarto da receita que se produz com a soja.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vejam o disparate: para transportar o arroz produzido na região norte de Mato Grosso até o centro consumidor, no interior de São Paulo, gasta-se só com frete aproximadamente R\$150 por tonelada, valor esse mais elevado que o custo de transporte da China para o Brasil.

Nesse caso, o custo com o frete de arroz atinge 40% do preço do produto.

Esse quadro vem-se agravando cada vez mais devido à persistente elevação dos custos do frete e à deterioração quase completa das estradas.

Em relação à safra anterior, o aumento da despesa com frete atingiu, em muitas regiões, a casa dos 70%. Como os produtores rurais podem ser competitivos num contexto desse?

Enquanto a sanha arrecadadora do Governo aumenta e a carga tributária fica absolutamente alta para alguns segmentos, o Governo Federal retém, na caixa do Tesouro Nacional, R\$9,1 bilhões do total de R\$22,4 bilhões arrecadados com a Cide. A outra parte desviou-se para outras finalidades, como o pagamento de juros, encargos da dívida e salários dos servidores.

Assim, no momento em que mais de 80% das estradas brasileiras estão em péssimo estado de conservação, surpreende o Governo Federal haver aplicado diretamente apenas R\$2,1 bilhões da Cide e, ainda mais, desse total, ter investido somente a irrisória quantia de R\$279 milhões na manutenção da malha viária federal.

Sr. Presidente, a Cide foi criada com o fim específico de recuperar as estradas brasileiras. No entanto, o Governo Federal gasta com a recuperação das estradas menos do que despende com publicidade, diárias e passagens áreas de seus servidores.

Esse fato é absolutamente inconcebível, ainda mais porque os consumidores brasileiros já pagam outros tributos, como impostos e contribuições, que poderiam muito bem ser utilizados na recuperação das estradas. Essa atitude é de uma miopia e de uma insensibilidade que não se esperava de um Governo eleito para promover mudanças e transformar o País.

A Conab, Sr. Presidente, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, já realizou minucioso levantamento das condições da estrada brasileira, quantificando o volume de carga de produtos agropecuários que nela circulam e estabelecendo prioridades para a sua recuperação, sem que fique comprometido o desempenho já prejudicado do agronegócio.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Esse levantamento é do conhecimento do Governo Federal e serve, portanto, de referência para que se estabeleçam na esfera competente as prioridades para as obras necessárias.

Sr. Presidente, estou discutindo aqui o relatório da Conab e interrompo para dar um aparte ao nosso eminente Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não gostaria de interrompê-lo. Sei que V. Ex^a é *expert* no assunto da agricultura e de toda infra-estrutura para que realmente o Brasil consiga se consolidar na progressão que tem tido na área do agronegócio. Mas ontem assustou-me a imagem no Jornal Nacional da perda dos grãos pelos buracos nas estradas, caindo pelo chão. Se minha memória não falha, parece-me que são mais de R\$2 bilhões de prejuízo com a perda da carga durante o transporte. Isso poderia consertar muitas estradas, Senador Jonas. V. Ex^a está mais do que afilito, com o coração apertado, porque é um homem especialista em agronegócio, tem sido um baluarte entre nós Senadores, e pelo menos é meu guia nessa área. V. Ex^a está de parabéns e deve manter firme o pé no acelerador para que se melhorem essas condições de infra-estrutura para atendimento do agronegócio e da agricultura familiar, que não pode ser desprezada.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eminente Senador, convencionamos chamar de agronegócio toda a agricultura. Alguns querem dividir em agricultura familiar e agronegócio, mas ele é, para nós, o envolvimento de tudo isso. Em Mato Grosso, a perda do transporte, o preço, o custo do transporte é 13% da nossa produção.

Concluo, dizendo que, no entanto, para aumentar mais ainda a angústia dos produtores, da população de Mato Grosso, o Tribunal de Contas da União apresentou ao Senado Federal restrição à implantação das obras de restauração de rodovias federais, de conservação preventiva e de rotina naquele Estado, as quais estão sendo apreciadas pela Comissão Mista do Orçamento no Congresso Nacional que hoje discutindo com o Presidente daquela comissão, Senador Jorge Bornhausen...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex.^a tem mais dois minutos, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – ... no dia 30 deste mês, vamos votar o relatório Michilis para liberar essas estradas para que o Governo faça a sua parte.

Essa medida, Sr. Presidente, aumentará, com certeza, a crise de transporte em Mato Grosso. Se não forem tomadas medidas urgentes para regularizar os entraves detectados, inviabilizará a adoção de obras emergenciais em Mato Grosso e gerará uma situação caótica devido às já precárias e lamentáveis condições das estradas lá existentes. Corre-se, assim, o risco de se ver agravada a situação de transporte em Mato Grosso, no momento em que a volumosa safra agrícola

terá de ser escoada para outras regiões consumidoras ou para exportação.

Entretanto, Sr. Presidente, não duvido que tanto os produtores rurais quanto os eleitores brasileiros em geral estão atentos a esse descompromisso do Governo Federal com as coisas urgentes que o povo requer e saberão, mais cedo do que se espera, dar o troco nas urnas. É bom lembrar que, no próximo ano, teremos novas eleições e, então, os eleitores terão uma valiosa oportunidade para avaliar as posições do atual Governo e de seus aliados, que acabarão colhendo os frutos desse descaso com as estradas, com os portos, com os produtores, com os consumidores, e com todos os brasileiros. Espero que o eleitor não tenha memória curta.

Sr. Presidente, faço, nesta tribuna, estas ponderações, e as faço em coro com outros colegas Parlamentares que têm aqui se manifestado contra esse estado de coisas, e as faço também em favor dos produtores rurais e da sociedade brasileira. Não quero me sentir omissos nesta hora que considero grave.

Daqui, então, apelo ao Governo Federal que analise com acuidade essa situação e que adote as medidas necessárias para recuperar a malha viária brasileira antes que a sua omissão venha afetar ainda mais a competitividade do agronegócio nacional; antes que essa situação afete o equilíbrio da sociedade e transforme este período turbulento em crise, que causará danos irreparáveis à saúde financeira dos nossos produtores rurais, esvazie ainda mais os bolsos dos consumidores e arrase a nossa economia de uma vez por todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Poderia me informar, se for possível, qual é a minha colocação para usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex.^a está indagando como orador inscrito?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estou inscrito para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Estamos aguardando o comunicado formal e V. Ex.^a será o próximo, após o orador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, an-

tes de abordar o assunto que me traz hoje à Casa, eu queria comunicar que estou solicitando uma audiência ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, provocado que fui pela Deputada Estadual Naluh Gouveia, do meu Estado, uma guerreira do povo acreano, que me colocou um assunto de extremo interesse dos pequenos Estados.

Trata-se de um projeto da Senadora Marina Silva, que dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada pelo SUS aos pacientes cujo tratamento se realiza fora do seu domicílio, o chamado TFD. Hoje em dia, como se sabe, o TFD custeia o transporte dessas pessoas, mas não custeia a estadia, a pousada das pessoas que vêm de Estados pequenos se tratar em Brasília, em Goiânia, em São Paulo, em Estados maiores, que têm mais recursos médicos.

Então, estou pedindo audiência ao Presidente Severino, para que S. Ex.^a, que tem se mostrado diligente na condução dos assuntos que dizem respeito àquele Casa, que coloque em pauta, imediatamente, esse projeto, que é de extremo interesse para um número enorme de pessoas que vivem e sofrem nos Estados pequenos como o meu, por exemplo.

O que me traz hoje aqui mais uma vez, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é um assunto que eu já introduzi de outra feita, relativo ao Banco Central, à sua inoperância mesmo, à sua falta de compromisso com o povo brasileiro, com este País, nos moldes em que as coisas vêm se processando há anos, não é de hoje. O Senador Rodolpho Tourinho está coberto de razão, não há que se falar em autonomia, porque autonomia e liberdade escancarada o Banco Central já tem em nosso País.

Citei aqui, em aparte ao Senador Saturnino, um fato que me deixa extremamente preocupado. Mas o Senador Tourinho tocou no “x” da ferida. Devemos tratar, sim, talvez, da regulamentação das funções do Banco Central, retomar essa discussão. O Senador Tourinho mostrou um catátau de 400 páginas que descrevem as atribuições do Banco Central. Por que não? Vamos, então, rever essas atribuições para dar oportunidade a essa instituição pública nacional de operar com eficiência, com denodo, o que não ocorre há anos neste País.

Há alguns dias, comentei alguns fatos que me levaram a votar contra a medida provisória que concedeu foro privilegiado ao atual e a todos os ex-presidentes do Banco Central. Hoje vou justificar a afirmação de ter a política econômica praticada há anos transformado o Brasil no paraíso dos banqueiros, no purgatório dos bancários e no inferno dos correntistas. O período de descontrole inflacionário no Brasil permitiu que bancos públicos e privados se cevassem nos depósitos dos

correntistas, transformando-se no mais privilegiado setor da economia. A inflação foi, incontestavelmente, a seiva de que se alimentaram bancos e banqueiros. Foi, aliás, o que disse o então presidente do Banco do Brasil, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, em 27 de julho de 1987, quando essa instituição anunciou o maior lucro já alcançado por uma instituição financeira do País. A introdução da matéria fala por si:

O presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, foi catapultado, na semana passada, para a primeira cena da vida econômica nacional, ao deixar estupefatos o mercado financeiro e os acionistas do banco, com o anúncio de um lucro de 34 bilhões e 190 milhões de cruzados. Este resultado é ainda mais surpreendente, por dois problemas conjunturais: uma crise geral de inadimplência que assustou todo o sistema nos primeiros meses do ano e a moratória brasileira que atingiu em cheio o banco, maior credor do Brasil na dívida externa.

A justificativa do então presidente do Banco foi simples e direta: "Quando há inflação, o banco ganha muito". A inflação naquele ano chegou a 366% e, no seguinte, a 933%!

As perdas da sociedade e os lucros dos bancos em decorrência da inflação foram estimados pelo economista diretor do Centro de Estudos da Reforma do Estado da Fundação Getúlio Vargas, Rubens Penha Cisne, publicados em agosto de 1997, em 2,2% do PIB, o equivalente a US\$198,300 bilhões, levando-se em conta a inflação entre 1947 e 1993. Somando-se esses valores às transferências provocadas pela inflação para os bancos comerciais, as perdas atingiram 4,18% do PIB. Leio uma das conclusões do estudo, textualmente: "As pessoas e as empresas transferiram para o setor bancário brasileiro, em decorrência da inflação acelerada, US\$18,800 bilhões por ano." Para se ter uma idéia dos efeitos da queda da inflação sobre o setor financeiro depois da adoção do Plano Real, basta dizer que as transferências inflacionárias para o setor bancário comercial caíram, em menos de três anos, US\$8,631 bilhões ao ano! Os mais atingidos foram os que mais lucraram, os bancos privados, com US\$3,281 bilhões, seguindo-se os bancos estaduais, com US\$2,751 bilhões, e os bancos oficiais federais, com US\$2,499 bilhões. Nesse período, a instalação de bancos dependia de cartas-patentes outorgadas pelo Banco Central, em geral por influência política. Elas se transformaram em verdadeiras cartas de corso, que legalizaram o assalto contra o bolso dos correntistas. Só com o dinheiro parado nas contas correntes, o lucro calculado pela Fundação Getúlio Vargas era de US\$1

bilhão por mês. No segundo semestre de 1994, as perdas dos bancos com essa fonte que secou chegaram a US\$5 bilhões. Para que se tenha uma idéia do que eram esses verdadeiros cartórios, entre 1990 e 1995 o número de bancos que trabalhavam com depósitos à vista cresceram 7,9%, os que operavam apenas no atacado como bancos de investimentos cresceram 24,7%, e na indústria de fundos o salto foi de 135,6%. Nos três anos seguintes à implantação do Plano Real, a dívida líquida do setor público passou de R\$145,700 bilhões para R\$269,500 bilhões. O processo afetou, portanto, não só os bancos, mas também o Governo, outro grande sócio da inflação. Metade dessa alta de R\$123,500 bilhões, entre julho de 1994 e maio de 1997, foi provocada pela queda da chamada arrecadação inflacionária no Banco Central e nos bancos públicos. Segundo o professor Rubens Penha Cisne, "trocamos o confisco inflacionário pelo endividamento público". E os bancos substituíram os ganhos inflacionários por outras receitas. Em novembro de 1995, segundo a empresa EF&C (Engenheiros Financeiros & Consultores), a participação das receitas e despesas dos 40 maiores bancos brasileiros, abrangendo os exercícios de 1993, 1994 e o primeiro semestre de 1995, passaram de 6,6%, no ano de 1993, para 8,5%, apenas no primeiro semestre de 1995.

Todos nós lembramos de duas consequências simultâneas do Plano Real sobre o sistema bancário. A participação dos bancos, que era de 15,58% no Produto Interno em 1993, caiu para 7,7% – menos da metade – dois anos depois. E atrás desse resultado vieram as quebras inevitáveis do Banco Nacional, do Banco Econômico da Bahia, do Banco Bamerindus e do Banco Mercantil de Pernambuco, além da intervenção no Banespa e no Banerj e da liquidação da maioria dos bancos estaduais. Os banqueiros que tiveram seus estabelecimentos liquidados ou transferidos a outros proprietários, acusados de gestão temerária, não sofreram, até hoje, qualquer punição. Apenas deixaram o paraíso pela porta de trás. As grandes vítimas foram os bancários, que conheceram o purgatório das demissões e da perda do poder aquisitivo dos que lograram manter os empregos. Em quatro anos, 200 mil bancários perderam o emprego neste País. E o que é pior, nos dez anos que vão de 1994 a 2003, a oferta de crédito como porcentagem do PIB caiu de 35,5% para 24,8%. Os ativos dos dez maiores bancos passaram, no mesmo período, de R\$224,6 bilhões para R\$900,7 bilhões, um crescimento de 301%, enquanto as despesas com o pessoal subiram, nesse mesmo período, 62,74%, à média de 6,27% ao ano.

Seus lucros não pararam de crescer. E os banqueiros continuaram sendo, como tradicionalmente,

os piores patrões. Nada menos de quatro de cada dez ações trabalhistas ajuizadas no TRT de São Paulo são reclamações contra os bancos. Se o Brasil se tornou o paraíso dos banqueiros e o purgatório dos bancários, o pior ainda viria. Em pouco tempo transformar-se-ia no inferno dos correntistas, sob as vistas complacentes e coniventes do Banco Central. Mas este é assunto para outra intervenção minha, em face do tempo limitado.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que, quando faço referências acerca da inoperância e da irresponsabilidade, por vezes, na condução dos assuntos relativos ao Banco Central, quero circunscrever minha crítica às diretorias do Banco Central...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC) – Porque já vi aqui nesta Casa presidente de Banco Central sair com ordem de prisão; já vi presidente de Banco Central sair pela porta dos fundos da instituição para não ser preso; hoje temos presidente de Banco Central que é objeto de investigação acerca de transferência fraudulenta de recursos. Mas nunca ouvi falar de fatos dessa natureza relativos ao corpo funcional daquela instituição, que repto da maior responsabilidade. São profissionais competentes e a eles, sim, deveriam ser entregues o comando e as atividades daquela instituição. Tenho certeza absoluta de que estaríamos aqui orgulhosos da condução dos assuntos do Banco Central se eles estivessem realmente afetos e entregues à responsabilidade dos seus servidores de carreira.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP). Pela ordem.) – Quero fazer minha inscrição pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador Leonel Pavan.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem o Presidente Lula esteve no Sul do nosso País e levou, aparentemente, boas notícias, quando anunciou a liberação de mais de R\$1 bilhão para investimentos na agricultura ou para amenizar o sofrimento de nossos agricultores.

Na verdade, sabemos que esse valor ainda é irrisório para recuperar as perdas da nossa agricultu-

ra, principalmente dos pequenos agricultores, já que só em Santa Catarina os prejuízos chegam a mais de R\$1 bilhão.

Ao ouvirmos o discurso do Presidente Lula, ficamos até em dúvida se Sua Excelência está na Oposição, em campanha para condenar o atual Governo, ou defendendo o seu Governo. Dizia, muito bem, que é preciso fazer, chega disso, chega daquilo, e concordamos com suas palavras. Porém, o Presidente está no Governo e, já no ano que vem, haverá eleições novamente! Passaram-se mais de dois anos e nada aconteceu. Ainda é preciso fazer algo.

No entanto, isso não tira o mérito do Presidente Lula, que foi pessoalmente atender os nossos agricultores. Sou contrário a algumas questões, mas quero cumprimentar o Presidente pelo menos pela sua boa vontade, apesar de os recursos destinados ainda serem poucos, e muito poucos, para solucionar os problemas que, em função de recente catástrofe, afetaram a nossa agricultura.

Por que digo que o Governo tem uma fala em determinada região, no interior do nosso País, e aqui no Planalto, em Brasília, faz diferente? Ontem ouvimos o Ministro da Agricultura, o competentíssimo Sr. Roberto Rodrigues, pelo qual tenho uma admiração muito grande – todos têm, isso é quase unanimidade nesta Casa –, fazer uma exposição muito boa sobre os investimentos feitos e os que ainda serão realizados na área da agricultura. Porém, há que se dizer que não sei como o Governo pode falar em política agrícola, em solução na área da agricultura, se está havendo cortes consecutivos no Orçamento para essa área.

Para a área de defesa sanitária, por exemplo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, havia R\$134 milhões. Cortaram quase 80%, e agora o valor será de R\$37 milhões. Essa quantia seria destinada ao combate e à prevenção de doenças e epidemias, a exemplo da aftosa. Na Conab, que cuida do estoque regulador de alimentos, também cortaram: tínhamos R\$16 bilhões no Orçamento e passamos a ter R\$2 milhões apenas. Para o cooperativismo, de R\$16,5 milhões, diminuíram para R\$3,5 milhões. Só nesta área de agricultura, de R\$334 milhões do Orçamento Geral, teremos apenas R\$68 milhões.

Está faltando uma política agrícola. Lamentavelmente, diz-se uma coisa no interior e aqui estamos vendo outra. Esses números são reais, estão corretos, foram publicados. Apesar do bom esforço do Ministro, percebe-se que não existe uma boa vontade justamente nesse setor. Quem acessar o site do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) encontrará verdadeiros absurdos nos gastos do Governo.

A revista **IstoÉ Dinheiro** publicou esta semana dados que nos apavoram, absurdos. Oitenta por cento dos investimentos do Governo estão sendo empregados em gastos públicos! Relataremos aqui alguns números: dos R\$9,1 bilhões, R\$7 bilhões foram investidos em gastos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Na relação de gasto em investimentos desde os anos de 1984 e 1985, o maior está sendo justamente neste ano de 2004. Para efeito de comparação, no último ano de Fernando Henrique Cardoso, o Governo do PSDB aplicou R\$15,5 bilhões em investimentos e os gastos de custeio dos itens mais caros foram de apenas R\$5,6 bilhões, enquanto o Governo Lula investiu o triplo e despendeu 80% com o gasto público. Enquanto se investia muito mais em infra-estrutura, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula extrapola...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo mais um minuto para V. Ex^a finalizar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Governo Lula extrapola em investimentos com fotocópias, viagens, diárias, demonstrando que realmente não existe um planejamento com os gastos do valor arrecadado por meio dos tributos.

Sr. Presidente, farei um outro pronunciamento relacionando melhor essas questões, mas quero dizer que não é possível solucionarmos os problemas de infra-estrutura em nosso País ou falarmos em investimento na agricultura enquanto o Governo não controlar os gastos com fotocópias, viagens, diárias e nomeações que não seriam necessárias. Houve mais de cinco mil nomeações no último ano. Isso, certamente, irá trazer um prejuízo enorme ao nosso País. Aí, o Governo tem que buscar solucionar esses problemas justamente com o aumento de tributos.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, suplente de secretário.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo falar pela Liderança do PMDB após a Ordem do Dia. O comunicado do Líder Ney Suassuna já se encontra na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Eu já o recebi e V. Ex^a está inscrito, Senador Maguito Vilela.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PFL, de preferência, se houver tempo, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Estamos aguardando a autorização da Liderança.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A autorização já foi solicitada e deve estar chegando.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Perfeitamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, Líder do PSB.

O SR. JOÃO CABIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, registro aos meus Pares que recebi, anteontem, em meu gabinete, a visita do Governador do Maranhão, Sr. José Reinaldo Tavares. S. Ex^a veio pedir o nosso apoio para a aprovação, nesta Casa, de um operação de crédito do Governo daquele Estado com o BIRD no valor de US\$30 milhões. Com certeza, todos aqui receberam uma carta-circular do Governador pedindo apoio.

A solicitação de autorização para o Governo maranhense contratar um empréstimo, por meio da Mensagem Presidencial nº 180, encontra-se nesta Casa desde novembro do ano passado. Já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos e tem como Relator o Senador Ney Suassuna, a quem peço empenho e agilidade para sua aprovação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Maranhão é um Estado da Federação que tem 70% de sua população abaixo da linha de pobreza, com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano, e o último colocado em renda **per capita** do País.

O empréstimo, que será utilizado no Projeto de Redução da Pobreza Rural – Prodí, vai financiar investimentos que propiciem condições de alavancar oportunidades de geração de empreendimentos produtivos e de renda e de melhoria nas áreas de saúde, educação e cultura da população rural pobre do Maranhão.

Projetos como esse merecem nossa especial atenção e total empenho, pois seu público beneficiário consiste na população mais pobre, residente nas co-

munidades rurais, inclusive quilombolas, e nas sedes dos Municípios com até 7,5 mil habitantes. Noventa por cento dos recursos serão utilizados em subprojetos comunitários, que abrangem 216 Municípios do Estado, que contemplam investimentos de apoio à educação, à saúde e saneamento, à cultura, geração de renda e também investimentos de apoio à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Com a implementação do Prodim são esperados benefícios como a implantação de 1,2 mil subprojetos comunitários, aumento da renda e melhoria da qualidade de vida de 80 mil famílias rurais, cerca de 400 mil pessoas.

Mais uma vez, peço aos nobres Senadores e Senadoras empenho para aprovação desse projeto, que visa tão-somente melhorar a qualidade de vida do povo maranhense.

Aproveito a oportunidade também para destacar um projeto de nossa autoria, que faz com que o Senado, que autoriza os empréstimos externos, também possa fazer o acompanhamento do uso desses recursos. Trata-se de grande responsabilidade nossa autorizar os empréstimos, mas também devemos ter a responsabilidade de acompanhar o uso desses recursos, que são importantes para alguns Estados pobres, como é o caso do Maranhão, principalmente destinando esses recursos às comunidades mais pobres. No Estado do Maranhão, assim como no Amapá, há um projeto do Banco Mundial na linha de combate à pobreza que, evidentemente, passará por esta Casa – se já não passou – e teremos a responsabilidade de aprová-lo, assim como de acompanhar os gastos desses recursos, que terminam pesando sobre o conjunto da sociedade. São recursos que tomamos emprestados e cujos juros, sabemos, são exorbitantes e são pagos com o atraso na infra-estrutura do País. Todos reclamam porque não há recursos para investimento, até porque o dinheiro do investimento está todo comprometido com o pagamento dos serviços da dívida pública, tanto interna quanto externa. Investimos um décimo daquilo que pagamos em juros. Portanto, o dinheiro existe, mas está comprometido com o pagamento de juros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, por dez minutos, por cessão do Senador Romeu Tuma.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs, Senadores, afastando-me um pouco do hábito de intervir mais em temas sociais, especialmente naqueles ligados à infância e à

juventude, tomo a palavra neste momento para fazer dois apelos e deixar registrada uma declaração.

O primeiro apelo é a todos os meus colegas desta Casa. Reconheço a constância e a seriedade com que todos acompanham os grandes problemas nacionais. Mesmo assim, gostaria de pedir-lhes atenção para uma perspectiva grave: a de que, dentro cinco ou seis anos, enfrentemos uma crise séria no abastecimento de derivados de petróleo.

A Petrobras, cuja competência e espírito cívico todos reconhecemos, viu-se forçada, no último quarto de século, a priorizar a produção de petróleo bruto. Ao mesmo tempo, teve que investir na modernização do parque de refino e em sua adaptação crescente para processar os óleos pesados de origem nacional. Chegou a hora de voltar a investir em novas refinarias.

O Presidente da República e o próprio Presidente da Petrobras já manifestaram, em várias oportunidades, que dão prioridade à ampliação da nossa capacidade de produzir derivados. Nossa dependência de importações está ainda dentro dos limites aceitáveis, entre 10% e 20% de das nossas necessidades. Porém, é a própria Petrobras que nos adverte de que essa dependência externa dobrará até 2010: da importação atual de 17% do consumo nacional passaremos a ter que importar 35%.

Segundo essa estimativa oficial, até 2010 nosso País precisará ampliar em 46% a capacidade própria de refino. Caso esses investimentos não ocorram, haverá um sério risco de desabastecimento, além de fortes pressões sobre os preços de todos os derivados. É improvável que, nessas condições, venhamos então a conseguir manter bons níveis de inflação que este Governo conquistou e que toda a sociedade brasileira reconhece como um grande êxito.

Nesse último quarto de século, Sr. Presidente, o aumento da capacidade de refino se fez com melhoramento e ampliação das plantas existentes, a última das quais foi inaugurada em 1980. Isso levou a que duas terceiras partes dessa capacidade se concentrem nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Creio, Sras e Srs. Senadores, que chegou a hora de investir em novas refinarias. Porém, agora no Nordeste.

Meu segundo apelo, neste momento, é dirigido aos meus Pares da Bancada nordestina. Insto a todos eles que nos unamos para fortalecermos esse pleito comum e justo. Que tomemos a requisição da refinaria como uma grande chance para uma demonstração de entendimento e cooperação. Que consigamos criar esse clima de união que nos fortalecerá, conforme vem insistindo o ilustre Senador Tasso Jereissati à frente

da Presidência da nova Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Estima-se que, em 2010, o Nordeste responderá por 20% da demanda de gasolina e por 27% da de diesel. A região Norte-Nordeste exigirá, então, importações líquidas de derivados de 330 mil barris/dia, com um impacto na balança comercial estimado em US\$4,7 bilhões ao ano!

Assim, nosso pleito, Srs e Srs Senadores do Nordeste, contribuirá para diminuir importações de derivados em toda a macrorregião Norte-Nordeste, mas também para equilibrar o mercado de derivados de modo geral.

Há um quarto de século escutamos repetidamente que os critérios técnicos para expandir nossa capacidade de refino justificam a ampliação das refinarias já instaladas. O Nordeste deve agora, como uma só voz, recordar que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consta a redução das desigualdades regionais, conforme o art. 3º, inciso II, da Constituição Federal.

No planejamento do parque futuro de refino, é necessária uma visão política de longo prazo, que não cabe em um modelo estreito de uma racionalidade apenas econômica. Um projeto de refinaria tem papel estruturante sobre o espaço regional e atende assim, plenamente, o espírito e a letra dessa determinação constitucional, que busca mais eqüidade e equilíbrio entre todos os Estados da Federação.

Estou, portanto, convencida de que nós, Parlamentares do Nordeste – Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais –, podemos, neste momento, somar nossas vozes, pleiteando uma refinaria para nossa região. Sabemos que muitos Estados se oferecem como sede e que todos têm, por certo, diferentes e justificáveis razões para esse oferecimento. Sei também que cada um de nós tem uma responsabilidade especial com os povos dos nossos próprios Estados, a quem devemos os mandatos que aqui exercemos. É esse último sentimento que motiva as minhas considerações finais.

Quero deixar registrado, Sr. Presidente, que as autoridades e a classe empresarial do Ceará estão dispostas a sediar a nova refinaria e preparadas para gerenciá-la com toda proficiência. A primeira reivindicação que fizeram, com o propósito de instalar no Estado uma planta de refino da Petrobras, data de 1965, há 40 anos. Nossos pesquisadores estão hoje convencidos das vantagens que o atual complexo industrial e portuário de Pecém oferece como possível sede.

Em particular, o Comitê Pró-Refinaria, constituído pela Universidade Federal do Ceará, comprova que a

instalação de uma refinaria no Estado pode beneficiar-se com custos de fato competitivos. Por trás dessas considerações técnicas, há um determinismo geográfico influindo nessa vantagem relativa: a posição cêntrica do Ceará nesse grande espaço que vai do Estado de Alagoas ao Estado do Pará.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, espero poder ter trazido mais uma vez este debate tão importante para nossa região Nordeste. Espero havê-los alertado para a urgência de modificarmos nossa política de produção e abastecimento de derivados de petróleo. Após um quarto de século apenas ampliando a capacidade de processamento das plantas existentes, faz pleno sentido acrescentar-lhes hoje uma nova refinaria. Esse propósito ajudará a assegurar ao Brasil um processo futuro de desenvolvimento mais sólido e ao mesmo tempo mais seguro.

Reivindicamos que essa nova planta se instale no Nordeste. Há justificações econômicas mais que suficientes para que assim se decida sobre sua futura sede. Pelo impacto que a nova planta terá no produto regional e pela geração de empregos diretos e indiretos que ela proporcionará, esse projeto tem a virtude de dar também cumprimento ao objetivo constitucional de promover maior equilíbrio regional em nosso País.

Por fim, reitero a disposição do Estado do Ceará para recebê-la. O Governo, a comunidade científica, os empresários, os trabalhadores, a classe política e toda a sociedade civil do meu Estado estão preparados para isso. Estão há 40 anos esperando que isso ocorra. Há um sentimento unânime no Ceará de que receber a refinaria é um ato de justiça, tanto econômica como social.

Srs e Srs. Senadores, costumo sempre levantar questões ligadas à infância e à juventude de nosso País, mas me sinto na obrigação de trazer este assunto que, para nós, nordestinos e cearenses, é de vital importância. Essa não deve ser uma luta que coloque os irmãos nordestinos uns contra os outros, mas, ao contrário, deve nos unir em uma só voz para que o Governo Federal realmente possa ter um planejamento para todo o Nordeste, para que o Governo Federal ajude o Nordeste a resgatar uma dívida de tantos e tantos anos, que deixa o nosso povo, muitas vezes, à margem da sociedade, sofrendo com a pobreza e com a miséria. O impacto da chegada de uma refinaria como essa para o Estado do Ceará certamente seria um momento de grande alegria para todos nós.

Estamos preparados para receber a refinaria. Temos um Estado que conseguiu sanear as suas contas, temos a infra-estrutura necessária e temos um povo generoso e trabalhador, capaz de levar

adiante uma reivindicação que existe há mais de 40 anos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Sabya Gomes, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Almeida Lima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não havia feito o pedido para uma comunicação inadiável e fui orientado a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a falará depois do Senador Almeida Lima, Senador Paulo Paim. Logo após, passaremos à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, com alegria, venho à tribuna desta Casa para anunciar ao País os 150 anos, o sesquicentenário da minha querida cidade, capital de todos os sergipanos, Aracaju.

No dia 17 de março de 1855, nascia a nossa querida cidade, já com a esperança, já com a missão de ser a capital de todos os sergipanos. Anteriormente, a sede era no Município de São Cristóvão. Portanto, hoje é um dia de alegria para os aracajuanos e para todos os sergipanos.

Essa cidade nasceu e cresceu, é ainda jovem, pujante, bela, desenvolvida e, acima de tudo, é uma cidade que tem uma população extremamente acolhedora, alegre, de bem com a vida e que, com certeza, sabe prestigiar e acolher não apenas os seus filhos, mas todos aqueles, brasileiros ou não, que para Aracaju se transferem, que ali se instalaram e que procuram levar, com dignidade, uma vida saudável. Aracaju sempre soube receber, sempre soube agraciar os seus filhos e todos aqueles que para lá se dirigem.

No dia de hoje, recebi do cerimonial da Presidência da República a comunicação de que amanhã, a partir das 11 horas, Aracaju receberá a visita de Sua Excelência o Presidente da República.

Por certo, embora em um momento incômodo para Sua Excelência e para aquele povo, sobretudo diante das decisões de Governo que não acalentam, que não atendem aos sonhos dos sergipanos e dos aracajuanos, a exemplo da decisão já tomada, que contraria os interesses do Estado, da instalação da refinaria, sobretudo diante da decisão de, a todo custo,

de forma contrária aos interesses do Estado de Sergipe e de outros Estados, promover a transposição das águas do rio São Francisco.

Tenho certeza de que o povo de Aracaju, apesar de contrariado e incomodado, considerando até mesmo indesejável a visita no momento, saberá compreender. Desejo que, no dia de amanhã, Sua Excelência o Presidente da República, sempre bem recebido em nosso Estado, sempre o mais votado naquelas terras, sobretudo em Aracaju, diante da alegria do povo, em um momento ímpar de nossa história, quando a capital completa 150 anos de existência, aproveite a oportunidade para anunciar a instalação da refinaria, que aproveite a alegria para dizer aos sergipanos e, por via de consequência, aos baianos, alagoanos e pernambucanos, que, em boa hora, entendeu que a transposição das águas do rio São Francisco, sem a prévia revitalização, é um equívoco e que o Governo vai revogar isso.

E não apenas isso. Tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que Sua Excelência o Presidente da República, neste momento de alegria em Aracaju, ao lado de companheiros do Partido dos Trabalhadores, do Prefeito de Aracaju, Sr. Marcelo Deda, e do Presidente da Petrobras, o ex-Senador José Eduardo Dutra, que sempre contaram com o apoio popular, anunciará a liberação de recursos a fim de remover o sofrimento de nosso povo, sobretudo do homem do semi-árido do sertão sergipano, que, abatido com as enchentes do ano passado, até a presente data não foi socorrido.

Tenho certeza absoluta de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao visitar Aracaju em um momento de alegria, não decepcionará nosso povo e determinará a retomada das obras de ampliação das rodovias BR-101 e BR-235, no sentido de levar ao povo uma parcela de infra-estrutura que propiciará o desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, neste momento de alegria e de festividade, envio, da tribuna do Senado Federal, minhas homenagens ao querido povo de Aracaju, cidade de que fui prefeito durante os anos de 1994, 1995 e 1996, contribuindo para o seu embelezamento e desenvolvimento econômico, social e demográfico. Enfim, neste momento, registro a esperança e a certeza de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, no dia de amanhã, embora em um momento incômodo pelas decisões tomadas, mas refletindo em segundo momento, vai revogar as decisões que consideramos injustas e vai anunciar verdadeiros atos de governo que venham, aí sim, homenagear nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável. Em seguida, pela Liderança do PFL, ao Senador José Jorge.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, durante cerca de um ano e meio ocupei a tribuna para falar, não digo diariamente, mas semanalmente, a respeito da PEC Paralela. Muitas vezes fiz cobranças à Câmara dos Deputados. E hoje é dia de elogiar aquela Casa, que enfim votou, quase por unanimidade, a PEC Paralela. A iniciativa de incluir a matéria na pauta, em primeiro turno, foi do ex-Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, e agora, em segundo turno, de forma rápida, por iniciativa do Presidente Severino Cavalcanti.

Ao mesmo tempo em que cumprimento a Câmara dos Deputados por construir o consenso, lembro que a matéria volta a esta Casa pronta, a meu ver, para ser votada rapidamente. Apelo, portanto, aos Srs. Senadores – e fomos nós que formatamos a PEC Paralela – a fim de que possamos diminuir os prazos regimentais, aprovar a matéria em dois turnos e, de uma vez por todas, concluir o debate em torno da chamada PEC Paralela.

Sr. Presidente, fui procurado por algumas categorias que pedem minha colaboração no sentido de introduzir garantias àqueles que não se consideram contemplados. É impossível fazer isso. Se o fizermos, haverá o efeito pipoca ou pingue-pongue: emendamos aqui, a matéria vai à Câmara; emendam lá, volta para cá. E assim estaremos fazendo o jogo daqueles que não querem a PEC Paralela. Quem não se considera contemplado, que elabore nova emenda e encaminhe para debate. Votemos a PEC Paralela, que foi fruto de amplo acordo na Câmara dos Deputados e foi aprovada praticamente por unanimidade.

Então apelo, neste momento, para que o Senado Federal, que foi o mentor da PEC Paralela, vote rapidamente a matéria no mês de março ou, no máximo, de abril, e encerremos a discussão. Repito: pelo que entendi, na Câmara dos Deputados, a ampla maioria dos setores ligados à Oposição e ao Governo construíram o entendimento. Se votarmos agora, estaria de uma vez por todas resolvida a questão.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, eu me solidarizo com V. Ex^a em relação à cobrança da PEC Paralela, que foi fruto de acordo firmado por todos nós, e tem sido uma cobrança permanente de V. Ex^a. Assim sendo, saúdo V. Ex^a pela perseverança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte, Senador Ney Suassuna. A PEC Paralela foi fruto de uma construção coletiva de todos os Senadores da Situação e da Oposição. Acabou dando certo, e houve um grande entendimento também na Câmara dos Deputados entre Governo e Oposição.

Agora esperamos aqui consolidar, de uma vez por todas, essa longa e sofrida caminhada de um ano e meio. Milhões de trabalhadores estavam na expectativa. A PEC Paralela assegura inclusive a aposentadoria para a dona de casa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de ressaltar um aspecto da aprovação da PEC Paralela, que foi exatamente a mudança do Presidente da Câmara dos Deputados. Durante mais de um ano, quando presidia aquela Casa o Deputado João Paulo Cunha, governista, a emenda permaneceu engavetada. Foi preciso que assumisse a Presidência o Deputado Severino Cavalcanti para que a matéria fosse aprovada. Somente após o Presidente Severino Cavalcanti assumir, diversos projetos que permaneciam há mais de um ano engavetados, como o da Biossegurança e o da PEC Paralela, foram aprovados, quando isso poderia ter acontecido muito antes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, entendo que V. Ex^a também está cumprimentando todos nós pelo trabalho feito aqui e na Câmara dos Deputados, como foi a intenção também do Senador Ney Suassuna.

Senador Ney Suassuna, para ser justo, devo dizer que o Presidente João Paulo Cunha colocou em votação a PEC em primeiro turno; o Deputado Severino Cavalcanti, atual Presidente da Casa, conseguiu colocar em votação os destaques e, rapidamente, a PEC em segundo turno. Então, meus cumprimentos aos membros da Câmara dos Deputados e aos 81 Senadores. Todos colaboraram para que esse momento ocorresse.

Sr. Presidente, nesse pouco tempo que me resta, peço a V. Ex^a que dê como lido, para que fique registrado nos Anais da Casa, este meu pronunciamento, em que trato de IPTU. Alguém me disse que

é um tema delicado. Mas, não há como eu não tratar desse assunto.

Hoje, infelizmente, o IPTU é pago por quem aluga um imóvel. Eu tenho uma casa alugada e, esses dias, perguntei à imobiliária quem pagava o IPTU. Disse-me ela que quem paga é o locatário. Pedi para rever essa decisão contratual, Sr. Presidente, pois não acho justo que quem tem por direito, por conquista sua, uma, duas, três, quatro, cinco, quem sabe até dez propriedades, não pague o IPTU do seu imóvel e sim aquele cidadão simples, que paga o aluguel.

Trago à tona esse assunto porque tenho um projeto nesse sentido, que apresentei na Câmara dos Deputados e representei no Senado Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A questão é de justiça, é de distribuição de renda. Quem tem que pagar o IPTU é o dono do imóvel, porque é um imposto de algo que é seu. O outro cidadão, que aluga, paga o aluguel e ainda paga o IPTU do capital do terceiro em questão! Um juiz já disse que a lei aponta nesse sentido, mas que está embutida, no contrato, a responsabilidade do locatário de pagar o IPTU. Apelo ao Senado que aprove o meu projeto, que estabelece que o dono do imóvel é quem o IPTU.

Alguém já me disse que essa não é uma proposta muito simpática aos formadores de opinião, que têm imóveis e que os aluga. Mas, a questão para mim é de justiça. É como o salário mínimo. Eu não vou deixar de brigar por um salário mínimo justo porque quem detém o capital é que paga o salário mínimo. Vou brigar sempre por um...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra .

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupado com a correção da legislação brasileira e, principalmente, com o locatário que vem há anos arcando com o compromisso tributário do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, apresentei nesta Casa Legislativa o PLS 28/2003.

Baseado na visão social de que o dono da propriedade tem melhores condições financeiras para arcar com o tributo, pela sua própria capacidade con-

tributiva, acredito que cabe ao proprietário do imóvel a responsabilidade do pagamento do IPTU.

O texto constitucional trata, em seu art. 156, da competência dos municípios para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Sabemos que o assunto tem sido motivo de controvérsias, por ser tratado no Código Tributário Nacional, na Lei do Inquilinato e, ainda, conforme as cláusulas estabelecidas nas relações contratuais entre o proprietário e o inquilino.

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ julgou um recurso especial da Prefeitura do Rio contra a concessionária de veículos Barrafor. O entendimento para esse caso específico foi de que o tributo deveria ser cobrado do proprietário do imóvel e não da revendedora de carros.

Segundo o relator, ministro José de Castro Meira, “Existem três situações nas quais a cobrança do IPTU é devida. Quando a pessoa ou entidade em questão se configura como proprietária, quando é tida como titular em domínio ou quando é possuidora de qualquer título, ou seja, ainda não obteve o documento definitivo, mas é possuidora da vontade de ser proprietária”.

Conforme nota divulgada pelo STJ, o julgamento em tela tratou de um caso que difere da relação proprietário/inquilino no âmbito do Direito Privado, por isso a decisão não abre jurisprudência e não cria precedente para o pagamento do IPTU pelo proprietário.

Foi veiculado na **Gazeta Mercantil** de ontem – 14 de março, que o Ministro José de Castro Meira lembrou que caberia ao Congresso Nacional ou ao poder Executivo a iniciativa de modificar a Lei do Inquilinato.

Sabemos porém, que a tradição é a do locador impor ao locatário a cláusula de pagamento do IPTU como condição essencial para a assinatura do contrato.

No Brasil, o problema da habitação é foco de debates no campo jurídico e social, porém, nunca foi resolvido. É preciso implantar um sistema que ao mesmo tempo possa suprir a demanda habitacional, que leve em conta o princípio da justiça contratual, e que estimule a iniciativa privada a investir no setor habitacional.

A intenção desse projeto é a reparação de uma desigualdade que vem se arrastando ao longo dos anos. O pagamento de aluguel já é um ônus pesado para aquele que com os seus rendimentos mensais ainda não obteve condições de adquirir uma moradia para abrigar sua família.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho pedir a colaboração dos senhores pela aprovação do PLS nº

28/2003 que se encontra na CCJ pronto para votação, pelo seu grande alcance social, pois esta Casa tem o dever de atender a fatia da população menos favorecida economicamente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, e o Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB. Logo após, passaremos à Ordem do Dia.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo País vem acompanhando, desde de setembro do ano passado, a discussão sobre a reforma ministerial – talvez a mais longa que o nosso País conheceu.

Inicialmente a reforma ministerial visava um melhor funcionamento do Governo, tornando-o mais executivo. A reforma agilizaria diversos programas paralisados. Sr. Presidente, com a demora de seis meses, a melhoria do funcionamento ministerial foi esquecida. Hoje, ninguém fala nisso. Agora só se fala no “QI” do futuro Ministro, isto é, “Quem Indicou”. Por exemplo, se um membro do PP pretende ser ministro, discute-se se quem vai indicá-lo é o Líder do Partido ou se é o Presidente Severino Cavalcanti – parece que ficou decidido que vai ser o Presidente Severino Cavalcanti. Se o pretendente é membro do PMDB, então se discute se a indicação será do Presidente Renan Calheiros, ou do Líder do PMDB; aparentemente é do Presidente Renan Calheiros. E assim essa reforma vai andando sem que se consiga levá-la a cabo.

Diariamente a imprensa menciona os Ministros que estão praticamente escolhidos. Aliás, a mídia tem sido superpaciente, uma vez que, por seis meses, tem dedicado duas páginas à reforma ministerial. Se multiplicarmos 180 dias por duas páginas dedicadas à matéria, são 360 páginas de jornal somente sobre a reforma ministerial! O que vai acontecer? O Governo tem 36 Ministros, e há uma pasta vaga, que é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, portanto 35 Ministérios estão ocupados. Parece que o Governo pretende tirar dois Ministros e nomear três. Então, é uma reforma mínima para tanta demora. Mas o fato é que ninguém quer sair. Aliás, o Senador Aloizio Mercadante disse, há quin-

ze dias, que o grande nó da reforma é que todo o mundo quer entrar e ninguém quer sair. Essa é que é a verdade.

Assim, Sr. Presidente, resolvemos saber, no site do PFL, a opinião do internauta sobre qual dos 36 Ministros do Governo Lula deveria ser demitido. Fiz essa pergunta apenas segunda-feira à noite. Já havia pensado nela anteriormente, mas eu achava que o Presidente escolheria o Ministro rapidamente e que a minha pergunta ficaria sem sentido. Mas não houve escolha ainda.

Fiquei surpreso com o número de votos: 978 em dois dias. Um número acima do que esperávamos. Na lista, consta o nome de 36 Ministros. Vou dizer o nome dos cinco últimos, ou seja, daqueles que a população deseja não ver demitido. São eles: José Fritsch, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; o General Jorge Armando Félix; Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Ministro da Advocacia-Geral da União; Nilcéa Freire; e o Ministro Jacques Wagner. Na realidade, são Ministros que ninguém conhece, excetuando o Ministro Jacques Wagner, que já foi detentor de outras pastas. As pessoas votam naquele que conhecem.

Vou citar agora o nome dos cinco Ministro mais votados. O Ministro Amir Lando, nosso companheiro aqui do Senado, está em primeiro lugar, certamente, porque todos os jornais já dizem que ele vai ser demitido. E as pessoas gostam de acertar. Então, como ele já está demitido, as pessoas votam nele. Em segundo lugar, o Ministro José Dirceu, um dos mais conhecidos, que aparece mais na mídia. Em terceiro, a Ministra Dilma Rouseff. Até considero injusta a demissão dela. Em quarto, vem o Ministro Tarso Genro. Considero que, pelo que S. Ex^a propõe para a agricultura, está bem merecido. Em quinto, o Ministro Ricardo Berzoini, que ontem mesmo foi vaiado na Câmara e esteve envolvido na questão dos velhinhos. Então, ele aparece em qualquer lista.

Faço um apelo para que a população continue votando. Nós vamos manter o site aberto até o final da reforma ministerial. Portanto, pelo menos até depois da Semana Santa, todos podem votar. É somente acessar o site do PFL e colaborar para que o Presidente Lula saia desse estado de hesitação em que está há seis meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Na sua opinião, quais dos 36 ministros devem ser demitidos?

Total de 90.884 votos

1º - Amir Lando Ministro da Previdência Social	 9,9% 9.017 votos
2º - José Dirceu Ministro da Casa Civil	 8,8% 8.018 votos
3º - Dilma Rousseff Ministra de Minas e Energia	 8,0% 7.234 votos
4º - Tarso Genro Ministro da Educação	 7,7% 6.977 votos
5º - Ricardo Berzoini Ministro do Trabalho e Emprego	 6,0% 5.467 votos
6º - Roberto Rodrigues Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	 5,9% 5.403 votos
7º - Francisco Waldir Pires de Souza Ministro da Controladoria Geral da União	 4,4% 3.972 votos
8º - Humberto Costa Ministro da Saúde	 4,1% 3.701 votos
9º - Henrique Meirelles Presidente do Banco Central (com status de Ministro)	 3,5% 3.220 votos
10º - Miguel Rossetto Ministro do Desenvolvimento Agrário	 3,1% 2.851 votos
11º - Márcio Thomaz Bastos Ministro da Justiça	 3,0% 2.729 votos
12º - Antônio Palocci Ministro da Fazenda	 2,9% 2.658 votos
13º - Walfrido dos Mares Guia Ministro do Turismo	 2,4% 2.161 votos
14º - Eunício Oliveira Ministro das Comunicações	 2,3% 2.108 votos
15º - Luiz Gushiken Ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica	 2,3% 2.062 votos
16º - Gilberto Gil Ministro da Cultura	 2,2% 1.986 votos
17º - Patrus Ananias Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	 2,2% 1.977 votos
18º - Olívio Dutra Ministro das Cidades	 2,1% 1.905 votos
19º - Ciro Gomes Ministro da Integração Nacional	 2,1% 1.878 votos
20º - Agnelo Queiroz Ministro do Esporte	 1,8% 1.671 votos

21º - Aldo Rebelo Ministro da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais	1,7% 1.514 votos
22º - Luiz Soares Dulci Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República	1,6% 1.443 votos
23º - Alfredo Pereira do Nascimento Ministro dos Transportes	1,6% 1.426 votos
24º - Luiz Fernando Furlan Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1,5% 1.374 votos
25º - Eduardo Campos Ministro da Ciência e Tecnologia	1,1% 1.016 votos
26º - Nilmário Miranda Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos	1,1% 1.007 votos
27º - Marina Silva Ministra do Meio Ambiente	1,0% 864 votos
28º - José Alencar Ministro da Defesa	0,9% 833 votos
29º - Celso Amorim Ministro das Relações Exteriores	0,9% 821 votos
30º - Matilde Ribeiro Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0,7% 652 votos
31º - Nelson Machado Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão	0,6% 529 votos
32º - Jacques Wagner Ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	0,6% 524 votos
33º - Nilcéa Freire Ministra da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres	0,6% 510 votos
34º - Álvaro Augusto Ribeiro Costa Ministro da Advocacia-Geral da União	0,5% 485 votos
35º - Gen. Jorge Armando Félix Ministro do Gabinete de Segurança Institucional	0,5% 478 votos
36º - José Fritsch Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	0,5% 413 votos

Na sua opinião, quais dos 36 ministros do Governo Lula devem ser demitidos?

Total de 90.780 votos

1º - Amir Lando Ministro da Previdência Social	 9,9% 9.013 votos
2º - José Dirceu Ministro da Casa Civil	 8,8% 8.005 votos
3º - Dilma Rousseff Ministra de Minas e Energia	 8,0% 7.231 votos
4º - Tarso Genro Ministro da Educação	 7,7% 6.970 votos
5º - Ricardo Berzoini Ministro do Trabalho e Emprego	 6,0% 5.457 votos
6º - Roberto Rodrigues Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	 6,0% 5.403 votos
7º - Francisco Waldir Pires de Souza Ministro da Controladoria Geral da União	 4,4% 3.972 votos
8º - Humberto Costa Ministro da Saude	 4,1% 3.690 votos
9º - Henrique Meirelles Presidente do Banco Central (com status de Ministro)	 3,5% 3.218 votos
10º - Miguel Rossetto Ministro do Desenvolvimento Agrário	 3,1% 2.848 votos
11º - Márcio Thomaz Bastos Ministro da Justica	 3,0% 2.726 votos
12º - Antônio Palocci Ministro da Fazenda	 2,9% 2.655 votos
13º - Walfredo dos Mares Guia Ministro do Turismo	 2,4% 2.161 votos
14º - Eunício Oliveira Ministro das Comunicações	 2,3% 2.104 votos
15º - Luiz Gushiken Ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica	 2,3% 2.058 votos
16º - Gilberto Gil Ministro da Cultura	 2,2% 1.982 votos
17º - Patrus Ananias Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	 2,2% 1.975 votos

18º - Olívio Dutra Ministro das Cidades	2,1% 1.900 votos
19º - Ciro Gomes Ministro da Integração Nacional	2,1% 1.873 votos
20º - Agnelo Queiroz Ministro do Esporte	1,8% 1.670 votos
21º - Aldo Rebelo Ministro da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais	1,7% 1.508 votos
22º - Luiz Soares Dulci Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República	1,6% 1.442 votos
23º - Alfredo Pereira do Nascimento Ministro dos Transportes	1,6% 1.426 votos
24º - Luiz Fernando Furlan Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1,5% 1.374 votos
25º - Eduardo Campos Ministro da Ciência e Tecnologia	1,1% 1.016 votos
26º - Nilmário Miranda Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos	1,1% 1.006 votos
27º - Marina Silva Ministra do Meio Ambiente	0,9% 862 votos
28º - José Alencar Ministro da Defesa	0,9% 831 votos
29º - Celso Amorim Ministro das Relações Exteriores	0,9% 821 votos
30º - Matilde Ribeiro Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0,7% 652 votos
31º - Nelson Machado Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão	0,6% 529 votos
32º - Jacques Wagner Ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	0,6% 524 votos
33º - Nilcéa Freire Ministra da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres	0,6% 510 votos
34º - Álvaro Augusto Ribeiro Costa Ministro da Advocacia-Geral da União	0,5% 485 votos
35º - Gen. Jorge Armando Félix Ministro do Gabinete de Segurança Institucional	0,5% 478 votos
36º - José Fritsch Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	0,4% 405 votos

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, conforme anunciei aqui, desta tribuna, comecei dias atrás a colher assinaturas para o estabelecimento de duas Comissões Parlamentares de Inquérito a funcionarem aqui, no Senado. Uma delas visando a esclarecer, de uma vez por todas, o episódio Waldomiro Diniz, em que o alto funcionário do Palácio do Planalto, ocupante de gabinete do andar acima da sala do Presidente da República, se envolve, antes e durante o Governo Lula, em acusações escabrosas de corrupção.

O outro, levando em conta a declaração do Presidente Lula de que um alto funcionário teria alertado S. Ex^a para a corrupção, no Governo passado, no setor das privatizações do setor elétrico. Propus, então, uma CPI ampla para investigar todas as privatizações, ou seja, não só o setor elétrico como o não elétrico. Se alguém disser que há dúvida quanto à venda, por exemplo, da Vale do Rio Doce, devemos investigar e, assim, a todo o conjunto dessa obra de privatizações. Então, tenho a impressão, Sr. Presidente, de que não vai ter aquilo que no meu Estado – e meus conterrâneos vão me entender como ninguém – chamam de dança de rato, que anda torto. Vai ter clareza. Apresentei o requerimento à Mesa com 30 assinaturas inarredáveis. Duvido que alguém retire uma assinatura, pois são pessoas que firmaram, dentre os 81 Senadores, o seu compromisso com as duas investigações e vão manter suas assinaturas. Agora, o próximo passo é a indicação dos nomes pelos Líderes. O PSDB fará isso hoje à tarde, e me reportou o Líder do PFL que fará isso também; ademais, não tenho dúvida de que será essa a intenção do Líder do PDT, Senador Osmar Dias.

Por outro lado, vejo a Imprensa dizer que o Governo talvez não apresente os seus nomes, o que não consigo entender até porque estão instalando na Câmara uma comissão parlamentar de inquérito que visa a investigar o setor elétrico. Então lá não desestabiliza, lá pode; aqui desestabiliza e aqui não pode? A CPI não serve mais, a não ser que seja uma CPI inócuia para o Governo, uma CPI que investigasse, por exemplo, por que o casamento da paca com o tatu não gera filho. Essa CPI pode ser feita à vontade, mas essa não interessa à Nação. A Nação quer saber se houve corrupção no Governo passado no ramo das privatizações e se houve corrupção a mais, oficial, envolvendo essa figura corrompida do Sr. Waldomiro Diniz. Saber se gaivota cruza com águia não nos interessa. O que nos interessa é ir a fundo na questão da passagem a

limpo do País. Então tenho certeza de que é constrangedor para o Governo. Ele agora não dá os nomes; aí, fica aquela dúvida.

Têm razão os Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres quando dizem que cabe ao Presidente da Mesa, na omissão dos Líderes, a indicação dos nomes, à revelia dos Líderes. Estão os dois Senadores no Supremo Tribunal Federal, aguardando o veredito da Suprema Corte. Ou seriam os Líderes as autoridades a serem coagidas? No começo, eu andava pela rota do Senador Pedro Simon. Agora, eu me convenci do contrário; eu me convenci que tinha razão o Senador Eduardo Siqueira Campos. Fui à Justiça Federal e obtive um parecer muito bonito da juíza que disse que, embora houvesse ali a chamada fumaça do bom Direito, não poderia se pronunciar sobre essa matéria enquanto não houvesse o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Então, ou os Líderes indicam – penso que são os Líderes a indicar – ou é o Presidente que tem de indicar de qualquer jeito. O que não pode é a Maioria decidir quando tem ou não CPI nesta Casa porque isso significa atingir o direito da Minoría, secularmente consagrado pela tradição anglo-saxônica do Parlamento, que o Brasil segue.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A CPI foi feita para, toda vez que a Minoría reunir pelo menos um terço de uma Casa Legislativa, ela ter o direito de instalar uma comissão parlamentar de inquérito, à revelia da vontade dos poderosos do momento. Não depende deles. É direito da Minoría. Se somente se fizer uma CPI quando a Maioria concordar, vamos saber, de novo – estou muito nessa história zoológica hoje, Senador Cristovam Buarque –, por que tubarão não cruza com golfinho. Não importa para o povo brasileiro isso. O povo brasileiro quer saber se houve corrupção no Palácio e quer saber se houve corrupção no Governo passado no episódio das privatizações. Tenho a impressão que tergiversar em relação a isso é frustrar profundamente a expectativa da Nação. A Nação está nos ouvindo e nos olhando. Não é tão simples não assinar. Fica cínico, fica meio esquisito, meio estranho. Não é não assinar; não dar os nomes para constituir a CPI. É preciso que se comece uma cobrança para que o Governo cumpra com o seu dever. E nós esperamos que cada um cumpra com o seu. A CPI deve funcionar e deve funcionar com celeridade. Se pode funcionar na Câmara – e pode funcionar na Câmara – pode funcionar no Senado, e deve funcionar no Senado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB — MT) — Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que *institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.*

Relatora Revisora: Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB — MT) —

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, como Relatora da medida, quero comunicar ao Plenário que ainda não conseguimos construir o acordo definitivo para trazer a matéria à Casa Plenário. Então estou solicitando mais um tempo. Provavelmente, deveremos trazer a matéria na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB — MT) — A Mesa defere a solicitação da Senadora Ideli Salvatti, uma vez que S. Exª é Relatora da projetomateria. Então a matéria que fica adiada em pauta para a próxima terça-feira, juntamente com os demais itens da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação é sobrestando:

— 1 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que *institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.*

Relatora Revisora: Senadora **Ideli Salvatti**

— 2 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

— 3 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição

ção nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o *inciso IV do art. 20 da Constituição Federal*. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 4 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas*.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes)*.

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos

termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 9 –
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 10 –

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.*

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.*

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.*

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobremento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

– 17 –

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do

Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 18 –

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim,

solicitando, nos termos regimentais, o despensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 27 –

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra, como orador inscrito, pelo prazo de vinte minutos, ao Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Cristovam Buarque, pelo prazo de vinte minutos.

De acordo com as recentes normas aprovadas pela Mesa Diretora e apoiadas por todo o Plenário quanto ao uso da palavra, fala um orador inscrito e, depois, um por delegação da Liderança. Portanto, por delegação da Liderança, estão inscritos a Senadora

Ideli Salvatti, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Maguito Vilela, que, por ser titular, tem preferência para falar logo após o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nas últimas semanas, o Brasil descobriu sua universidade não mais apenas por causa das intermináveis greves de seus professores e funcionários, mas por causa da proposta de reforma universitária apresentada pelo Ministro da Educação. Nesse sentido, é preciso cumprimentar o Ministro Tarso Genro pelo papel positivo que está cumprindo no debate nacional ao formular sua proposta e trazê-la para debate. Na verdade, um País dominado pela falta de debates sobre temas fundamentais, como é o Brasil neste momento, diferentemente de décadas passadas em que discutíamos esse assunto; num País que sofre de um pensamento único na forma de ver seu futuro, o debate sobre a reforma universitária apresenta-se como uma positiva ebulição intelectual. É uma pena, entretanto, que a ousadia tenha ficado prisioneira de uma proposta tímida e pontual.

Colocou-se em discussão o conjunto de artigos de uma lei que apenas tocará superficialmente a atual estrutura universitária e basicamente o problema de financiamento e de organização, limitando-se a trabalhar aspectos relacionados à falta de recursos, à organização e ao seu gerenciamento.

A proposta apresentada busca dar fôlego a uma instituição esgotada; muito mais do que isso, é preciso uma revolução, uma fundação. Vista como uma fábrica de Prêmio Nobel a serviço do País e do mundo inteiro, a reforma proposta não terá o impacto que desejamos porque não oferece as bases para a revolução que o mundo e o Brasil precisam para fazer o ensino superior acompanhar o que ocorre de mudanças no mundo do saber.

Em nosso caso, essa limitação apresenta-se sobretudo pelos equívocos da proposta não em relação ao modo como está redigida e ao que vem sendo criticado – nesse sentido, há muito de positiva –, mas ao que falta da concepção.

A primeira idéia nova de que precisamos para a universidade é o entendimento de que esta começa no ensino fundamental. Esse é o primeiro equívoco conceitual que diz respeito ao tratamento isolado da universidade como se ela pudesse ser tratada isoladamente do conjunto da educação....

Não há possibilidade de desenvolvemos todo o potencial de uma universidade se o sistema educacional começa na primeira infância e não é bem feito. Sem uma educação universal e de qualidade para

todos os brasileiros, o nosso País e a nossa universidade deixam de utilizar o potencial integral de intelectuais do Brasil.

Em um País onde apenas um terço da população conclui o ensino médio, a universidade fica privada de dois terços, entre os quais poderia haver alguns gênios perdidos no analfabetismo, na falta de conclusão do ensino médio.

O bom desempenho das universidades em outros países, como a Coréia, não ocorre porque lá existem pessoas mais brilhantes do que aqui, mas porque lá mais pessoas disputam a entrada na universidade. Na seleção parte-se de uma base ampla e, ao escolher poucos, escolhem-se os melhores. Aqui nós partimos de uma base pequena e, ao escolher seja lá o número que for eliminamos muitos dos bons.

Enquanto nossa educação básica continuar para poucos e sem qualidade não haverá reforma universitária capaz de construir a universidade de que o Brasil precisa para competir e colaborar na formação de pensamento de nível superior. Esse é o primeiro erro conceitual.

O segundo erro conceitual é entender o ensino superior como sinônimo de universidade. No mundo de hoje, o ensino superior é muito maior do que a universidade, ele se espalha por dezenas de entidades, de cursos, e de ações criativas. No mundo de hoje se faz ensino superior em muitas universidades, em muitos hospitais e em muitos escritórios.

Esta Casa, o Senado, tem, de certa maneira, algo que é ensino superior. Refiro-me à Unilegis. Um dos melhores cursos de pós-graduação no Brasil é feito no Hospital Sarah Kubitschek, que não é reconhecido pelo MEC. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Receita, pessoas isoladamente, hoje, fazem parte da criação e da divulgação de saber superior. Concentrar a reforma na universidade, e não em todo o ensino superior, é não fazer uma universidade para o futuro.

O compromisso não cabe na propriedade. Dizer que a universidade é pública porque é estatal é um equívoco. E dizer que uma universidade é privada porque tem um dono é outro equívoco. A universidade estatal pode ter cursos de interesses meramente privados. Existem cursos estatais que são de interesse privado e existem cursos em instituições particulares que têm compromisso público, como, por exemplo, a formação de professores para o ensino médio. A formação de professores para o ensino médio será um curso público, se tiver qualidade, independentemente de a universidade ser particular ou estatal. A reforma trata público como sinônimo de estatal e particular como sinônimo de interesse privado. É um equívoco conceitual.

Outro equívoco conceitual é não ver o ensino superior como uma rede. O ensino superior, daqui para frente, não caberá no **campus**. Muito mais importante do que endereço territorial é o endereço eletrônico da universidade. A reforma não trata do assunto do ensino à distância. Vi, há pouco, um documento do MIT, instituição de grande responsabilidade, dizendo que, daqui para frente, cada vez mais os seus cursos serão à distância.

A universidade não tem mais endereço territorial, Sr. Presidente! A universidade precisa ter um endereço eletrônico. O aluno que mora aqui pode fazer curso em qualquer lugar do mundo. Então o diploma privado de uma universidade, específico dela, é um equívoco, não vai servir para o futuro.

Quando foi fundada, há mil anos, a universidade ampliou o espaço de formação que oferecia em salas de aula, com um número maior de alunos, usando o revolucionário instrumento da época, o quadro-negro, que permitia, tender, em vez de cinco alunos, cinqüenta, sessenta, cem. Mas, hoje, com a navegação pela Internet, não há necessidade de quadro-negro. O aluno chega ao professor pelos meios de navegação na Internet, em qualquer lugar onde esteja o professor. O quadro-negro do século XXI tem a dimensão do mundo inteiro, por meio das redes de comunicação e teleinformática.

O quinto erro conceitual, Sr. Presidente, é não reconhecer que a universidade não cabe em um país. A universidade tem que ser uma instituição global. A reforma proposta pelo Ministério para o futuro do Brasil, para o século XXI, tem que tratar o ensino superior sem medo do mundo global. Se tiver medo do mundo global, não mais será ensino superior. Hoje o ensino superior nacional já é um contra-senso. É preciso que ele incorpore todo o saber universal. A universidade proposta quer proteger o saber nacional, fazendo, com isso, que o nosso conhecimento fique isolado e obsoleto em relação às exigências do futuro. A reforma proposta tem que ser parte nacional de uma grande mudança, em marcha no mundo inteiro, no conceito, na estrutura, na interligação das universidades.

O sexto erro conceitual é acreditar que diploma significa competência. A reforma do ensino superior não pode se concentrar no velho conceito cartorial do diploma; deve ficar comprometida com o conceito moderno de competência. O que vale, daqui para frente, não é um papel pendurado na parede, mas a quantidade de conhecimento armazenada na cabeça.

Recentemente, o educador Simon Schwartzman disse que o Brasil ficaria melhor se entregasse um diploma superior a cada brasileiro desde o dia em que ele nasce, ou distribuísse diplomas por sorteio, como

uma loteria. Sua crítica não pode ser levada ao pé da letra, obviamente, mas sua provocação faz sentido. Se todos tivessem diploma automaticamente, cada um seria obrigado a mostrar sua competência no exercício de sua função profissional. Ao promover a mostra do conhecimento mediante o diploma, estamos enganando os jovens, que, em breve, com o diploma na mão, ficarão sem emprego por não demonstrarem competência. Estamos dizendo que, ao se formarem, não mais precisarão estudar depois. Isso mata a universidade do futuro. Como se, ao serem libertos os escravos, não precisassem mais trabalhar. Quando o escravo ficou livre, ele teve de trabalhar. Quando um aluno se forma, ele tem que estudar.

O Brasil perderá enorme oportunidade se não usar a reforma de sua universidade, nos próximos meses, para abolir o uso dos seus cursos superiores como instrumentos cartoriais, mediante o diploma, para a promoção social dos jovens ricos e da classe média, essa alforria moderna que vem significando o diploma.

No século XIX, o Brasil distribuía títulos de alforria para libertação de escravos que se alistavam para servir na Guerra do Paraguai. Estamos iniciando o século XXI distribuindo diplomas para a promoção social dos jovens que terminam o ensino médio e passam no vestibular.

Outro conceito equivocado, creio que o oitavo, é não reconhecer que a qualificação não cabe mais no curso. É por manter o ensino superior cartorial e o reconhecimento do diploma como sendo a qualidade, que a reforma proposta considera que a formação de um aluno cabe na duração de seus cursos. Esse equívoco é não levar em conta que daqui para frente o curso já não será suficiente para dar a qualidade de que o aluno precisa. A reforma não incorpora o conceito fundamental de que, a partir de agora, o aprendizado será permanente na vida daquele que quiser exercer uma função qualificada.

A universidade tem de ser uma instituição permanente de formação de seus alunos. A reforma universitária devia dizer em um artigo que não existe mais, a partir de agora, ex-aluno. Ou é aluno ainda, ou não é mais profissional.

No mundo de hoje a cada cinco anos, no máximo, o conhecimento adquirido dentro de um curso fica obsoleto. De pouco servirá o diploma como instrumento de competência e de pouco servirá a própria competência se não for permanentemente, todo dia, atualizada, aperfeiçoada, complementada. Por isso, a reforma tem de exigir que cada universidade tenha um centro de formação permanente para acompanhar os seus ex-alunos, renovando o diploma. Se renovamos

a carteira de motorista, como não renovar um diploma de médico?

O diploma não pode ser permanente, ele tem que ter prazo de validade, como comida que compramos no supermercado, deve ser a comida intelectual de que um povo precisa.

É por causa da velocidade na qual o conhecimento avança – uma velocidade que não existia 30 anos atrás igualmente – que o conhecimento adquirido pouco informa sobre a competência do profissional. Tão importante quanto aprender no curso é ser capaz de se adaptar às novas exigências de um saber dinâmico, criativo, reciclável a cada momento. Por isso, no lugar de curso de aprender com determinada finalidade, a reforma precisa trazer o conceito de formação permanente, ensinando o aluno a aprender, a partir do dia em que ele se forma. Mais do que aprender, durante seu tempo na universidade, o aluno vai aprender a continuar aprendendo, até o final da sua vida profissional.

A reforma deve, por isso, sair do conceito de duração de curso para o conceito de permanência da formação do profissional. O outro conceito equivocado é o elitismo com o compromisso que se deve buscar, e não popularização descomprometida. Há um erro ao se falar em popularização da universidade. A popularização é da conclusão do ensino médio – essa tem que ser universal e de qualidade e os melhores entrarem na universidade. Mas entrarem comprometidos com o social.

A proposta apresentada traz como seu grande avanço – e não nego que é um avanço – a idéia de popularizar o papel da universidade. Mas populariza dizendo que se deve receber pessoas de classe baixa para popularizar a universidade, em vez de dizer que devemos fazer com que o profissional sirva a todos.

Em primeiro lugar, é uma escamoteação falar em popularização, porque, num País onde apenas 1/3 termina o ensino médio, falar em popularizar a universidade é ignorar a realidade social. Trata-se de uma constante na elite brasileira dizer “todo mundo estava na festa”, ou seja, está-se dizendo que todos os convidados estavam, mas se diz “todo mundo”. Então, quando dizemos que a universidade é para todos, estamos dizendo que a universidade é para todos os que terminaram o ensino médio em boas escolas, que permitiram passar no vestibular. A universidade para todos é aquela cujo profissional serve a todos, na sua competência.

Popularizar a educação no Brasil é garantir que todos sejam alfabetizados, que todos terminem o ensino médio com qualidade. Popularizar a universidade é garantir que todos possam fazer vestibular e não que todos passem no vestibular, porque esse é um mérito

to pessoal. Além disso, a idéia de popularizar nega o conceito de ensino superior. Nada é superior e popular na quantidade de pessoas. É popular no serviço a todos. Nenhum conceito é popular e superior ao mesmo tempo. Precisamos fazer com que os melhores entrem na universidade, e não os mais ricos. Os melhores, independente da riqueza. Mas que entrem os melhores, para servirem bem a todo o País e ao mundo.

A idéia de universidade para todos, em um país onde a educação básica ainda é para poucos, é decorrência desse elitismo e egoísmo de que falei. A idéia de popularizar a universidade no sentido de todos entrarem nela é como dizer que todo jogador de futebol no Brasil entra na seleção brasileira de futebol.

Esse talvez seja o maior dos equívocos da proposta de reforma, porque, além de equívoco é um desvio moral, ao ignorar as massas – que precisam ser alfabetizadas e concluir o ensino médio – e concentrar como povo aqueles que terminam o ensino médio, ignorando o velho e excluído povão, como se nem ao menos ele fosse povo, porque a popularização não os considera.

Se a reforma quer popularizar a universidade, deve fazer com que ela seja elitista no mérito de quem nela estuda e popular no serviço que presta. Não é preciso que todos tenham filhos médicos. É preciso que todos tenham o direito de entrar no consultório dos médicos quando precisam. E temos ignorado isso, dizendo que é popular deixar que alguns que conseguiram atravessar o ensino cheguem à universidade e virem médicos, sabendo que milhões ficarão sem tratamento médico e muitos deles, analfabetos.

Outro conceito equivocado é a idéia de que conhecimento se produz por disciplina. Não mais. Atualmente, conhecimento se produz por temas. Acabou o tempo em que o advogado era advogado e o engenheiro, engenheiro. Atualmente, há advogado que trabalha com meio ambiente e engenheiro que trabalha com energia. Energia não cabe dentro de nenhum departamento de engenharia. Por isso, não há departamento de energia na universidade, mas há o de engenharia.

Tem-se que criar o espaço do encontro dos diversos departamentos, dos diversos saberes, por meio de temas como fome, energia, soberania, educação, meio ambiente.

Finalmente, Sr. Presidente, estrutura não é organização. Está-se falando em mudar a organização como se fosse mudar a estrutura. A proposta parte da idéia de que a universidade está carente. Ela não está carente; está esgotada no seu modelo de mil anos no mundo e de quarenta anos desde a última reforma no Brasil. Por isso, o problema não é de financiamento, nem de ingresso, nem de gerenciamento, mas da es-

trutura, da forma como ela estrutura as relações acadêmicas dentro dela.

Sr. Presidente, quero terminar dentro do meu tempo este meu pronunciamento, fazendo uma proposta a esta Casa, como tenho tentado fazer sempre que falo aqui. Proponho que nos recusemos a discutir a reforma da universidade se a proposta não vier acompanhada da reforma geral da educação brasileira. Primeiro, porque será tecnicamente ineficiente mudar a universidade sem mudar o ensino; segundo, que mais uma vez estaremos trabalhando pelo topo e não pela base. Trata-se de um erro técnico e moral, político, do ponto de vista da moral política, discutir a universidade antes de discutir o ensino médio.

A segunda proposta é algo mais avançado, talvez mais radical, ou seja, no lugar de tentarmos ajustar cada artigo proposto que vamos receber, que elaboraremos um substitutivo, obviamente considerando todos os pontos positivos que a reforma tem, incorporando esses pontos que o Ministro Tarso Genro teve a grandeza, a sabedoria, a competência, e eu diria o desprendimento, de pôr em debate. Mas ficar mudando coisinhas e artigos na proposta que vem do Executivo é fugir da responsabilidade de construir a universidade que o Brasil precisa para enfrentar o século XXI.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer em relação a esse grande debate que se está fazendo. E volto a insistir: o Ministro merece nossos parabéns neste assunto, mas se está partindo de equívocos.

O Senador José Jorge acaba de pedir um aparte. Pergunto ao Presidente se posso conceder.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a tem dois minutos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Cristovam Buarque, solidarizo-me com V. Ex^a. Conheço V. Ex^a há muitos anos e sei da sua preocupação permanente com a educação do povo brasileiro. V. Ex^a chegou ao Ministério com uma proposta de educação para atender às camadas mais pobres da população e, depois que saiu, mudou completamente o programa do Ministério. Então, quero dizer que estarei ao seu lado aqui. Vamos trabalhar juntos nessa proposta de educação que V. Ex^a está apresentando, a fim de que possamos, de fato, enfrentar o problema da educação brasileira. Como V. Ex^a, penso que as prioridades estão invertidas. E podemos mudar isso aqui no Senado Federal, como mudamos tantos outros projetos que já chegaram aqui. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Agradeço o aparte do Senador José Jorge e dou por encerrado o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – A Presidência informa mais uma vez que, em função da recente decisão da Mesa, com apoio do Plenário, após a fala do orador, haverá a participação de um Líder indicado.

Pela Liderança, está indicada para usar da palavra, pelo prazo de 20 minutos, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora chega à tribuna, eu gostaria apenas de corrigir uma informação que saiu no **Jornal do Senado** hoje.

Ontem, falei sobre a questão das cotas, e publicou-se que eu era contra as cotas. Na verdade, acho que cada universidade deve ter as suas cotas e fazer a sua política de inserção social. Não acho que o Governo deva fazer uma política única para todas as universidades; ele deve dar uma orientação. Como as universidades são autônomas, elas devem, cada uma, colocar a sua política. Essa é a minha opinião, mas saiu distorcida no jornal. Eu pediria a V. Ex^a que solicitasse que amanhã fosse feita a correção.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Está feito o registro de V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo de vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Ontem, eu tive a satisfação de acompanhar o Presidente Lula em visita aos Estados do Sul: o meu Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. S. Ex^a foi acompanhado do Ministro Miguel Rossetto, do Ministro Ciro Gomes, do Ministro José Fritsch e também de uma delegação bastante representativa dos dois Estados, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Presidente, com agilidade – uma agilidade necessária mas nem sempre praticada infelizmente em nosso País – foi pessoalmente fazer a verificação **in loco** dos estragos de uma das piores estiagens que o Sul do País sofreu nessas últimas décadas. E nessa visita do Presidente Lula, dos seus Ministros e também da comitiva de Parlamentares, nós tivemos a oportunidade de reafirmar o anúncio das medidas adotadas. A estiagem deste ano vem agravar a situação de uma estiagem que aconteceu o ano passado. O Sul sofreu três estiagens em apenas quatro anos,

gerando uma situação de profundo prejuízo para os agricultores, principalmente agricultores familiares, que são o forte, a marca de boa parte de uma economia baseada na agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Eu queria, neste pronunciamento, destacar a agilidade do Presidente, porque Sua Excelência recebeu, no dia 3 de março, uma comitiva de Parlamentares e representantes do Movimento da Agricultura Familiar (Fetraf/Sul), que organiza, articula toda a luta dos agricultores familiares no Sul do País. Recebeu os Parlamentares e a representação sindical dos agricultores familiares e, de imediato, constituiu o grupo interministerial para adotar as medidas necessárias para o socorro e as ações de emergência, para que pudéssemos ter um mínimo de recuperação e de assistência nessa situação tão grave.

Depois da audiência do dia 3, já em seguida o Ministro Miguel Rossetto esteve, numa única semana, duas vezes presente tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, em reuniões com as entidades, em reuniões com os Governadores, e já na sexta-feira passada, dia 11 de março, o Presidente Lula reuniu os Ministros e anunciou as providências a serem adotadas.

Na quarta-feira, ontem, dia 16, o Presidente foi pessoalmente aos Estados não só para verificar *in loco*, mas reafirmar todo o compromisso de socorro a esse importante segmento econômico do Sul do País, que é a agricultura familiar. Portanto, do dia 3 até o dia 16, ou seja, em menos de 15 dias, ações foram tomadas numa celeridade elogiável e que merece destaque. Por isso, faço questão de destacá-las aqui desta tribuna: a avaliação dos danos, a avaliação da gravidade da situação, a iniciativa, a articulação, os contatos, as reuniões, a deliberação e o anúncio das medidas que já estão sendo implementadas. E eu agora gostaria aqui de registrar as medidas.

A primeira delas é o Seguro da Agricultura Familiar. Este é o primeiro ano da aplicação do Seguro da Agricultura Familiar, uma reivindicação histórica dos agricultores familiares brasileiros. Aliás, no próprio discurso do Presidente, surgiu aquela pergunta que todos se fazem: como um País que tem na sua base econômica a força da agricultura, principalmente da agricultura familiar, que emprega milhões de pessoas em todo o País, nunca teve antes a preocupação de criar um seguro para este setor, para este segmento?

Este ano será aplicado o Seguro da Agricultura Familiar, que vai efetivamente poder ressarcir de forma significativa uma boa parcela do prejuízo dos agricultores familiares atingidos pela estiagem. Então, o Governo está garantindo o pagamento de todos os contratos

cobertos pelo Seguro que comprovarem perdas neste ano e este pagamento vai começar a partir de maio. A estimativa atual é de atender aproximadamente a 148 mil famílias nos três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a disponibilidade de caixa do Tesouro. Ou seja, o Tesouro vai entrar, de início, de cara, com 285 milhões de reais, mais os 75 milhões de reais que são a arrecadação do Seguro da Agricultura Familiar, podendo ultrapassar a casa dos 400 milhões de reais. Ou seja, começa com 285 milhões de reais do caixa do Tesouro, podendo ampliar esses gastos.

Os agricultores, dessa forma, não terão dívida, não ficarão devendo. Ou seja, os agricultores que fizeram o Pronaf, que fizeram o financiamento do custeio da agricultura familiar com o ressarcimento do seguro não permanecerão com dívidas, não sofrerão aquela situação amarga que perdurou por anos – e eu tenho muita honra de ter sido a Relatora da Medida Provisória que fez a renegociação da dívida dos pequenos agricultores, em 2003, também de forma inédita na história da agricultura brasileira.

Há algumas questões específicas do Seguro da Agricultura Familiar, porque, para poder fazer o pagamento do seguro, o Laudo Simplificado será individualizado. Não há laudo geral; não há generalizações. Não há aquelas generalizações que dão um percentual de perda em todo o Município, onde, muitas vezes, determinadas situações de maior gravidade acabam gerando prejuízo, o que é injustiça com outros agricultores que não tiveram tanta perda.

Então o laudo é simplificado e individualizado, para que evitemos qualquer tipo daquela história da indústria da calamidade, a qual muitas vezes tivemos oportunidade de assistir impotentes à sua consecução no cenário brasileiro.

Esses laudos estão sendo feitos em parcerias. Em Santa Catarina, por exemplo, quem está fazendo o laudo é a Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E os técnicos estão trabalhando em tempo integral, sábados e domingos, tardes e noites, para que, no máximo até o início de abril, todos os laudos estejam completos, a fim de que os agricultores possam acessar o recurso do Seguro Agrícola a partir de maio.

A segunda medida refere-se ao custeio do Pronaf não cobertos pelo seguro: o Custeio Agropecuário, batatinha, frutas, hortaliças, culturas não contempladas no zoneamento para a cobertura do seguro da agricultura familiar. São duas as medidas adotadas. Primeira, prorrogar por dois anos o valor do custeio, sendo que 50% da dívida no ano de 2006 e 50% no ano de 2007, principalmente para quem teve perda comprovada de 30% a 50%.

No caso das perdas de mais de 50%, além da prorrogação, ainda concederam um Rebate de R\$650,00 na dívida.

A terceira medida é a liberação antecipada de R\$800 milhões, a partir de abril, na forma imediata de financiamento de custeio, para que os agricultores atingidos pela estiagem possam, de imediato, retomar o processo produtivo.

A quarta medida que está sendo negociada com os Governos Estaduais é a criação de um fundo emergencial com a participação do Governo Federal e dos Governos Estaduais, para atender aqueles agricultores que não fizeram Pronaf, que não estão cobertos por seguro, que não têm nenhum tipo de financiamento e que são exatamente aqueles pequenos agricultores mais empobrecidos e que merecem uma atenção especial, como a bolsa estiagem, investimentos para construção de poços artesianos, redes de distribuição de água, açudes etc.

A quinta medida é a prorrogação por parte do Governo de toda a parcela de crédito de investimento que está vencendo este ano em duas situações: passar essa parcela para o final do financiamento, um ano depois da última parcela do contrato; e dividir a dívida existente dessa parcela prorrogada nas parcelas subseqüentes.

São aproximadamente R\$1,208 bilhão de reais que contemplam essas medidas que o Presidente Lula, de forma tão ágil, entre os dias 3 e 16 de março, quando esteve no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, anunciou.

Em manifestações públicas de reconhecimento – e em Santa Catarina a manifestação foi em Coronel Freitas, Município pequeno da região oeste, profundamente castigado pela estiagem, mais de cinco mil pessoas estiveram presentes no ato, numa manifestação carinhosa pela atenção que o Presidente Lula tem dado a esse setor da agricultura familiar e pela rapidez com que, neste ano, as medidas têm sido adotadas. No Rio Grande do Sul, em Erechim, mais de vinte mil pessoas também participaram de um ato. Foram todas atividades extremamente emocionantes, de um setor tão importante que emprega tanta gente, que fixa o homem e que, indiscutivelmente, tem merecido, por parte do Governo Lula, uma atenção muito especial e um compromisso efetivo de Governo.

Além de registrar essas medidas e de relatar o que foi a emoção do dia de ontem, ao acompanhar a comitiva do Presidente Lula e dos ministros, podendo levar o carinho, o atendimento e a atenção do Governo Federal aos atingidos pela estiagem tão grave que assola o sul do País, eu não poderia deixar de aproveitar a segunda parte do meu tempo para me referir a algo

que aconteceu ao longo desta semana e a algo muito especial do dia de hoje.

Esta foi uma semana de muitas homenagens. Foram tantas as homenagens, tantas as lembranças neste plenário, tantas as comemorações pela redemocratização do nosso País, e eu diria que a grande maioria é legítima, mas algumas, nem tanto.

Ver e ouvir certas personalidades que sustentaram a ditadura durante décadas, que foram artífices e parceiros dessa noite do Brasil, estarem agora posando de profetas da democracia foi um pouco demais para o meu coraçãozinho, Senador Cristovam Buarque. Isso revirou um pouco a memória. Para mim, revirou um pouco mais que a memória, pois foi uma situação que precisei engolir, aquilo ficou entalado. Tantos deram a vida, tantos deram o sangue, tantas mãos, mentes e corações foram necessários para a democracia voltar a ser construída no nosso País que nada pode calar nem diminuir essa construção coletiva da redemocratização do nosso País. Essa construção em que vários só chegaram, só abandonaram o navio da ditadura quando era irreversível a força das ruas! Ninguém mais calava a força das ruas. O movimento pela redemocratização deste País era tão forte e insuperável, era colocado de forma tão veemente, imbatível – Diretas Já, Democracia Sempre, Tortura Nunca Mais –, que determinados discursos, nesta Casa, indiscutivelmente, deixaram-me chocada.

Entre tantas vozes presentes na tarefa de redemocratizar o nosso País, estava boa parcela dos artistas brasileiros, que tiveram um papel importantíssimo na redemocratização do nosso País. E quero aqui prestar uma homenagem a alguém que faria 60 anos hoje.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe permitir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Antes que V. Ex^a cante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não vou nem cantar, mas V. Ex^a vai me permitir, porque estou num ritmo que o meu coração vai precisar extravasar. Essa figura que faria hoje 60 anos é um símbolo para todos nós: Elis Regina. Essa, que nós todos conhecemos como Pimentinha, nascida em Porto Alegre, e que partiu tão cedo, com 36 anos no dia 19 de janeiro de 1982, estaria, no dia 17 de março de 2005, completando 60 anos. Elis Regina Carvalho Costa. Como não trazer, para ecoar no plenário, nesta semana da redemocratização, aquela música que foi um hino, pois passou toda a angústia, a necessidade deste País de se redemocratizar nos versos belíssimos e na música maravilhosa de João Bosco e Aldir Blanc, “O Bêbado

e o Equilibrista", que não vou cantar aqui. A minha emoção, hoje, efetivamente, não me permite fazê-lo, mas quero citar trecho da música maravilhosa que Elis Regina imortalizou:

Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora a nossa Pátria mãe gentil
Choram marias e clarices no solo do
Brasil.
Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente.
A esperança dança
Na corda bamba de sombrinha
Em cada passo desta linha
Pode se machucar.
Azar... a esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.

Esse foi o hino da redemocratização do nosso País, imortalizado na voz de Elis Regina. Portanto, eu não poderia deixar de falar, no aniversário de seu nascimento, sobre a ausência dessa mulher maravilhosa que, na minha vida, teve papel fundamental pela emoção que me provocava toda vez que a assistia e que a ouvia, porque ela mexia conosco e fazia todos os sentimentos aflorarem. Como muitos artistas brasileiros, ela teve vinculação na construção indiscutivelmente coletiva da redemocratização brasileira.

Ouço, com prazer, primeiramente o Senador Heráclito Fortes e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

Depois, se for possível, quero terminar meu discurso com um verso que Elis Regina tão bem declamou numa das suas gravações, explicitando o que sentimos por ela hoje.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, confessando que já estava saudoso de sua ausência nessa tribuna. V. Ex^a sempre enriquece o Plenário do Senado da República com discursos atuais e polêmicos. Eu queria indagar de V. Ex^a quem lhe causou estranheza entre os oradores que participaram da homenagem aos 20 anos de redemocratização. V. Ex^a poderia ser bem franca e responder, pois os oradores que usaram da palavra na tribuna foram José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon, Arthur Virgílio, Marco Maciel, Renan Calheiros, Jorge Bornhausen – conterrâneo de V. Ex^a – e Delcídio Amaral, do seu Partido. A homenagem foi feita aos 20 anos de transição democrática, quando houve anistia e, acima de tudo, entendimento. Só quem não se entendeu, para participar desse processo, foi o Partido de V. Ex^a, que se recusou a votar no Dr. Tancredo no Colégio Elei-

toral. Talvez menos legítima seria a participação do PT nesse processo, porque não contribuiu. Seria preciso que V. Ex^a dissesse, com muita franqueza, com a respeitabilidade que tem perante a Nação, ante o respeito que a Nação tem por V. Ex^a, qual desses pronunciamentos lhe causou espécie, porque todos eles foram legítimos. Marco Maciel foi fundador da Aliança Democrática, juntamente com Jorge Bornhausen. O Presidente José Sarney participou do processo com tanta intensidade que foi Vice-Presidente da República. Antonio Carlos Magalhães deu o pontapé inicial quando fez um discurso em Salvador discordando do Ministro da Aeronáutica. Renan Calheiros, recém-saído dos bancos escolares, fazia política estudantil e tinha militância firme, defendendo suas convicções. O Delcídio é mais novo, mas concordou tanto que participou de dois governos, produtos desse movimento, e hoje é o líder de V. Ex^a nesta Casa. Essa sessão foi de homenagem, não de ranço ou de vingança, foi uma sessão onde se comemorou vinte anos de uma transição sem sangue, de uma transição pacífica e de muita compreensão. V. Ex^a, pelo visto, não estava aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estava.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas não entrou no espírito da homenagem. V. Ex^a, que cantou agora em prosa e verso a sua ida a Santa Catarina para visitar, com o Presidente Lula, os estiados pela seca, fez, inclusive, com o seu carisma, chover naquela terra, e a abençoada água de Santa Catarina molhou os cabelos do Presidente Lula e de V. Ex^a. Assim sendo, Senadora Ideli, estamos aqui, hoje, e o Presidente Lula colaborou para essa transição.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, preciso ainda conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque para poder lhe responder, e já vai terminar o meu tempo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com o maior prazer! A minha resposta é muito simples: destes oradores aqui, qual foi o que chocou V. Ex^a?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Cristovam Buarque, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Talvez o meu aparte sirva até para responder ao Senador Heráclito Fortes. Estive aqui no dia 15. Pelo que pude perceber, o discurso da Senadora não é desqualificando os que falararam, mas lembrando os milhares que não puderam falar aqui. Podemos dividir o processo democrático em dois momentos: 20 anos e, depois, 20 meses. Foram 20 anos de luta na rua e 20 meses de uma belíssima engenharia política. Nessa engenharia política, não há dúvida de que Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e José Sarney

tiveram papel fundamental. E eu estava com Tancredo nesses 20 meses! Participei das articulações! Agora, a Senadora tem razão: faltou muita gente aqui. E gostaria de fazer justiça, o único que fez um discurso com nitidez em relação aos esquecidos do passado foi o Senador Arthur Virgílio, que lembrou até mesmo Marighella e Lamarca como símbolos daquela luta. Penso que faltou gente falando, ou faltou gente sendo citada – talvez esta seja a posição da Senadora –, mais do que dizer que aqueles não deveriam falar, porque participaram da engenharia dos últimos 20 meses, entre a posse de Tancredo no Governo de Minas e a eleição dele aqui no colégio eleitoral. Agora, nos 20 anos anteriores, muita gente sofreu, morreu, foi presa, exilada, e não vimos essas pessoas nem aqui nem sendo citadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – RJ) – V. Ex^a tem um minuto para concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Cristovam, sua resposta foi perfeita, exatamente porque a redemocratização do País, conforme disse aqui de forma claríssima, foi um processo coletivo, de muitas mentes, muitas mãos, muitos corações, e que, infelizmente, passou como sendo apenas uma parte. O colégio eleitoral foi uma parte do processo de redemocratização, mas não foi tudo. A rua, as lutas, as pessoas que se envolveram, efetivamente, tiveram um papel fundamental.

Para concluir, vou apenas citar o final de um texto maravilhoso de Marina Colassanti, ainda em homenagem a Elis Regina, que declamou numa das suas gravações:

Agora, retiram de mim a cobertura da carne, escorrem todo o sangue, afinam os ossos em fios luminosos. E aí estou pelo salão, pelas casas, pelas cidades, parecida comigo, um rascunho, uma forma nebulosa, feita de luz e sombra, como uma estrela. Agora, eu sou uma estrela!

Elis Regina, indiscutivelmente, é uma grande estrela do nosso Brasil.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sinto-me no dever de levantar esta questão, Sr. Presidente, para contestar, inclusive com surpresa, a afirmação do Senador Cristovam Buarque.

A sessão solene que ocorreu nesta Casa foi programada com a participação de todos os Líderes. Só falaram os que quiseram falar, os que se inscreveram. Inclusive o Senador Pedro Simon, que não estava na lista original, se sentiu preterido de processo do qual ele foi grande participante e foi lá e se inscreveu.

O Senador Cristovam Buarque está preocupado com o conteúdo do discurso de cada um, por terem sido esquecidos alguns mortos, por terem sido omitidos alguns fatos. Mas aí é censura, é crítica que não nos cabe.

O mérito da sessão, esse sim, foi perfeito. A República, através do Senado – e este plenário limita a fala dos homens, aqui só pode falar quem legitimamente tem mandato –, dava oportunidade de se falar ou de se apartear.

Por que o orador do PT não invocou todos os mortos que o Partido achava que tinha direito de invocar? Cada um deu o seu enfoque, cada um contou a parte que viveu, cada um mostrou a sua participação nesse processo.

Os mortos, evidentemente, lamentados, lembrados aqui, esses não podiam falar, Senador Cristovam. O Partido de V. Ex^a teve oportunidade de escolher o mais legítimo dos representantes, e escolheu o Líder. Caberia, então, ao líder de V. Ex^a invocar todos os mortos e não condenar uma sessão que foi de lembrança e de homenagem a um episódio que este País viveu para a transformação de um regime ditatorial em democracia. E foi o que aqui se cantou em prosa e verso sem uma gota de sangue, por meio do diálogo.

Sou testemunha da participação de V. Ex^a, mas isso não lhe dá o direito de censurar o conteúdo dos que, aqui inscritos, tiveram, pela palavra, a oportunidade de prestar um depoimento sobre os momentos que viveram da transição democrática.

A Senadora Ideli Salvatti – foi ela quem puxou e provocou o assunto – está devendo à Nação o nome dos oradores que lhe causaram frustração, decepção, mágoa, ódio ou, então, disputa interna em seu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, creio que este debate, apesar da hora, pode ser positivo. Quero dizer ao Senador He-

ráclito que, primeiro, em meu dicionário não há a palavra censura.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. PL – MG) – Vou conceder a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque para uma explicação pessoal, por dois minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Creio que este é um debate positivo para o esclarecimento da história deste País. Em primeiro lugar, a palavra censura não existe em meu dicionário. Existe discordância, e eu nem discordo do conteúdo do discurso feito por nenhum deles, nem da legitimidade, porque sem a participação daqueles parlamentares – Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, José Sarney – não teria havido a democratização em 1985. Ela chegaria, mas ainda iríamos esperar muito. Então, não é nem deslegitimar a participação, nem fazer qualquer crítica ou reparo ao discurso deles, mas é dizer que, de fato, os 20 anos anteriores ficaram ignorados naquela belíssima festa que, felizmente, o Senado fez. Agora, reconheço, isso não seria tarefa dos que falaram. Outros poderiam ter sido indicados e outros estavam inscritos; eu mesmo estava inscrito. Penso que aqui há uma pessoa que talvez simbolize mais esse sofrimento, e estava inscrito, que é o Senador João Capiberibe. Mas não houve tempo de falarmos, é verdade.

Quero parabenizar o Senado por ter feito a sessão. Os oradores mereceram ter sido escolhidos, não tenho reparo ao discurso de cada um deles. Mas, vamos falar com franqueza: a festa dos 20 anos não ficou completa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Eu gostaria de pedir aos nobres Senadores para que déssemos seguimento à sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar ao Senador Cristovam Buarque que realmente houve um esquecimento. Ninguém citou o fato de o Partido de S. Ex^a ter-se negado a participar do colégio eleitoral e expulsado de seus quadros aqueles que votaram em Tancredo Neves e votaram pela democracia. Esse é o único fato que foi esquecido na reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, creio que ainda tenho direito de falar. Além de ser interessante, o debate trazido pelo Senador Heráclito Fortes serve para esclarecer. Primeiro, eu pessoalmente não era do PT, e estive ao lado de Tancredo Neves. Segundo, isso poderia ser dito. Mas não ter votado no colégio eleitoral – que creio ter sido um equívoco – não faz esquecer a luta do PT pela democratização de outras formas, como nem Lamarca nem Marighella iriam participar da eleição indireta. Eu

discordava daquele caminho deles, mas são pessoas que simbolizam. Só foram citados por Arthur Virgílio. Estou dizendo isso não para criticar os que não citaram, mas para elogiar o Senador Arthur Virgílio. E por que ele disse isso? Porque ele fez parte dos 20 anos anteriores. O Senador Arthur Virgílio fez parte da luta dos vinte anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Antero Paes de Barros, em permuta com o Senador Teotonio Vilela, por 20 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a irresponsabilidade dos gestores da política econômica está colocando em risco o agronegócio, motor da economia brasileira no passado recente. Por anos, estivemos dependentes do desempenho do setor agrícola. Enquanto a indústria, o comércio e os serviços amargavam crises brutais, o campo era o único a demonstrar sinais de vitalidade.

Os números são conhecidos. O agronegócio, sabemos, é o responsável pelo alívio nas contas externas. Com vendas de US\$39 bilhões em 2004, o Brasil ficou em quarto lugar entre as grandes nações agrícolas exportadoras. O saldo de US\$34,1 bilhões garantiu o superávit na balança comercial. Os resultados brilhantes foram colhidos graças ao empenho de nossos produtores, que fizeram de nossa agricultura uma das mais competitivas do mundo – a agricultura brasileira é de Primeiro Mundo, o que o Brasil necessita é melhorar a sua logística para diminuir o custo Brasil e permitir que continuemos competitivos em níveis internacionais.

A agricultura brasileira estaria melhor se esse exemplo fosse seguido por outros setores. Na última década, o aumento de produtividade do campo foi invejável. A produção de grãos mais do que duplicou sem que tenha sido duplicada a área plantada. No meu Mato Grosso, modelo para o Brasil, a colheita deve crescer o dobro da média nacional e superar 22 milhões de toneladas.

Mas não há eficiência empresarial que compense o desprezo, a incompetência e, eu diria, a gula do Governo brasileiro. Os tecnocratas da economia assistem impássíveis à ruína do campo. Em tempos de queda dos preços da soja, do milho e do algodão, pouco ou nada fazem para socorrer o agronegócio. Pior: permitem uma absurda valorização do real, que agrava a situação dos que produzem essas culturas.

Pergunte-se a qualquer produtor rural o tamanho do prejuízo com a safra 2004/2005. Os preços das *commodities* agrícolas descem ladeira abaixo desde

o ano passado. A saca de soja chegou a ser cotada a US\$19,00 na Bolsa de Chicago. Hoje é vendida a US\$10,00 – parece-me que ontem subiu 20%; foi para US\$12,00 –, que mal cobrem os custos de produção.

O mesmo inferno, a mesma dificuldade vivem outros agricultores. Para plantar algodão, o custo de produção por arroba chegou a R\$56,00. Com o aumento da oferta do produto, o algodão hoje é vendido no armazém por não mais do que R\$36,00. O preço do milho também esfarelou: cada saca de 60 quilos custou R\$16,00 para ser produzida. Na hora da venda, a decepção: o mercado não paga mais do que R\$13,00 pela saca de milho.

As perdas são agravadas pela queda desenfreada do dólar. Quando planejaram a safra, os produtores importaram adubos, fertilizantes e defensivos com a moeda americana a R\$3,20. Confiam na permanência do câmbio, que lhes asseguraria a rentabilidade. Mesmo com a queda dos preços, ainda seria interessante colocar o produto nas prateleiras internacionais.

Na hora da colheita, nova decepção: o Governo cruzou os braços, o dólar despencou. Hoje, momento de vender a safra, a cotação está pouco acima de R\$2,70. O prejuízo é certo. Sem alternativa, os produtores desovam as mercadorias a qualquer preço e fecham as contas no vermelho.

Quero aqui fazer um registro por uma questão de justiça. O Ministro da Agricultura é um aliado dos produtores rurais, mas neste momento há uma enorme insensibilidade do Governo brasileiro. Nesse instante em que a agricultura sofre esses percalços, o Governo brasileiro edita a Medida Provisória nº 232 para aumentar e criar imposto sobre o setor do agronegócio. Eles vão produzir e, sobre o bruto produzido, o imposto será deduzido posteriormente na declaração de Imposto de Renda. Deduzido de quê? Deduzido do prejuízo?

Não é admissível que os que defendem o Brasil e o agronegócio não se unam para derrotar a Medida Provisória nº 232. Essa medida só tem um detalhe que deve ser aprovado, que é a correção da tabela do Imposto de Renda. No mais, é confisco puro, é aumento de tributo sobre prestadores de serviços e sobre um setor que é fundamental para a economia brasileira, que é o setor do agronegócio.

*Essa conta deveria ser enviada ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e sua equipe econômica. Essa valorização absurda do real é consequência da miopia dos responsáveis pela política monetária, que tentam fazer a inflação recuar, sob qualquer sacrifício, a patamares ilusórios. Os juros subiram novamente ontem mais de meio ponto, em nova reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). Essa taxa

de juros é absurda, só alegra a comunidade rentista internacional.

A ciranda financeira patrocinada pelo Banco Central está provocando uma criminosa elevação do real! É verdade que o dólar perde valor em relação a outras moedas, buscando um rumo que atenua o desequilíbrio externo americano. Mas, no Brasil, a queda é amplificada pela entrada sem freio de capital especulativo.

Tudo acontece sob as bênçãos do Banco Central, que não enxerga um palmo adiante. Parece não ver os mercenários que vêm ao País se aproveitar da maior taxa de juros do mundo. Quando chegam, distorcem o câmbio, estimulando uma farra irracional de consumo e prejudicando os que sustentam as contas externas brasileiras. Esses mercenários saem dos Estados Unidos, que protegem sua agricultura e praticam uma taxa de juros de 2,75% ao ano, e vêm para o Brasil se locupletar de uma Selic a 18,75% – subindo mais meio ponto percentual.

Os mesmos juros extorsivos asfixiam a produção rural. A competição com as taxas de financiamento internacionais é desleal. Aqui, o crédito rural do Banco do Brasil cobra 8%, 10%, até 19% dos agricultores. Qualquer produtor, nos Estados Unidos ou na Europa, quebraria se tivesse que pagar taxas de juros como essas. Como se não bastasse a diferença, eles contam com apoio e incentivo dos governos locais, enquanto os nossos produtores estão contando com o descalço e o desdém do Governo brasileiro.

A Medida Provisória nº 232, nesse sentido, além de faltar com a palavra “solidariedade” aos produtores, é um deboche da área econômica do Governo em querer, nesse instante, taxar o agronegócio brasileiro.

É essa atenção que reivindica a “Carta do Centro-Oeste”, assinada por produtores e Governadores da região que tanto ajuda o Brasil. Eles pedem auxílio e isonomia de tratamento pelo Governo Federal nessa fase difícil. O consolo anunciado no início do mês não foi suficiente para aliviar o campo. É preciso, também, que o pagamento do financiamento de custeio seja aliviado.

O celeiro do Brasil não pode suportar mais essa situação. Se o Governo Federal não demonstrar disposição para reerguer o agronegócio, o Brasil pagará um preço elevado. Recordamos muito bem dos problemas que tivemos de dependência externa, de falta de dólares, quando só fomos salvos pela agricultura brasileira. Se essa política econômica aviltante não for revista, não restará alternativa aos agricultores senão o “caminhonaço” até as vizinhanças do Presidente Lula.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, posteriormente, ao Senador Maguito Vilela.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antero Paes de Barros, eu o estava ouvindo atentamente, como todo o País, e me relembrava de quando outorguei ao Governador de seu Estado, Dante de Oliveira, a comenda maior do Estado do Piauí. S. Ex^a, na ocasião, com otimismo, forneceu os dados do trabalho, do esforço do povo bravo e trabalhador de seu Estado. Lembro aqui o Presidente da República Franklin Delano Roosevelt, que fez o **New Deal**, que governou os Estados Unidos no período mais difícil do pós-guerra, da recessão. Ele disse: “As cidades poderão ser destruídas, que elas ressurgirão do campo; se o campo for destruído, as cidades morrerão de fome”. Essa é a verdade. O campo está mais pobre. O trabalhador está mais pobre neste Governo do PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela, como eu Parlamentar do Centro-Oeste brasileiro.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Exatamente como Parlamentar do Centro-Oeste brasileiro e também da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. V. Ex^a faz um pronunciamento momentoso, oportuno e verdadeiro. A agricultura brasileira precisa, sem dúvida nenhuma, ser olhada com bons olhos por este e pelos governos que vierem a suceder este, porque, infelizmente, até hoje nenhum governante deste País deu o valor que merece a agricultura brasileira, que tem sido a grande responsável pelas importações pelo crescimento do PIB, tem sido a grande ancora verde deste País. É importante discutir o seguro rural, que nós não temos, é necessário que todo agricultor não fique dando salto no escuro, é preciso que ele plante e saiba que, não colhendo, em função de intempéries, de excesso de chuvas, de excesso de secas, ele tem uma garantia. Todo mundo tem esse direito. Se tem uma casa, tem um seguro; se tem um carro, tem um seguro, se tem uma indústria, tem um seguro. O agricultor não tem esse seguro. Se ele não colher, ele está perdido. Ele só tem a oferecer suas terras para pagar as suas dívidas, e aí vai para as beiradas das rodovias. Serão mais pessoas sem terras neste País. Então, quero dizer a V. Ex^a que o Centro-Oeste, a nossa região é uma das maiores produtoras deste País e quer, realmente, que o Governo Federal, que o Ministro da Agricultura... Ao citar o Ministro, quero fazer justiça. O Ministro Roberto Rodrigues é um grande Ministro, entende de agricultura, é um nome respeitado em todo o mundo, mas às vezes não tem a força necessária para, junto aos que dirigem a política econômica, dar à agricultura a sustentação que ela merece. Portanto, em nome de Goiás, em nome do Centro-Oeste, eu o

cumprimento pelo pronunciamento. Temos de lutar pela agricultura brasileira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que toca em dois pontos fundamentais. O primeiro diz respeito à qualificação do Ministro, que é reconhecido principalmente pela Oposição nesta Casa. Seria normal o Governo apoiar o Ministro, mas a Oposição reconhece no Ministro Roberto Rodrigues um aliado do desenvolvimento nacional e do setor da agricultura. Mas, como disse V. Ex^a, S. Ex^a nem sempre é ouvido nas esferas de decisão da política econômica do Governo.

Há outro ponto essencial em que V. Ex^a tocou. Participei do debate, ontem, na Comissão de Agricultura. Nós conseguimos criar o seguro rural, que é fundamental. A área econômica contigenciou cem por cento do seguro rural. Ela deixou zero de rubrica para o seguro rural, neste momento em que há uma seca gravíssima na região do Rio Grande do Sul, em que há uma seca no País inteiro. Quer dizer, é uma intempéria incontrolável. Quem disse isso ontem, na Comissão de Agricultura, foi o Ministro Roberto Rodrigues.

Portanto, V. Ex^a tem absoluta razão, Senador Maguito Vilela, quando toca neste assunto do seguro rural, porque deixa desprotegido o País e os produtores brasileiros.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite mais um minuto, para reafirmar o que V. Ex^a disse, pois foi um dos poucos oradores aqui, no Senado e na Câmara, que disse isto. A seca não é só no Rio Grande do Sul, não, mas também no Centro-Oeste brasileiro, no sudoeste goiano, no seu Estado. Eu, inclusive, plantei 140 hectares de arroz e perdi 140 hectares de arroz! Não sobrou nada, em função da seca. Foram mais de trinta dias de estiagem na minha região. Então, a seca que estão alardeando não é só no sul. De repente, vão querer apenas olhar a seca do sul, quando, na realidade, ela está em grande parte do Brasil, inclusive na nossa região.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero parabenizá-lo pela oportunidade do discurso. Ontem, participei, juntamente com V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, de um debate na Comissão de Agricultura. O Ministro Roberto Rodrigues, como bem disse V. Ex^a, é quase que uma unanimidade nesta Casa. É evidente que haverá divergências naturais, o que é compreensível, mas reconheceremos que ele é um Ministro firme e forte. O próprio Ministro Roberto Rodrigues e o Governo todo – e aqui me refiro às pessoas sensatas do atual Governo – reconhecem que o que estão

colhendo neste momento, no setor agrícola, foi fruto de um trabalho iniciado pelo governo passado. Digo isso porque V. Ex^a afirmou que no governo passado ninguém se preocupou com a agricultura. Não foi bem assim. Tivemos o início deste processo exatamente no Governo Fernando Henrique Cardoso, com ministros extraordinários, terminando, inclusive, com o Ministro Pratini de Moraes, que fez esse trabalho de base a que hoje dá continuidade o Ministro Roberto Rodrigues. Aliás, o Ministro Roberto Rodrigues tem um mérito, porque este Governo que está se preocupando com a agricultura quase quebra a Embrapa: resolveu fazer a produção de ovos que tivessem estrela. Tirou todos os técnicos – e V. Ex^a sabe disso porque é do setor –, toda a capacitação técnica da Embrapa foi substituída por escolhas de natureza política. O Ministro bateu a mão na mesa e demitiu, num ato de coragem. O que se tentou fazer com a Embrapa foi um desrespeito. Entretanto, quero apenas citar mais um fato. Ontem, V. Ex^a estava lá quando eu fiz uma pergunta. O Governo, num momento de repensar o que o PT fez de errado no passado, fez as pazes com o FMI e firmou um acordo no qual nossa soberania foi colocada de lado. Nesse acordo, o FMI libera, para este ano, 2 bilhões e 900 milhões para obras de infra-estrutura. Estrada de produção seria a prioridade. Eu perguntei ao Ministro se S. Ex^a tinha sido consultado sobre as estradas aprovadas no plano. Consultando o Diretor da Conab, que ali estava, o Ministro respondeu que não. Já perguntei, Senador Antero Paes de Barros, a quatro Governadores – e vou estender esta pergunta a todos os Governadores brasileiros, por meio da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – quem foi ouvido sobre esse acordo do FMI para a escolha das estradas brasileiras. Temos de descobrir quem escolheu a prioridade das estradas brasileiras. A primeira prioridade seria a produção, que não foi atendida. Talvez Goiás esteja fora, porque o Senador Maguito Vilela já afirmou, num discurso do ano passado, que Goiás não precisa de estradas, pois está bem servido. Eu me refiro ao resto do Brasil. Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia dependem fundamentalmente dessas estradas para a produção. Nesse acordo com o FMI – V. Ex^a é testemunha da pergunta que fiz e da resposta que recebi –, o Brasil precisa saber quem escolheu as estradas que o FMI está autorizando o Governo brasileiro a construir ou reformar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, com relação às rodovias, falarei amanhã, porque, certamente, o Governo brasileiro é míope e não olhou a produção. Citarei apenas uma rodovia. O meu Estado do Mato Grosso tem apenas

67 quilômetros da BR-63. Mas a BR-63 é a mais importante rodovia para a produção brasileira. Provarei isso no pronunciamento que farei amanhã, e o Governo brasileiro desdenhou a possibilidade de utilizar recursos liberados pelo FMI e que antes entravam no cálculo do superávit primário para resolver uma equação que não é do Mato Grosso, que não é do Pará, mas do Brasil, e que agrega US\$20 por tonelada para cada produtor brasileiro, que barateia o frete e que torna o nosso produto mais competitivo internacionalmente.

Quero cumprir o horário, agradecer a V. Ex^as o aparte e dizer que o Governo precisa estar bem consciente de que essa Medida Provisória nº 232 não será aprovada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder do PTB, por 20 minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “b”, do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Brasil é uma grande Nação. Nenhum de nós duvida disso, e todos nós nos orgulhamos do nosso País.

Entretanto, os próprios brasileiros se esforçam continuamente para colocá-lo entre os países mais incapazes, mais atrasados, em vez de orgulhar-se da terra onde nasceram e onde vivem.

Causa espanto que pessoas nascidas em outros países mais desenvolvidos, tanto do ponto de vista econômico quanto do social, precisem apontar as nossas qualidades.

Estou-me referindo a uma mensagem que está circulando pela rede de computadores e que devia encher nossos corações de brio e de orgulho. Essa mensagem foi escrita por uma holandesa que diz conhecer bastante o Brasil e começa com os seguintes dizeres: “Os brasileiros acham que o mundo todo presta, menos o Brasil. Realmente, parece que é um vício falar mal do Brasil. Todo lugar tem seus pontos positivos e negativos, mas, no exterior, eles maximizam os positivos, enquanto no Brasil se maximizam os negativos”.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, creio que essa mensagem é uma espécie de “puxão de orelhas” que estamos a merecer, para que aprendamos a falar das inúmeras qualidades que tem o País em que nascemos e em que vivemos.

O primeiro ponto que a holandesa cita a favor dos brasileiros são as eleições, cujos resultados, aqui, são revelados em pouquíssimo tempo, comparando-se com a Holanda, onde nada é automatizado, segundo a

missivista. As eleições em meio eletrônico garantem a lisura dos resultados e a imunidade a fraudes.

Sabemos que as eleições são o esteio da democracia. O sistema brasileiro nos dá muita confiança de que a vontade do cidadão será realmente respeitada. Ponto a favor do Brasil. Estamos à frente de vários países do Primeiro Mundo.

Outro aspecto destacado pela mensagem, que constitui vantagem incomparável para o Brasil, é o sistema telefônico – olhem bem. Aqui, o serviço, mesmo ainda não sendo o ideal, apresenta forte concorrência entre suas prestadoras, infundindo nos usuários a confiança no bom atendimento por parte das companhias. Diz a missivista que, na Holanda, existe apenas e tão-somente uma companhia telefônica. Se o usuário reclamar do serviço, corre o risco de ter o telefone temporariamente desconectado.

A seguir, a responsável pela mensagem em comento passa a listar uma série de exemplos sobre higiene no comércio, o que, pelo visto, nos transforma em campeões nesse quesito. Diz ela que, nos Estados Unidos e na Europa, de modo geral, ninguém tem o hábito de enrolar o sanduíche num guardanapo ou de lavar as mãos antes de comer. Nas padarias, nas feiras e nos açouges, os atendentes recebem o dinheiro e, com a mesma mão suja, entregam o pão e a carne. Em Londres, existe um lugar famosíssimo que vende batatas fritas enroladas em folhas de jornal e que tem filas na porta – segundo a própria articulista, não são palavras minhas. Não é que o Brasil se transformou num dos melhores exemplos para o mundo, porquanto se fiscalizam, com o maior rigor possível – variando em termos de região, logicamente –, as condições de higiene do local e do serviço nos estabelecimentos que comercializam itens de alimentação!

Outro aspecto mencionado é o mau humor dos garçons de Paris, a meca da gastronomia. Afirma a autora da referida mensagem que qualquer garçom de botequim brasileiro poderia ir à capital da França dar aulas de como conquistar o cliente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a diferença é que o povo brasileiro precisa aprender a valorizar o grandioso País onde tivemos a felicidade de nascer. Aliás, hoje há até uma campanha do Governo Lula para aumentar a auto-estima do brasileiro.

É curioso observar que em todo filme norte-americano a bandeira dos Estados Unidos se faz presente de modo ostensivo, principalmente nos momentos em que mais afetam a sensibilidade das pessoas.

Nós, brasileiros, apenas de algum tempo para cá, começamos a mostrar a nossa bandeira. Mas isso ainda está muito restrito aos eventos esportivos, principalmente àqueles esportes em que nos vimos destacando

e quando o evento tem relação com a representação nacional, o que é muito pouco ainda.

Quanto à questão da língua, apesar de os brasileiros fazerem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os produtores de *softwares*, de informática, por exemplo, já reconhecem que é necessário utilizar uma opção chamada “português do Brasil”. Isso também nos distingue.

Há ainda questões culturais a serem resolvidas. O Brasil possui uma diversidade cultural riquíssima, não valorizada pela população em geral, mas que começa a chamar a atenção dos mais esclarecidos. Aliás, nesse aspecto, cabe lembrar que o próprio Heitor Villa-Lobos viajava pelos confins pátios em busca de inspiração valiosa nos temas populares. Sabemos que se trata do mais respeitado compositor brasileiro no exterior.

Só o que acabo de relatar, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, já deveria ser suficiente para encher de orgulho até o mais humilde dos brasileiros, mas ainda há muito mais, segundo a própria mensagem em que me baseio.

O texto traz em seguida dados da Antropos Consulting que exporei em breves palavras.

O Brasil serve de exemplo para o mundo pelo sucesso que vem obtendo no combate à Aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis. É uma luta em que devemos reconhecer que há uma participação fundamental do Governo e que a política de saúde adotada para esse fim vem demonstrando eficácia indiscutível.

No universo científico, o Brasil também marca presença, pois é o único País do Hemisfério Sul a participar do Projeto Genoma, que busca descobrir os mecanismos da genética. Os resultados das pesquisas relacionadas a esse projeto podem significar a cura de várias doenças que afigem os seres humanos, entre outras coisas.

Quanto ao nosso principal cartão de visitas no exterior, a cidade do Rio de Janeiro, apesar de todos os problemas de segurança que lhe são atribuídos e que constatamos no dia-a-dia, numa pesquisa envolvendo 50 grandes cidades de diversos países, foi considerada a cidade mais solidária. Essa é uma qualidade, Sr. Presidente, que contrasta demais com a sua fama de cidade violenta.

O Brasil, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é considerado um país em desenvolvimento. Apesar dessa situação, 40% dos internautas latino-americanos vivem aqui.

No que diz respeito à educação, devemos orgulhar-nos de que cerca de 98% das crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos freqüentam a escola.

Quanto a um ícone dos tempos modernos, que traz conforto e agilidade aos cidadãos no mundo atu-

al, a pesquisa da Antropos Consulting informa que o mercado de telefones celulares do Brasil é o segundo maior do mundo. São 650 mil novas habilitações a cada mês. Considerando-se os telefones fixos, o Brasil ocupa a quinta posição no mundo em número de linhas instaladas.

Temos uma indústria pujante. São quase duas dezenas de fábricas de automóveis, liderando um setor complexo que envolve toda uma cadeia de produção de componentes. Além disso, 6.890 empresas brasileiras possuem certificação de qualidade ISO-9000, o maior número entre os países em desenvolvimento. Basta dizer que, no México, são apenas 300 e, na Argentina, 265 empresas.

Ainda em aspectos que podem servir como diferencial de padrão de vida, a empresa responsável pela pesquisa aponta o Brasil como o segundo maior mercado de helicópteros executivos.

Mas o item que mais deve inflar o ego dos brasileiros entre os apresentados pela empresa, a meu ver, é a informatização do processo eleitoral.

Já nas eleições de 2000, o sistema eleitoral estava informatizado em todas as regiões deste nosso imenso País. Os resultados podiam ser apresentados em menos de 24 horas depois do início das apurações. Esse modelo chamou a atenção, inclusive, da maior potência mundial, os Estados Unidos, que passaram uma imagem de ineficiência em seu sistema eleitoral, já que suas eleições de 2000 tiveram a apuração feita duas vezes, colocando em xeque a credibilidade do processo.

Mas isso ainda não é tudo, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

O Brasil é reconhecido há anos como o detentor do sistema bancário mais moderno do planeta. Na publicidade, são incontáveis os prêmios já concedidos a criações brasileiras, colocando nossos profissionais, de forma incontestável, entre os melhores da área publicitária e de *marketing* do mundo. E, apesar da enorme diferença de renda que separa o Brasil em ricos e pobres, uma parcela muito grande da população encontra disposição para dedicar parte significativa de seu tempo aos trabalhos voluntários, incluindo aí toda a gama de atuações no terceiro setor.

Esse é o povo brasileiro, hospitalero e cordial, que se esforça para falar a língua dos turistas, gesticula e não mede esforços para bem atendê-los.

Esse é, também, o povo irreverente, que consegue achar motivo de riso nas próprias desgraças, e que, apesar da vida difícil, consegue disfarçar suas atribulações e, ainda, promover um dos espetáculos mais admirados no mundo inteiro: os desfiles das escolas de samba no período de Carnaval.

Outro fato que a autora da mensagem menciona como exemplo que o Brasil dá para o mundo, apesar de todas as mazelas que o atingem, é a punição aplicada a vários políticos, o que raramente ocorre nos países ditos civilizados.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se me dispusesse a apresentar aqui todas as grandezas e qualidades deste “gigante pela própria natureza”, como diz o hino pátrio, levaria horas, ou talvez dias, de discurso ininterrupto.

Mas minha intenção, neste momento, é chamar a atenção para algumas dessas qualidades e admoestar aqueles que fazem todo o possível para menosprezar e criticar sem razão esta terra abençoada.

Que os brasileiros continuem, sim, com suas características de povo hospitalero e alegre, mas que valorizem, cada dia mais, as grandezas que esta terra lhes oferece, orgulhando-se dos símbolos nacionais e aproveitando cada oportunidade para divulgá-los.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes, por 20 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um assunto da maior importância para o meu Estado, o Piauí, assim como para Pernambuco e o Ceará. Trata-se de um projeto fundamental para o Nordeste e para o Brasil: a construção da Ferrovia Transnordestina. Ainda há pouco, conversávamos – o Senador Antero Paes de Barros também trouxe o tema ao debate – a respeito da escassez de estradas para o escoamento da produção. A Ferrovia Transnordestina será a solução para o problema, pois atenderá a uma região que vive seu melhor momento de desenvolvimento, com um crescimento assustador, ano a ano, na produção de grãos. A ferrovia interligará, em uma primeira etapa, os portos de Pecem, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco, a uma grande plataforma que será construída na cidade piauiense de Eliseu Martins, Senador Mão Santa, que, no Governo de V. Ex^a, teve a felicidade de ser servida pelo ramal de energia elétrica, o que facilitou o projeto. Daí a interligação de Itaqui, no Maranhão, com a Ferronorte e com todo o Brasil. É um projeto que só poderá ser viabilizado por decisão do Governo.

Tenho visto, Senador Teotonio Vilela Filho, pela primeira vez – e digo isso com muita alegria –, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva bater firme e dizer que quer a obra, enfrentando problemas de burocracia e de tecnocracia. Penso que faltam apenas pequenos ajustes para a obra ter início.

Colabora muito para que o sonho se torne realidade a presença do Ministro Ciro Gomes no Ministério da Integração. S. Ex^a, que governou o Ceará, conhece os problemas da região e tem se empenhado – dou o testemunho à Nação – de maneira decisiva no sentido de que os recursos do Finor, que estão estocados, atendam parte do financiamento do projeto.

É uma luta grande. Há cerca de 3 ou 4 meses, para ser mais preciso, no dia 12 de novembro, estive no gabinete do então Ministro Guido Mantega, juntamente com os Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, discutindo com S. Ex^a a questão. O Ministro, é verdade, conhece muito pouco as necessidades nordestinas, mas demonstrou sensibilidade. O que me causou espécie, não somente a mim mas aos Senadores que me acompanhavam, foi a falta de sensibilidade de um assessor seu, de nome Demian Fiocca, que imagino, Senador Teotonio Vilela Filho, tem pavor ao Nordeste, talvez até por não conhecê-lo. Todos os argumentos que utilizávamos, o Sr. Demian Fiocca, justiceiro nordestino, ficava contra. Pois bem, Guido Mantega foi para o BNDES e carregou seu anjo da guarda. Anteontem – V. Ex^a sabe que as conversas palacianas vazam –, o Presidente da República bateu o martelo dizendo que quer a rodovia, e o famigerado Demian discordou. Após a reunião, no boca-a-boca, começou a torpedear contra a construção da Transnordestina.

Deus queira que seus interesses, embora equivocados, sejam apenas os do País. Mas estou convicto, Senador Mão Santa, de que, apesar do justiceiro Demian, a ferrovia vai sair, pois ela é fundamental e decisiva para o Nordeste.

Senador Maguito Vilela, já ouvimos algumas vezes o Presidente Lula fazer o mea-culpa e dizer que, quando Deputado, foi um dos responsáveis pelo entrave da construção da Ferronorte. Já pensou o Estado de V. Ex^a e a região toda atingida por aquela estrada, se ela tivesse sido construída sem o boicote de que foi vítima o Governo José Sarney? Parece-me que o que move o Presidente Lula é o remorso do erro cometido no passado. Depois de reflexão, de amadurecimento, de conhecer melhor o Brasil – àquela época, ele ainda não havia feito sua famosa viagem, aquela caravana da democracia –, Sua Excelência tem a humildade de fazer a penitência, e a construção dessa estrada talvez seja o primeiro passo concreto para essa reparação.

Senador Maguito Vilela, os Estados do Piauí, do Ceará e de Pernambuco, por meio dessa integração, terão a oportunidade de escoar suas riquezas com a construção de alguns ramais, como o que vai atingir a área de Petrolina, grande produtora de gesso, protegendo a fruticultura.

Esse projeto gira em torno de R\$4 bilhões e a sua equação financeira já está mais ou menos definida, Senador Mão Santa. Não é uma obra que se possa dizer que é de governador A ou B, de senador A ou C. É uma obra do Nordeste.

Louvo o Governador do Piauí, Wellington Dias, que tem acompanhado essas ações, embora de maneira tímida – poderia ser mais arrojado. Quero também louvar a atitude dos Governadores Jarbas Vasconcelos e Lúcio Alcântara, lutando, discutindo, quebrando o gelo da tecnocracia nacional para que esse projeto finalmente seja iniciado o mais rapidamente possível.

Aproveito para sugerir, se é que S. Ex^a aceita, ao Governador Wellington Dias que crie o primeiro fato concreto nesse projeto: a construção de uma pista de pouso na cidade de Eliseu Martins. Seguindo o Presidente Juscelino Kubitschek, sempre citado aqui pelo Mão Santa, que dizia que quando se quer desbravar uma região, a primeira providência é o acesso. Nos tempos modernos, o avião. E foi assim que fez em Brasília.

Assim deveremos proceder, Senador Mão Santa, nessa questão. Não é uma pista para vôos intercontinentais, mas uma pista de serviço que facilitará de imediato o deslocamento dos engenheiros, dos projetistas, dos investidores para aquela cidade.

Tenho certeza de que algum auxiliar do Governador, sempre atento, estará me ouvindo. O Governador, com certeza, mandará executar a obra em caráter emergencial. Com esse pequeno gesto, tornará não só mais rápida a obra, mas também irreversível a sua execução.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Héraldo Fortes, sei que o Piauí já mandou para este Parlamento brilhantes representantes: Petrônio Portella, que foi lembrado e relembrado, pela sua história, como um dos ícones da redemocratização. Quero dar um testemunho de que, quando governei o Estado do Piauí, V. Ex^a foi um dos parlamentares que mais objetivamente carreou recursos para o Piauí. É muito oportuno relembrar a história. V. Ex^a está conclamando o Presidente Lula a tomar uma decisão política. Lembro-me de que os tecnocratas, na primeira reunião do Presidente Fernando Henrique Cardoso na Sudene, apresentaram uma programação só de água, açudes para o Piauí – programação feita pelos tecnocratas. Durante o discurso de Sua Excelência o Presidente da República, levantei-me, quebrando o protocolo e pensando em Juscelino Kubitschek, que criara a Sudene, e pedi essa linha de energia São João do Piauí–Canto do Buriti–Eliseu Martins, 230kW, para, com a energia, promover a agricultura do cerrado. Mas eu queria dizer

que também tinha sido negada anteriormente pelos técnicos, pelos planejadores, que continuam aí, como V. Ex^a citou. O Presidente da República, naquele momento, disse: "Mão Santa, você já quebrou o protocolo, e eu, em respeito ao Piauí, vou doar essa energia". Então, é necessária essa coragem do Governador do Estado, que V. Ex^a lembra agora. Ainda mais: quando falo aqui em refinaria para o Piauí, lembro-me de que encontrei no Ministério da Integração Nacional um projeto, em Paulistana, que integrava essa linha férrea de Itaqui a Balsas, próximo ao sul do Estado, e a Transnordestina, que seria, como o Presidente Juscelino Kubitschek fez Brasília, para interiorizar e integrar. Então, seria uma ação arrojada, digna de um presidente nordestino. V. Ex^a está levantando a mais importante bandeira para o Nordeste e para o nosso Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Uma das virtudes que Deus me deu foi a boa memória. Lembro-me perfeitamente, Senador, da nossa luta quando V. Ex^a era Governador e eu, Deputado Federal. Éramos de partidos contrários e tínhamos vindo de uma recente eleição, na qual V. Ex^a derrotou o meu candidato. Mas nos juntamos todos, fomos ao Ministério, ao Presidente da República e enfrentamos a burocracia. V. Ex^a deu um murro na mesa, no gabinete do Ministro de Minas e Energia, e, felizmente, esse ramal foi construído. E o Piauí vivia, naquele momento, um caos terrível, por carência de energia elétrica.

Precisamos aprender a nos unir – e nisso ninguém supera o cearense – na hora da reivindicação quando se trata de benefícios para o Estado.

Concedo o aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O Sr. Teotonio Vilela Filho (PSDB – AL) – Nobre Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a traz a esta Casa um assunto da maior importância para o Nordeste brasileiro e, evidentemente, para seu Estado do Piauí, tão merecedor do benefício dessa ação. Com seu competente discurso, como é de hábito, V. Ex^a nos presenteia nesta Casa, nele mencionando um certo Demian, uma espécie de justiciero que fica tomando conta do Brasil para protegê-lo do Nordeste, como se o Nordeste fosse uma peça daninha ao Estado brasileiro. Eu estava a ouvir V. Ex^a, com o meu discurso na mão – e talvez não tenha oportunidade de fazê-lo hoje em função da hora e por isso serei rápido em meu aparte, para que os demais o façam –, lembrando justamente o tema de meu discurso, que é a seca no sertão de meu Estado e o abandono com que o Governo Federal está lidando com a seca. Antigamente se criticava o assistencialismo, mas se fazia o assistencialismo e as obras estruturantes. Hoje, não existe assistencialis-

mo, ou seja, aqueles recursos para carros-pipa, cesta básica, o bolsa-emergência que o Fernando Henrique criou, tudo isso acabou; e as obras estruturantes que levavam águas, todas foram paralisadas no meu Estado. Eu ficava me perguntando: por que isso? Como um Presidente nordestino, retirante da seca, trata o sertanejo com essa insensibilidade? E agora V. Ex^a dá a resposta, Senador Heráclito Fortes: é o famigerado Demian que está segurando os recursos para os flagelados da seca do Nordeste, particularmente no meu Estado, porque para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, com todo o respeito aos nossos compatriotas de lá, o Governo rapidamente envia. Demian não segurou. E esse Demian se reproduz, pelo visto, como os extraterrestres dos filmes; eles se multiplicam em cada órgão do Governo porque não há como explicar o abandono, a insensibilidade de um Presidente retirante da seca para com os flagelados da seca do meu Estado. Obrigado pelo aparte, Senador Heráclito Fortes. Amanhã procurarei me estender mais sobre esta questão e também sobre uma proposta para fazer uma caça aos Demians do Governo do Presidente Lula. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Governador Teotônio Vilela Filho, é sempre gratificante a oportunidade de ser aparteado por V. Ex^a em um pronunciamento nesta Casa, principalmente em tema como este que atinge todos nós. Mas eu quero chamar a atenção para uma coisa: o Demian é bem apessoado, elegante, se traja bem, é inteligente, sabe das coisas, tem os números, é falante e envolvente; na reunião, ele é quem mais fala, em tom mais alto, inclusive, do que o próprio superior. O único defeito do Sr. Demian é não gostar do Nordeste. Não sei se há algo a ser explicado por isto, por essa ojeriza ao Nordeste; mas, infelizmente, não caímos na gota do Demian. Ele ficou contra no Planejamento, e está contra, agora, no BNDES. E, para isso, não respeita sequer a decisão do Governo manifestada pelo Presidente da República.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. Presidente, ao encerrar este primeiro pronunciamento sobre a questão, eu gostaria de concluir a Bancada, em primeiro lugar, do meu Estado. E aqui isso é fácil. O Senador Mão Santa, presente, ex-Governador; o Senador Alberto Silva não está presente, mas S. Ex^a é ex-Governador, e possui toda uma origem ferroviária – S. Ex^a dirigiu a Rede Ferroviária Nacional, presidiu a Rede Ferroviária do Piauí; é um ferroviário por convicção. Quero convocar e concluir os nossos colegas de Bancada na Assembléia Estadual, Senador Mão Santa, para que se levantem em defesa desse projeto que, para nós, é redentor e irreversível. Nós tivemos no passado uma malha ferroviária razoável e que políticas equivocadas

de governo tiraram de circulação; tiraram os trens e, em alguns casos e em alguns trechos, tiraram também os trilhos e os dormentes. Precisamos reconstruir essa ferrovia, Senador Botelho, essa malha ferroviária brasileira. Para isso temos que lutar contra o tempo.

Deixo aqui, finalmente, o meu abraço aos conterrâneos de Eliseu Martins e de toda a região, que serão beneficiados com esse projeto que gerará empregos e permitirá também o transporte de passageiros, uma das alternativas do projeto ora analisado pelo Governo. Agradeço, pois, a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos companheiros aqui presentes. Tenho certeza, Senador Teotônio Vilela, que o justiceiro Demian finalmente ficará a favor do Nordeste e a favor da nossa rodovia.

Durante o discursos do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Pereira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Queremos informar que a sessão vai terminar às 14h30min. Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por 20 minutos, pela Liderança do PMDB.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tratamos aqui hoje no Senado de temas importantíssimos: a agricultura brasileira, do qual sou um defensor árduo, as ferrovias, as estradas, tão necessárias ao escoamento da nossa produção – e Goiás precisa muito de estradas a serem recuperadas, recapeadas. É lógico que muito tem sido feito neste Governo – e agradeço ao Presidente Lula, ao Ministro Alfredo Nascimento e ao Sr. Riumar dos Santos, Diretor do Dnit, que realmente têm tido sensibilidade para com os problemas das estradas goianas – e quero crer das estradas brasileiras. Quanto às ferrovias, também o Brasil precisa realmente de muitas ferrovias, o que o grande Senador Heráclito Fortes acaba de defender com muita propriedade e muita competência.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vim a esta tribuna, mais uma vez, tratar de um assunto que tomou conta do noticiário da Imprensa brasileira e, por que não dizer, da Imprensa mundial. Volto a esta tribuna para tratar do mesmo assunto porque, ontem, pela Imprensa goiana, fui agredido verbalmente e criticado injustamente pelo Secretário de Segurança Pública de Goiás, Sr. Jonathas Silva, em função de ter usado esta tribuna para criticar o Governo de Goiás pela estúpida, injustificada e criminosa Operação Triunfo – nome dado pelo próprio Governo de Goiás. Que triunfo? Triunfo que

resultou em duas mortes de pobrezinhos? Triunfo que resultou em mais de 45 feridos, alguns gravemente? Triunfo que resultou em 800 prisões de sem-teto? É, sim, o triunfo da violência sobre a vida; é, sim, o triunfo dos ricos sobre os pobres; é, sim, o triunfo sobre o sangue daqueles pobres manchando o solo goiano e o solo brasileiro; pobres que defendiam um pedacinho de terra para erguer um barraco e abrigar a sua família e os seus filhos e que hoje estão amontoados nas igrejas, nos ginásios de esportes em Goiânia; crianças e idosos, homens e mulheres amontoados sem as mínimas condições para o ser humano. Não têm para onde ir. São cinco mil famílias, quase vinte mil pessoas que tiveram seu sonho alimentado durante os nove meses do período eleitoral. Durante nove meses tiveram seu sonho real alimentado pelo Governo, dizendo que não os tiraria de lá. E eles jogaram tudo; conseguiram, no comércio de Goiânia, comprar material de construção, tijolos, cimento, telhas, ergueram seus pobres barracos. Quase cinco mil casas foram erguidas nesse local, e o próprio Governo de Goiás, textualmente – está gravado em fitas – disse: “Nenhum militar vai tirá-los daqui, nenhum soldado, nenhum sargento, nenhum oficial virá a esta área. Se vier, eu demitirei”. São palavras dele. E, depois de nove meses, passadas as eleições, na calada da madrugada, determina que a Polícia Militar invada aquele recinto atirando e, consequentemente, aleijando, matando e ensanguentando várias pessoas. Depois, ordena que peguem as máquinas mais poderosas e derrubem cinco mil barracos em Goiânia, acabando com o sonho daquelas famílias que, hoje, repito, estão amontoadas nos ginásios de esportes e nas igrejas de Goiás.

Segundo informaram – a imprensa noticiou isso, não são palavras minhas, – havia terras com 28 alqueires cujos impostos não eram pagos há muitos e muitos anos. A dívida relativa a impostos dessa área é de R\$2,5 milhões. Trata-se de terra para especulação financeira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a me permite aparteá-lo?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, assim que concluir o meu raciocínio.

Ficaram lá nove meses. Gastaram o que tinham e o que não tinham, porque foram alimentados com um sonho e esperança.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não disse nada desta tribuna que a grande imprensa – a Globo, a Record, o SBT, a Bandeirantes e todos os jornais brasileiros – não tenha dito. Vim aqui apenas registrar aquilo que estava sendo divulgado em todo o País.

Fui visitar a região com a Comissão de Direitos Humanos. Vi as lágrimas da mãe que perdeu o filho,

da viúva que perdeu o marido. Ouvi o relato de uma pessoa com vários tiros no braço e que não foi ao hospital por medo de ser presa. Foram inúmeras as histórias emocionantes que ouvimos naquela tarde em que lá estivemos.

Mas o pior – é incrível, mas verdadeiro – é que o Secretário de Segurança Pública agora tenta colocar a Polícia Militar contra mim por causa do meu pronunciamento.

A Polícia Militar de Goiás sabe do meu respeito e da minha admiração por ela, pois é uma das melhores do Brasil, se não for a melhor. Já fiz essa afirmação desta tribuna e repito: a PM goiana honra os goianos e o Estado de Goiás. Há quase um século e meio, a Polícia Militar de Goiás vem prestando relevantes serviços ao Estado, aos goianos e aos brasileiros. Tenho grandes amigos na PM – oficiais, sargentos, cabos, soldados etc.

Igualmente, tenho grandes amigos no Corpo de Bombeiros, que defendo como um dos melhores do Brasil, assim como na Polícia Civil. Quando eu era Governador, certos setores da Polícia Civil que não estavam se comportando adequadamente mereceram críticas do meu Governo, mas reconheço que há grandes figuras na Polícia Civil, que também merecem o nosso respeito.

O Poder Judiciário cumpriu a lei. Sou contra invasões e a favor do estado democrático de Direito. Sou pela legalidade, mas não posso ficar calado diante de injustiça tão grande: alimenta-se o sonho de milhares de pessoas e depois destroem esse sonho à bala, a tratores e a patróis. Como Senador da República, representando o Estado de Goiás, não posso calar a minha voz; do contrário, seria indigno da representação que o povo goiano me deu.

Quem humilhou a Polícia Militar de Goiás não fui eu, mas o Governador, pois disse que demitiria qualquer militar que fosse fazer o despejo daquelas famílias e depois, passados nove meses das eleições, ordenou que o fizessem.

Quero dizer ao Comandante da Polícia Militar, Coronel Queiroz, ao Diretor da Polícia Civil, Dr. Humberto Teixeira, ao Desembargador Jamil Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, homem de reputação ilibada, aliás, todos os três são homens honrados, dignos e honestos... Tenho certeza absoluta de que ninguém no mundo ficou contra os soldados de Hitler, que determinava o massacre dos judeus. Ninguém hoje em sã consciência é contra os soldados norte-americanos que estão no Iraque. Todos sabem que Hitler ordenou a matança dos judeus e George Bush ordenou a invasão do Iraque.

Eu fui Governador, assim como o Senador Eduardo Azeredo, e sei que a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros não tomam a decisão de invadir uma área e atirar nos invasores sem a ordem governamental. A Polícia Militar é hierarquizada, é disciplinada, ela cumpre ordens.

Nada tenho contra a Polícia Militar, mas, sim, contra quem determinou aquela invasão naqueles moldes. E, hoje, os errados, os culpados, são os Parlamentares de Goiás que criticam essa invasão. O errado é o Senador que vem aqui defender os pobres, os humildes! Errados são aqueles que não construíram casas para os pobres durante oito anos. Em nosso Governo, construímos 40 mil casas para os pobres, em Goiás. Iris Rezende construiu milhares e milhares de casas para os pobres. Nunca houve uma invasão de área para levantar barracos, na época em que governamos Goiás. Tenho certeza de que agora, na Prefeitura de Goiânia, Iris Rezende vai construir as casas de que os pobres precisam para abrigar as suas famílias. Sempre fomos de construir; nunca fomos de destruir, como tem acontecido nesse Governo de Goiás!

Não é a primeira vez que pobres perdem a vida em Goiás! Na Universidade Federal de Goiás, um “perueiro” que estava em busca de serviço também foi alvejado e caiu morto, em pleno pátio da Universidade Federal de Goiás.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Maguito, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Os políticos brasileiros precisam aprender a governar com os pobres, que já foram escravizados, massacrados e continuam sendo escravizados e massacrados! É preciso respeitar os pobres! É preciso respeitar aqueles que querem uma casinha para abrigar os seus filhos, porque, da mesma forma que os milionários têm direito à propriedade, os pobres também têm direito à habitação. Isso está na Constituição Federal do Brasil, colocado por nós, Senadores e Deputados federais, e sancionado pelo Presidente da República! Se uns têm direito à propriedade, outros têm direito à moradia.

Portanto, mais uma vez, desejo registrar o meu protesto e a minha indignação contra esse ato! E não tenha dúvida, Sr. Secretário de Segurança Pública, de que o inquérito já foi federalizado; agora, será comandado pela Polícia Federal, e as coisas vão serclareadas.

Ontem mesmo, o jornal de maior circulação em Goiás, **O Popular**, disse que um dos mortos não foi morto na área invadida; foi alvejado depois de ter saído daquela área. A própria imprensa de Goiás noticiou isso ontem! Então não sou eu, Sr. Secretário, que digo isso; é toda a imprensa nacional! O mundo inteiro sou-

be o que aconteceu em Goiás, mais especificamente na Capital, Goiânia.

Senador Eduardo Azeredo, vou ouvir primeiro o Senador Mão Santa, que já havia pedido um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, faço minhas as palavras de Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar que ocorra no mundo, és um companheiro!” Gostaria de dar um testemunho: eu e o Senador Eduardo Azeredo fomos Governadores na mesma época em que V. Ex^a e V. Ex^a foi um exemplo, assim como Iris Rezende. Fui aprender a governar lá e vi aquele seu modelo administrativo, de fazer uma casa e entregá-la aos pobres, dando exemplo não apenas a Goiás, mas também a todo o Brasil. Eram mil casas em um só dia. Senador Mozarildo, que belo discurso o de V. Ex^a: o encanto do Brasil. Aqui, o contrário...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Senador Mão Santa, interrompo V. Ex^a para dizer que vamos estender a sessão por 15 minutos, sendo 10 minutos para o Senador Eduardo Azeredo e 5 minutos para o término.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Queria dizer que fui criado ouvindo Olavo Bilac: “Criança, não verás nenhum país como este”. E Gonçalves Dias: “As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”. Mas este é o país real que lamentamos. Quero dar o testemunho – e prestar solidariedade – da conduta de Maguito Vilela, não só da sua bela administração em Goiás, mas do exemplo que ele é de Senador humano, correto e decente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado pela solidariedade de V. Ex^a.

Com muito prazer, ouço também o brilhante Senador e grande ex-governador de Minas, Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Maguito, eu comprehendo perfeitamente a indignação de V. Ex^a sempre que críticas são feitas, especialmente quando as críticas vêm sem cobertura nos fatos. Essas críticas são realmente difíceis, justificam a sua indignação. Mas V. Ex^a sabe bem, como ex-governador que foi, assim como eu e o Senador Mão Santa, que governar é sempre um ato de escolha de Sofia. Sempre há situações em que uma escolha traz desgaste e outra escolha também traz desgaste. Quero dizer que o Governador Marconi Perillo tem se comportado com muita dignidade, com caráter humano, nesse episódio todo. Uma invasão como a que ocorreu em Goiânia, com um número de invasores naquela proporção, é uma invasão evidentemente para a qual a solução é melindrosa, difícil. O ideal em todas essas situações, sabemos bem, seja com camelô em rua, seja com

pirueiro, seja com invasores de terra urbana ou rural, é não deixar que o processo avance. A questão, portanto, é de se colocar aqui não que tenha havido culpa do governador Marconi ou culpa do Prefeito Íris. A questão, Senador Maguito, é buscarmos soluções na área de uma política de habitação, uma política urbana correta. Eu posso aqui trazer o testemunho de como o Governador Marconi Perillo se preocupa com essa questão habitacional, que tem realmente agido nessa área, que se preocupou na hora que teve de tomar a decisão de autorizar as forças policiais, porque aquela era uma decisão de cumprir a lei, de cumprir uma decisão judicial. Então, quero apenas trazer essas palavras, as palavras de quem sabe bem que as atitudes do Governador, meu colega de Partido, foram atitudes realmente pensadas, foram atitudes realmente difíceis de serem tomadas às vezes, mas tomadas no interesse público, assim como V. Ex^a o fez no seu período de governador.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a. E V. Ex^a inspirou o final do meu pronunciamento, quando disse que não devemos, os governantes não devem deixar os problemas crescerem e se arrastarem. Foi o que aconteceu em Goiás. Deixaram que o problema crescesse, disseram que iriam ajudá-los, que não iriam retirá-los de lá, deixaram-nos por nove meses, eles construíram uma cidade, cidade que tinha casas, energia elétrica, que tinha tudo, e de repente, na calada da madrugada, invadem, tiram, matam, ferem, aleijam, derrubam as casas. Depois de nove meses! Essa é a minha indignação! Porque se tivessem tirado com dez, quinze dias, trinta dias, sessenta dias, tudo bem, mas deixar por nove meses as famílias alimentando aquele sonho, porque era época eleitoral, porque precisavam dos votos para o seu candidato, aí, sim, nos traz indignação. E é por isso o meu protesto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos dois minutos que me restam, quero apenas protestar contra a desapropriação de uma pequena propriedade da Igreja Católica, em Jataí, na minha cidade natal, porque essa propriedade, sem dúvida nenhuma, alimenta creches, crianças, leigos, seminaristas; é uma propriedade extremamente produtiva e a produção é toda destinada ao social. E hoje estive com o Presidente do Incra. Tenho esperança de que eles irão rever esse ato, que também não foi um ato de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, como Líder, por 10 minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, Inciso II, da alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para, mais uma vez, cobrar do Governo Federal medidas e resultados concretos, mais ação e menos palavras, no que diz respeito às responsabilidades do principal Poder Público do país.

Venho cobrar ainda, novamente, coerência! Pois, como se não bastasse a grande coleção de contradições políticas entre o que os governistas falaram e fizeram no passado e falam e fazem no presente, agora ignoram a lógica e a consistência também das ações técnicas e administrativas de governo.

Refiro-me, no caso, ao absurdo que se verifica no anunciado plano do Governo Federal sobre o metrô da Capital do meu Estado, Belo Horizonte. Enquanto nos últimos dois anos, desde que tomou posse, o Planalto pouco realizou para dar andamento às obras da linha um do metrô, ele agora faz alarde de que vai construir ao mesmo tempo mais duas linhas, dois e três, num total de quase 30 quilômetros de extensão.

Os números anunciados pela CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos são espetaculares. Nada menos de 20 quilômetros de linhas subterrâneas, mais de 20 estações – uma das quais a 50 metros de profundidade –, e investimento total da ordem de US\$1,5 bilhão, ou seja, perto de R\$4,5 bilhões. Belo Horizonte realmente necessita de um metrô de grande extensão, subterrâneo e com essa capacidade de uso. Já está mais que atrasada a solução dos problemas de tráfego urbano e transporte de passageiros que se agrava a cada ano. As causas são crescimento populacional, o difícil traçado ortogonal da capital mineira, com cruzamentos a cada 100 metros, principalmente na área central.

Convenhamos, porém, que ao menos por ora se trata de uma incoerência e um sonho tão grandes quanto à magnitude planejada para tais obras. É absolutamente absurdo que o Governo Federal fale em construir as novas duas linhas, ao mesmo tempo em que libera apenas minguados reais para terminar a linha um e implantar a primeira etapa da linha 2, que, na verdade, consiste inicialmente num ramal até Barreiro, que é uma região populosa no sudoeste da capital.

O Governo calcula abrir as estações para as linhas 2 e 3 no segundo semestre do ano que vem e concluirá em quatro anos. Porém, a linha 1 propriamente dita vem sendo construída há ¼ de século e já deveria ter-se complementado com a extensão até Vila Nova, conjunto de bairros densamente povoados no norte da Capital.

Durante os governos do PSDB no Planalto, em Minas Gerais e em Belo Horizonte nos empenhamos

a fundo para dar andamento à obra, e ela realmente avançou mais que em outras gestões. Mas, desde que iniciou o seu mandato, o atual Governo Federal aplicou na Linha 1 alguma coisa além de R\$20 milhões, em 2003, e R\$33 milhões, em 2004, quando, segundo o que fora orçado, teria de investir bem mais.

No ramal para o Barreiro, as obras acham-se paralisadas há mais de um ano e os investimentos têm sido acanhadíssimos. No ano passado, aplicou-se a ninharia de R\$254 mil contra mais de R\$36 milhões orçados. É isto mesmo: R\$254 mil de num orçamento de R\$36 milhões.

Para o corrente ano, o Orçamento da União estima aplicar R\$82 milhões para avançar as obras da Linha 1, de modo que estejam concluídas em 2006. Mas não são recursos destacados previamente pela União e, sim, dinheiro a ser liberado fora da conta do superávit primário, de acordo com o novo acordo com o FMI.

Já para o ramal do Barreiro, a única previsão que existe, da ordem de R\$27 milhões, decorre apenas de emenda da bancada de Minas. Por iniciativa da União, a alocação de recursos para esse trecho é zero.

Em ambos os casos, contudo, pode-se duvidar muito que aconteçam tais investimentos, visto o que o Governo mostrou até agora e durante dois anos, com o seu já notório pão-durismo na execução orçamentária.

Está aí para alimentar nossas dúvidas a grande morosidade e a mesquinharia do Governo Federal em liberar as verbas de emergência para atender o Estado de Minas Gerais na calamidade que enfrenta desde as últimas semanas por causa das chuvas.

Dezessete pessoas já morreram em inundações e desabamentos e 18 mil estão desabrigadas ou desalojadas em aproximadamente oitenta cidades de diversas macrorregiões do Estado, onde a água destruiu mais de 130 pontes, diversos trechos de estradas, inclusive federais, como é o caso da cidade de Governador Valadares. Apesar do quadro desolador, até o momento o Governo Federal não reconheceu o flagelo dessas cidades e, por isso, ainda não liberou as verbas de emergência, conforme protestou recentemente, com justa indignação, o nosso Governador Aécio Neves.

Ora, se para uma situação de calamidade como a que atinge milhares de mineiros, o Planalto é lento e sovina, imaginemos o que será de planos tão grandiosos quanto as novas linhas do metrô de Belo Horizonte.

Claro que não há como deixar de torcer para que eles se realizem, mesmo porque – já frisei – a nossa Capital está a reclamar obras estruturantes, que não acontecem mais desde as administrações de Hélio

Garcia e do PSDB no Município. Todavia, não podemos tapar o sol com a peneira e cair em delírio imaginando que Belo Horizonte terá o seu merecido metrô apenas pelo desejo de alguns tecnocratas.

Sonhar não custa nada! E o Governo Federal sonha à vontade ao projetar que vai investir aproximadamente R\$1,125 bilhão por ano durante 4 anos seguidos no grande metrô de Belo Horizonte.

Ou seja, R\$1,125 bilhão quando, na verdade, está aplicando R\$22, R\$30 milhões. Vejam que salto terá que dar: gasta hoje R\$22 milhões num ano, gasta R\$35 milhões no outro e agora disse que vai gastar R\$1,125 bilhão.

Mas o fato real e atual é que tira muito pouco dinheiro do bolso para as obras dessa linha que está esperando a sua conclusão.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nesse sonho de verão, o Governo Federal idealiza que o investimento de bilhões de reais vai ser feito em parceria com a iniciativa privada. Mas aí também pode estar outro delírio, já que não se vêem sinais de sondagem prévia ao mercado para se avaliar o real interesse por um projeto que freqüentemente é deficitário e demanda subsídios da administração pública em todas as partes do mundo.

Vamos lá que haja tal interesse. Ainda assim, a questão principal continua sem resposta: Por que anunciar novos e grandiosos projetos, quando o atual ainda está longe de ser concluído?

Talvez uma coincidência de datas explique o contra-senso. No ano que vem, quando possivelmente estiver sendo aberta a licitação das Linhas 2 e 3, estará em pleno aquecimento a campanha eleitoral. Nada então como um belo e reluzente projeto para o *marketing* de venda à opinião pública de supostas realizações governamentais.

Sr. Presidente, esta não é a primeira vez que venho a esta tribuna falar sobre o metrô de Belo Horizonte. No passado, o PT era extremamente crítico em relação a essa mesma obra. Toda semana, todo pronunciamento era no sentido de que faltava vontade política. E o que aconteceu foi que, quando o PT chegou ao Governo, aí sim, essa falta de vontade política ficou maior. As obras diminuíram seu ritmo e a transferência para o Estado de Minas Gerais, como previsto no acordo internacional de financiamento, não acontece. Essa transferência está sendo postergada, e as obras que seriam necessárias ficam apenas em propostas, propostas e mais propostas. O Governo, também nesta área, assim como na área de estradas, continua paralisado.

Espero que, nessa questão do metrô, possamos ter uma ação efetiva, uma ação que não seja política, mas uma ação administrativa em benefício da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – A Presidência recebeu do Superior Tribunal de Justiça as seguintes matérias:

Ofício nº S/11, de 2005 (nº 1/2005, na origem), de 3 de janeiro do corrente ano, comunicando a indicação do Ministro *Antônio de Pádua Ribeiro* para compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor, em conformidade com o disposto no art. 103 -B, II, e §§ 2º e 5º da Constituição Federal;

Ofício nº S/12, de 2005 (nº 164, de 2005, na origem), de 23 de fevereiro do corrente ano, comunicando a indicação do Dr. *Jirair Aram Meguerian*, Juiz do Tribunal Regional da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o dispositivo no art. 103-B, VI e § 2º, da Constituição Federal;

Ofício nº S/13, de 2005 (nº 165/2005, na origem), de 23 de fevereiro do corrente ano, comunicando a indicação da Dr^a *Germana de Oliveira Moraes*, Juíza da 3ª Vara da Seção Judiciária de Fortaleza/CE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, VII e § 2º, da Constituição Federal.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

São os seguintes os ofícios na íntegra:

Ofício nº S/11, de 2005 – (Nº 1/GP, na origem)

Brasília 3 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Superior Tribunal de Justiça resolveu, mediante eleição, indicar o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro para compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor, em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (EC nº 45/2004, art. 103-B, II, e §§ 2º e 5º).

A experiência do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ora indicado, consagrada ao longo de bem-sucedida carreira no Ministério Público Federal e na Magistratura, sendo hoje o Decano da nossa Corte, resume em si as qualidades que o credenciam às funções de Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça (*curriculum vitae* anexo).

Reitero votos de consideração e estima. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

CURRICULUM VITAE

Ministro **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

INTRODUÇÃO

Nasceu em Torneiros, povoado situado às margens do Rio São João, no Município de Pará de Minas - MG, em 22 de outubro de 1940.

Filho de Evaristo Firmiano Ribeiro e de Maria Antonieta Ribeiro, já falecidos.

É casado com a Dra. Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro e tem os seguintes filhos: Maria Antonieta, Médica; Glória Maria, Andréa e Clodoaldo, todos Bachareis em Direito.

O seu bisavô paterno, Fidélis Evaristo Firmiano Ribeiro, foi um dos fundadores da cidade de Pará de Minas, segundo se verifica na "Acta da Instalação da Villa do Pará", datada de 20 de setembro de 1859, tendo presidido a Câmara daquela cidade durante 6 períodos. Foi também, fundador da cidade de Curvelo, onde exerceu a vereança, e participou da Revolução de 1842 (Ver "História da Revolução de Minas Gerais em 1842", págs. 56 e seguintes, escrita pelo cônego José Antônio Marinho, Typografia de J. J. Barroso e Comp., Rio de Janeiro, 1843).

Concluiu o curso primário no Instituto de Educação em Belo Horizonte; o ginásial no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas; o colegial no Colégio Pedro II (internato), no Rio de Janeiro; e o de Bacharel em Direito na Universidade de Brasília - UnB, em dezembro de 1967. É o primeiro Bacharel em Direito, formado em Brasília, a ocupar o cargo de Ministro togado dos Tribunais Superiores do País.

Especializou-se, em nível de pós-graduação, em Direito Processual Civil (Universidade de Brasília, 1968 a 1970). Possui os seguintes cursos de especialização: Direito e Processo Especializado do Trabalho (Universidade de Brasília, 1967); Análise de Jurisprudência do Trabalho (Universidade de Brasília); e, ainda, o curso de extensão cultural em Direito Processual Civil sobre o tema "Exames Periciais" (Universidade de Brasília, 10.03.72 a 10.06.72), além do Curso Superior de Economia, até o 3º ano (Universidade de Brasília).

Exerceu a advocacia, na Capital da República, entre os anos de 1967 e 1979, com alguns intervalos decorrentes de incompatibilidade oriunda do exercício de cargos públicos.

Integrou os Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal; o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal; e a Associação dos Procuradores da

República, da qual foi membro fundador. É, também, membro fundador do Instituto de Direito Processual Civil - Seção do Distrito Federal.

IDENTIFICAÇÃO

Identidade: 070132 DPF/DF expedida em 21.12.1971

Título de Eleitor: 0719-25^a. ZONA – 2^a. Seção – DF – emitido em 12.09.1960

Certificado Militar: 172852-1^a. RM-CPOR RIO DE JANEIRO emitido em 22.02.1960

PASEP: 10072035797

CPF: 004344341-91

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assumiu o cargo de MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, por força do art. 27, parágrafo 2º, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5-10-88, no mesmo dia em que se instalou a referida Corte de Justiça, isto é, em 07 de abril de 1989.

No Superior Tribunal de Justiça, foi:

a) eleito, por unanimidade, para as seguintes funções, que exerceu:

- *Presidente do Superior Tribunal de Justiça*, na sessão plenária de 18.03.98, assumiu a Presidência no dia 02.04.98, para o biênio 1998/2000.

- Vice-Presidente no exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, 25/2/1998 a 1º/4/1998.

- *Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça*, na sessão plenária de 23.05.97, para o período de 23.06.1997 a 23.06.1999.

- *Corregedor-Geral da Justiça Federal* de primeiro e segundo graus, para o período de 23.06.89 a 23.06.91.

b) designado:

- *Membro da Comissão que elaborou o seu Regimento Interno* (Ato nº 1.141, de 06.09.88, do Presidente do T.F.R. - D.J. de 05 de outubro de 1988, pág. 25463, combinado com o art. 22 do Ato Regimental nº 1, de 14.04.89, publicado no D.J. de 13 de abril de 1989, Seção I).

- *Membro efetivo da Comissão de Coordenação*, conforme designação na Segunda Sessão Extraordinária do S.T.J., realizada em 28.06.90.

- *Membro nato do Conselho de Administração.*
- *Membro nato da Corte Especial.*
- *Membro suplente do Conselho da Justiça Federal (07.04.89 a 23.04.89).*
- *Membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (23.06.89 a 23.06.91).*
- *Membro efetivo da Comissão de Documentação (Ato nº 729, de 09.07.91, do Sr. Ministro Presidente, publicado no D.J. de 31.07.91).*
 - *Membro efetivo da Comissão de Jurisprudência (Ato nº 176, de 17.11.92, publicado no D.J. de 18.11.92).*
 - *Membro da Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à revisão de que trata o art. 3º do ADCT da Constituição Federal, constituída pelo Sr. Ministro Presidente, através do Ato de 12.11.92.*
- *Para compor a 6ª Turma, na Primeira Sessão Extraordinária do S.T.J., realizada em 10.04.89.*
- *Para compor a 2ª Turma, do STJ, a partir de 25.06.91 pelo Ato 728 de 09 de julho de 1991, publicado no DJ de 12.07.91.*
- *Para compor a 3ª Turma, a partir de 03 de abril de 2000 pelo Ato nº 73 de 05 de abril de 2000, publicado no DJ do dia 10 de abril de 2000.*
- Pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente, como *representante do Superior Tribunal de Justiça, no Fórum Nacional organizado pela FEA/USP com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, denominado "Políticas Sociais para os Anos 90", realizado no Hotel Cad'Oro, São Paulo, nos dias 21 e 22 de agosto de 1989.
- *Coordenador dos serviços de informática do Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal*, tendo sido, sob a sua supervisão, elaborado o Plano Diretor de Informática, que interligou, via satélite, o STJ, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias da Justiça Federal, e, ainda, o Sistema STJ com o Sistema ITALJURE, da Itália (Ato nº 214, de 11.12.89, do Sr. Ministro Presidente, delegando-lhe competência).
- Presidente da Comissão da Reforma do Judiciário (Revisão Constitucional - Ato nº 174/93 - D.O. de 05.08.93).
- Presidente da Comissão de Jurisprudência (Ato nº 130 de 11/10/2001).

- Presidente da Comissão temporária responsável por acompanhar a Proposta de Emenda Constitucional n.º 29/2000, em trâmite no Congresso Nacional, destinada a reformar o Poder Judiciário (Portaria n.º 15, de 24/3/2004).

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Foi nomeado para exercer o cargo de MINISTRO DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, em vaga destinada a membros do Ministério Público Federal, criada pela Emenda Constitucional nº 7/77, por decreto de 8-5-80, publicado no DO de 9-5-80, após ser o seu nome aprovado pelo Senado Federal. Tomou posse e entrou em exercício em 23-6-80.

No Tribunal Federal de Recursos, foi designado:

- *Membro da Quarta Turma* (Resolução nº 19, de 18-6-80 (DJ de 23-6-80).
- *Membro suplente da Comissão de Jurisprudência* (Ato nº 160, de 18-9-80 (DJ de 23-9-80).
- *Membro efetivo da Comissão de Jurisprudência* (Ato nº 335, de 5-8-83 (DJ de 16-8-83).
- *Diretor da Revista* (eleito, por unanimidade, em sessão ordinária do Plenário, realizada em 9-6-83, para o biênio 1983/1985).
- *Membro suplente do Conselho da Justiça Federal*, no período de 23.06.87 a 23.06.89.
- *Presidente da Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte*, criada pelo Plenário do Tribunal Federal de Recursos em sessão de 04.06.87 e formalizada através do Ato nº 1.126, de 31.08.88, do seu Presidente (D.J. de 22.09.88, pág. 23.972; Boletim de Serviço nº 19 - TFR).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Eleito MINISTRO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, por unanimidade, na sessão plenária de 25.05.92 do Superior Tribunal de Justiça. Tomou posse em 28.05.92.

Eleito MINISTRO TITULAR DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, por unanimidade, na sessão plenária de 05.05.94 do Superior Tribunal de Justiça. Tomou posse em 26.05.94, exercendo o cargo até 26.05.96.

Eleito à unanimidade pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral no dia 15.12.94, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA ELEITORAL, data em que tomou posse. Exerceu as suas funções até 26.05.96.

- Designado, pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para compor Comissão de Estudos da Reforma Eleitoral (denominada "Comissão dos Notáveis") em 31.05.95, presidiu a Subcomissão Temática encarregada da parte relativa a "Financiamento e Campanhas Eleitorais" e, posteriormente, foi designado membro da Comissão de Sistematização dos Trabalhos (Portaria nº 177/95; Diário do Congresso Nacional, publicado em 02.06.96).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ingressou no Ministério Público Federal, cujo ápice da carreira atingiu, mediante aprovação no primeiro concurso público de títulos e provas, de âmbito nacional, para Procurador da República de 3º Categoria, em que obteve a 1ª colocação. Nomeado por decreto de 03-11-72, publicado no DO de 06-11-72, tomou posse em 21-11-72. Foi promovido, por merecimento, a Procurador da República de 2ª Categoria, a partir de 31-03-73 (DO de 15-10-73, página 10.413) e, também, por merecimento, a Procurador da República de 1ª Categoria, a partir de 30-06-73 (DO de 12-03-74, página 2.731). Na qualidade de membro do "parquet", exerceu as suas funções perante o Supremo Tribunal Federal.

Pelo Senhor Procurador-Geral da República, foi designado para integrar as seguintes Comissões:

Encarregada de elaborar o Anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público Federal (Portaria nº 70/74, DJ de 20-5-74, pág. 3.310);

Incumbida de preparar o Anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público Federal (Portaria nº 31/75, DJ de 25-2-75, pág. 1.001);

Indicada para elaborar o Anteprojeto de Lei Complementar que estabelecerá normas gerais sobre a organização do Ministério Público (art. 96, parágrafo único, da Constituição Federal)(Portaria nº 144/77, DO de 18-11-77, pág. 8.239).

Por ato do Senhor Presidente da República (DO de 4-12-79, pág. 18.147), foi designado para exercer a função de membro da Comissão de Promoções do Ministério Público Federal.

MAGISTÉRIO UNIVERSITÁRIO

No magistério universitário, é Professor titular de Direito Processual Civil e de Teoria Geral do Processo, da Faculdade de Direito da A.E.U.D.F. (Parecer nº 1.225/73 do Conselho Federal de Educação) e do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da referida Faculdade (Parecer nº 291/84 do Conselho Federal de Educação).

Dentre as atividades de magistério superior, exerceu as seguintes:

- Coordenador-Geral e Professor titular interino de Prática Forense da Faculdade de Direito do CEUB (1971-1979).
- Coordenador do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito do CEUB.
- Coordenador do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da AEUDF.
- Professor de Direito Processual Civil e de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do CEUB.
- Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal.
- A convite da Universidade de Brasília, atuou como debatedor na "III JORNADA DE ESTUDOS DE DIREITO AMERICANO", promovido pelo Decanato de Extensão da Faculdade de Direito daquela Universidade, no período compreendido entre 7 a 11 de agosto de 1978.

CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

Desempenhou os seguintes cargos públicos, alcançados em decorrência de aprovação em concurso público:

- *Procurador da República no Distrito Federal*, exercendo as funções junto ao Colendo Supremo Tribunal Federal (22.11.72 a 24.08.79).
- *Oficial Legislativo da Câmara dos Deputados* (07.08.64 a 20.11.72).
- *Auxiliar Legislativo da Câmara dos Deputados* (30.04.62 a 06.08.64).
- *Revisor do Departamento de Imprensa Nacional* (05.08.60 a 29.04.62).

Exerceu os seguintes cargos de confiança:

- *Subprocurador Geral da República*, para o qual foi nomeado por decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República de 21 de agosto de 1979, publicado no D.O.U. da mesma data, tendo entrado em exercício em 24 de agosto de 1979, junto ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos.

- *Assessor do Procurador Geral da República* (23.11.72 a 20.09.76).

- *Secretário Jurídico do Supremo Tribunal Federal* (05.03.70 a 31.07.72).

- *Procurador da Câmara dos Deputados*, exercendo as suas funções junto à Procuradoria Geral da República, em face de Credenciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados (02.07.69 a 04.03.70).

- *Assessor Especial do Ministro da Justiça* (06.09.72 a 20.11.72).

- *Assessor da Mesa da Câmara dos Deputados* (1967-1969).

- *Secretário da Comissão de Redação da Câmara dos Deputados* (28.04.64 a 03.05.67).

- *Assessor da Delegação da Nicarágua*, por ocasião da realização da II Conferência de Ministros da Justiça dos Países Hispano Luso-americanos e Filipinas, realizado em Brasília no período compreendido entre 18 a 22 de setembro de 1972.

HOMENAGENS UNIVERSITÁRIAS

Foi escolhido paraninfo das quatro turmas de Bacharéis em Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, 2º semestre de 1974, e das turmas de Bacharéis em Direito da Associação do Ensino Unificado de Brasília - A.E.U.D.F., 1º semestre de 1991.

Foi escolhido Patrono de Bacharéis em Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, 2º semestre de 1995, matutino, tendo os formandos dado o seu nome à respectiva turma.

Os Bacharéis em Direito da A.E.U.D.F., 1º semestre de 1980, deram à sua turma de formandos o nome de "Professor Antônio de Pádua Ribeiro".

HOMENAGENS

- Os Juízes Federais do Estado do Maranhão deram o nome de "Ministro Antônio de Pádua Ribeiro" ao Salão Nobre do Edifício do Fórum Federal daquela unidade federativa, em solenidade realizada no dia 28 de maio de 1991.

- Os Juízes Federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deram ao Auditório da Seção Judiciária do Pará o nome de "Ministro Antônio de Pádua Ribeiro", em solenidade realizada no dia 17 de março de 2000.

TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS

É autor de numerosos pareceres, votos e estudos doutrinários, publicados em repertórios especializados (Revista Trimestral de Jurisprudência, Revista do Superior Tribunal de Justiça, Revista do Tribunal Federal de Recursos, Lex, Revista Forense, Jurisprudência do TSE e outros), e proferiu dezenas de conferências, palestras e discursos, cabendo mencionar:

- "Reflexões Jurídicas", livro publicado pela Editora Brasília Jurídica, em 2000.
- "Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça", Livro editado pela Divisão Gráfica da Secretaria do Conselho da Justiça Federal, 1989, em co-autoria.
- "Mandado de Segurança e de Injunção", Editora Saraiva, 1990: é um dos co-autores do livro, escrevendo trabalho sobre o Mandado de Segurança, segundo se vê a fls. 151-166.
- "Recursos no Superior Tribunal de Justiça", Editora Saraiva, 1991: é um dos co-autores do livro, escrevendo trabalho sobre o "Recurso Especial", consoante se vê a fls. 49-65.
- "O Poder Judiciário e a Constituição", Editora Saraiva, 1994: é um dos co-autores do livro, escrevendo trabalho sobre o "O Poder Judiciário: algumas reflexões", como se vê a fls. 31-51.
- Estudos em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel, Editora Saraiva, 2001: é um dos co-autores do livro, com o trabalho intitulado : Exercício da eficácia do controle público. Pag. 17.
- Dimensões do Direito Contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal, Editora IOB, 2001 : é um dos co-autores do livro, com o trabalho intitulado: "Medidas de Urgência e sua Cassação". Pag. 63.
- Estudos em homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Editora América Jurídica, 2002: é um dos co-autores do livro, com o trabalho intitulado: Execução contra a Fazenda Pública. Pag. 253.

- *Direito Processual – Inovações e Perspectivas – estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira*: é um dos co-autores do livro, com o trabalho intitulado: "Medidas de Urgência e sua Cassação", págs. 25-37.

- *Estudos em homenagem a Carlos Alberto Menezes Direito*, Editora Renovar, 2003: é um dos co-autores do livro, com o trabalho intitulado: O Judiciário como Poder Político no Século XXI, págs. 111-127.

- "Mandado de Segurança: Alguns Aspectos Atuais". Revista Brasileira de Direito Processual, v. 49, p. 33-50, janeiro/março 1986.

- *O Servidor Público e as ameaças à Constituição*. Revista AJUFE, n. 40, p. 5-6, mar 1994.

- "Dos Agravos no Código de Processo Civil": trata-se de trabalho aprovado no Curso de Especialização de Direito Processual Civil, ministrado em nível de pós-graduação pelo eminente Ministro MOACYR AMARAL SANTOS, na Universidade de Brasília.

- "Da Assistência no Novo Código de Processo Civil" (Revista Forense nº 251, nº 865/867, p. 119-124, jul/set. 1975).

- *Decadência: contagem do prazo no caso de lançamento por homologação*. Resenha Tributária nº 33, págs. 685/705; Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 45-58, jul/dez 1990.

- "O Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Especial". A Constituição Brasileira 1988 - interpretação - Forense Universitária, 1ª edição, 1988, págs. 215/229.

- "Do Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça". Estado de São Paulo, 11 jul 1989; Revista dos Tribunais nº 642/12, abr 1989; Revista de Informações Legislativas n. 105, p. 73-86; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. 23, n. 119, p. 8/18, jul/ago 1989; Revista Jurídica, n. 144, out 1989, p. 5-18; Informativo Jurídico da Biblioteca Oscar Saraiva, v. 1, n. 2, p. 119-134, jul/dez 1989; Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, v. 33, n. 47, p. 20-39; Jurisprudência Mineira, v. 40, n. 107, p. 25-37, jul/set 1989; Revista da AMAGIS, v. 19, p. 44-60; Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 60-75, jul/dez 1989; Adv Advocacia Dinâmica: Seleções Jurídicas, p. 7-14, set 1989; AJURIS, v.16, n. 47, p. 39-53, nov 1989; Revista Forense, v. 85, n. 306, p. 15-21, abr/jun 1989; Revista Jurídica Mineira, v. 7, n. 78, p. 21-33, out 1990; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, v. 13, n. 66, p. 45-59, jul 1989; Revista Trimestral dos Estados, v. 14, n. 81, p. 9-24, out 1990.

- "Poder Judiciário: algumas inovações e transformações". Revista Jurídica n. 145, nov 1989, p. 5-20; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, v. 13, n. 67, p. 51-69, ago 1989; Revista de Informação Legislativa, v. 26, n. 104, p. 201-212, out/dez 1989; Boletim de Direito Administrativo, v. 6, n. 1, p. 15-26, jan 1990; Adv Advocacia Dinâmica: Seleções Jurídicas, p. 3-11, out 1989; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 2, n. 1, p. 31-51, jan/jun 1990; Revista dos Tribunais de Justiça do Estado do Pará, v. 34, n. 50, p. 29-50, 1990.

- "Soberania do Poder Judiciário". Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, p. 1, 3-4, 31 ago 1990; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, v. 14, n. 82, p. 55-62, nov 1990; Revista de Informação Legislativa n. 110, p. 219-226; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 3, n. 2, p. 113-120, jul/dez 1991; Revista de Julgados do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, v. 16, n. 40, p. 43-50, jul/dez 1989.

- "Função do recurso especial". Revista Forense, v. 86, n. 309, p. 3-7, jan/mar 1990.

- "Controle da Atividade Judiciária". AMAGIS - Boletim Informativo n. 41, Belo Horizonte, jan/fev 1991; Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, p. 1-7, 25 mar 1991; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, v. 15, n. 86, p. 9-22; Revista dos Tribunais, v. 80, n. 666, p. 18-25, abr 1991; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 3, n. 1, p. 39-54, jan/jun 1991; Jurisprudência Mineira, v. 42, n. 114, p. 31-42, abr/jun 1991; Revista da Associação dos Magistrados do Paraná, v. 16, n. 50, p. 67-77, jan/dez 1991; Revista de Informação Legislativa, v. 28, n. 111, p. 335-346, jun-set 1991; Julgados da Justiça de Rondônia, v. 6, n. 7, p. 63-75, mar 1992; Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS 954, mar 1992.

- "Pareceres proferidos junto ao Supremo Tribunal Federal" (Revista Trimestral de Jurisprudência e outros repertórios especializados).

- "Votos proferidos no Tribunal Federal de Recursos" (Revista do TFR, Lex e outros repertórios especializados).

- "Causas do Aparecimento e Fatores de Desenvolvimento do Direito do Trabalho".

- "Visão Panorâmica do Novo Código de Processo Civil" (circulação interna).

- "Recursos no Código de Processo Civil de 1973" (circulação interna).

- "Alguns Aspectos do Processo de Execução, em geral, e, em particular, dos Títulos de Crédito Rural" (circulação interna).

- "Honorários Advocatícios no Mandado de Segurança". Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, 13 set 1993; Revista de Informação Legislativa n. 123, p. 99-102, Senado Federal; Ciência Jurídica, v. 9, n. 63, p. 53-57, mai/jun 1995; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 5, n. 2, p. 105-110, jul/dez 1993.

- "Direito, Justiça e Bondade". Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, 23 ago 1991.

- "Das nulidades". Revista de Informação Legislativa, n. 124, ano 31, p. 21-26; out/dez 1994; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 6, n. 2, p. 89-98, jul/dez 1994.

- "Das nulidades e dos recursos em geral". Revista do Superior Tribunal Militar, v. 14/15, p. 81-96, 1992/1993

- "O Magistrado e a Previdência Social". Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, 4 dez 1995; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 8, n. 1, p. 11-19; jan/jun 1996.

- "Salvem o Judiciário". Folha de São Paulo, pág. A-3, 5 out 1997; Consulex: Revista Jurídica, v. 1, n. 12, p. 66, dez 1997.

- O Senado e a Previdência Social. Correio Braziliense, p. 23, 8 out 1997.

- "Súmula Vinculante e a Independência Jurídica do Juiz". Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, v. 2, n. 6, p. 49-59, out/dez 1997.

- "O Superior Tribunal de Justiça e a Intangibilidade da Ordem Jurídica". Estado de São Paulo, 16 mai 90; Estado de Minas, 9 e 10 mai 1990; Correio Braziliense, 4 mai 1990; Revista Jurídica, n. 151, p. 148-152, mai 1990; Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – AMAGIS, n. 50, p. 100-104; AJURES, v. 17, n. 50, p. 100-104, nov 1990; Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 181-185, jan/jun 1990.

- "O Triste Panorama". Revista AJUFE, n. 39, p. 18-19, dez 1993.

- "Controle do Judiciário e Cidadania". Correio Braziliense, Caderno "Opinião", p. 7, 20 fev 1994.

- "Vencimentos da Magistratura". Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 9, n. 1, p. 40-43, jan/jun 1997; Correio Brasiliense, Caderno Direito e Justiça, 17 fev 1997.

- Citar, Intimar, Avaliar. O Globo, p. 6, 5 mai 1998.

- "A Verdade sobre o "teto" que não estabeleci". O Estado de S. Paulo, pág. A19, 8 out 1998; Folha de S. Paulo, Caderno Opinião, p. 314, 14 Out 1998.

- *A Comunicação e o Direito*. Academia de Direito, Ano I, n. 1, nov 1998.
- O Cinqucentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Diário de Pernambuco, 11 dez 1998.
- *Sesquicentenário de Rui Barbosa*. Artigo publicado na Revista CEJ, n. 6, ano II, dez 1998 e no Jornal do Brasil, 9 nov 1999, p. 9.
- "A CPI e a Credibilidade do Judiciário". O Estado de São Paulo, 2º clichê, 6 abr 1999; Correio Brasiliense, p. 21, 7 abr 1999; O Globo, p. 7, 8 abr 1999; Trabalho em Revista, n. 202, p. 9-10, mai 1999.
- *Biodiversidade e Direito*. Artigo publicado na "Revista de Informação Legislativa", ano 36, nº. 143, p. 15-18, jul/set 1999; Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.5, nº 17, p. 17-20, jan-mar 2000; Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.1, nº 6, p. 45-48, ed. Síntese, jul-ago 2000.
- "Cidadania e Justiça" – Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, ano 03, nº 7, p. 111-114, 2º Semestre 1999.
- O Judiciário como Poder Político no Século XXI. Artigo publicado na Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, n. 4 , ano 2, p. 11-21, jul/dez 1999, Nova Série; Revista CEJ, Brasília, n. 9, p. 51-58, set/dez 1999; Jornal da Associação do Ministério Público do DF e Territórios, p. 6-9, out/dez 1999; Jurisprudência Mineira, ano. 50, v. 148, abr/jun 1999, p. 5-18; Revista de Informação Legislativa, Brasília, nº 144, ano 36, p. 91-100, out/dez 1999; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos da Instituição Toledo de Ensino Bauru – SP, n. 26, ago/nov 1999, p. 19-35; Jornal Mundo Jurídico, ano I, n. VI, 2000, p. 7-10; Revista Estudos Avançados; nº 38, vol. 14, p. 291-306, ano 10, jan-abr 2000; e na Jurisprudência do STJ, n. 16, ano 2, pág. 81-94, abr/2000; Direito e Sociedade, Revista do Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba, v. 1, nº 1, p. 9-24, set/dez 2000, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- *As Novas Tendências do Direito Processual Civil*. Artigo publicado na Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.1, nº 4, p. 5-10, ed. Síntese, mar-abr 2000. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Divisão Jurídica, Instituto Toledo de Ensino Bauru, pág 27/33, Agos/Nov 2000.
- *Reflexões Jurídicas*. Livro publicado em 2000, pela Editora Brasília Jurídica.

TRABALHOS JURÍDICOS NÃO PUBLICADOS OU PUBLICADOS EM REPOSITÓRIOS ESPECIALIZADOS

- Votos no Tribunal Federal de Recursos (108 Volumes).
- Votos no Superior Tribunal de Justiça (milhares de decisões e votos, que podem ser consultados no "site" do STJ).

- Votos no Tribunal Superior Eleitoral
- Pareceres em processos junto ao Supremo Tribunal Federal (12 volumes).
- Pareceres em processos perante o Tribunal Federal de Recursos (4 Volumes).
- Pareceres em processos administrativos junto ao Ministério da Justiça.

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS PROFERIDAS

- *Novo Código de Processo Civil: visão panorâmica*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 25 de março de 1974.
 - *Da Competência*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 17 de abril de 1974 e no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 20.2.1976.
 - *Da Assistência*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 13 de maio de 1974.
 - *Do Litisconsórcio*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 16 mai 1974.
 - *Da Denunciação da Lide*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 6 jun 1974.
 - *Dos Recursos no Novo Código de Processo Civil*, proferida na Faculdade de Direito da UNB, a convite da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do DF, julho 1974.
 - *Da Sentença e da Coisa Julgada*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 4 de julho de 1974.
 - *Visão Panorâmica do Novo Código de Processo Civil*, proferida na Faculdade de Direito da A.E.U.D.F., 17 de setembro de 1974.
 - *Aspectos Gerais dos Recursos no Novo Código de Processo Civil*, proferida na Faculdade de Direito da A.E.U.D.F., 3 de outubro de 1974.
 - *Da Assistência no Novo CPC*, proferida na Faculdade de Direito da A.E.U.D.F., 24 de outubro de 1974.
 - *Processo de Execução*, proferida na Universidade Católica de Goiás, nov 1975.
 - *Da Reconvenção e da Revelia*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 26.11.1975.
 - *Do Recurso Extraordinário*, proferida na Faculdade de Direito do CEUB, 1º sem 1975 e no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem 1976.
 - *Embargos do Devedor*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 7.6.1976.
 - *Dos Servidores Públicos e seu Regime Jurídico*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem 1976.
 - *Atos Administrativos*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 23.4.1976.
 - *Estado Moderno e suas Características*, proferida na Faculdade de Direito da A.E.U.D.F., 1976.
 - *O Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem 1976.

- *Poder de Polícia*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem 1976.
- *Nomeação à autoria, denuncia à lide e chamamento ao processo*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 23 de fevereiro de 1976.
- *Tipologia processual e figuras procedimentais*, proferida no Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 12 de novembro de 1975.
- *Alguns Aspectos do Processo de Execução, em geral, e em particular, dos Títulos de Créditos Rurais*, proferida no Banco Nacional de Crédito Cooperativo, 15 de fevereiro de 1979.
- *Execução Fiscal*, proferida no Auditório da SUDEPE, por ocasião do 1º Encontro dos Procuradores e Advogados daquela autarquia, 5 de dezembro de 1979.
- *Os sujeitos ativos e passivos na execução fiscal. A nomeação de curador especial no processo de execução. O responsável tributário. A competência no processo de execução. A competência concorrente e a excludente ou privativa*, proferida no Auditório da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo, 5 de dezembro de 1980; Auditório do antigo Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 29.5.1981; Auditório "Dois Candangos" da Universidade de Brasília, 14 de dezembro de 1981.
- *Aspectos da Nova Lei de Execuções Fiscais*, proferida no Auditório do Ministério da Fazenda, a convite da OAB - Seção do DF, 1981.
- *Medidas Cautelares Inominadas*, proferida no Auditório do Fórum de Feira de Santana, a convite da OAB - Seção da Bahia e do Governo daquele Estado, em 17 de setembro de 1981.
- *Decadência: contagem do prazo no caso de lançamento por homologação*, proferida na em São Paulo, 26 de outubro de 1982, a convite da Associação Brasileira de Direito Financeiro.
- *A Reforma do Poder Judiciário*, proferida no Auditório do Ministério das Relações Exteriores a convite do Instituto Rio Branco, 25 de maio de 1983.
- *Embargos do devedor*, proferida no Auditório do Ministério Público do DF, em 18 de junho de 1984, a convite da Escola Superior da Magistratura do DF.
- *O Poder Judiciário e a Nova Constituição*, proferida no Auditório do Fórum da Cidade de Macapá, em 25 de agosto de 1988, a convite da OAB-AP.
- *O Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Especial*, proferida no Auditório do Hotel Brasilton de Belo Horizonte por ocasião do II FÓRUM JURÍDICO - A Constituição Brasileira, promovido pela Fundação Dom Cabral e pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, com apoio da Academia Internacional de Direito e Economia, 20 de setembro de 1988.

- *O Poder Judiciário: algumas inovações e transformações*, proferida no Auditório da Justiça Federal de São Luís - MA, em 28 de outubro de 1988, a convite do Governo do Estado do Maranhão.

- "O Superior Tribunal de Justiça", proferida no Auditório da Escola de Magistratura do Estado do Pará, em 9 de dezembro de 1988, a convite do Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado – Belém.

- *O Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça*, proferida sucessivamente na OAB-DF, em 23.6.1989; OAB-PB, em 11.8.1989; OAB-GO, em 20.4.1990; OAB-SP, em 21.6.1990.

- *Soberania do Poder Judiciário*, proferida no Auditório da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco - SP, em 6 de junho de 1990, a convite do Centro Acadêmico 11 de agosto.

- *Modernização da Justiça Federal no Brasil: o seu grande alcance social*, proferida no Auditório do Hotel Cad'Oro - SP, em 22 de agosto de 1989, no Fórum Nacional organizado pela FEA-USP, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado "Políticas Sociais para os Anos 90".

- *A Informática no Superior Tribunal de Justiça e na Justiça Federal*, proferida por ocasião do I Encontro de Presidentes de Tribunais, em 28 de setembro de 1990.

- *O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário*, proferida no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1990.

- *Controle da Atividade Judiciária*, proferida na sala de sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, em 27 de fevereiro de 1991, a convite do Presidente daquela Colenda Corte, por ocasião do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais, Corregedores de Justiça e Presidentes de Associações de Magistrados e; em Porto Velho - RO, por ocasião do III Encontro dos Magistrados de Rondônia, em 30 de agosto de 1991.

- *O Superior Tribunal de Justiça no contexto do Poder Judiciário*, proferida em 18 de março de 1991, no Auditório do STJ.

- *Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário*, proferida em 2 de outubro de 1991, na VII Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

- *Procedimento monitório*, proferida em 14 de agosto de 1992, em Fortaleza - CE, a convite da OAB-CE, no simpósio "Direito 92" - painel "A Reforma do Código de Processo Civil".

- *Das nulidades e dos Recursos no Código de Processo Penal Militar*, proferida em 28 de agosto de 1992, a convite do Presidente do Superior Tribunal Militar.

- *Das nulidades*, proferida na Faculdade de Direito Santa Cruz, em Ilhéus - BA, a convite da OAB-BA, em novembro de 1992.

- "A revisão constitucional e a Justiça Federal", exposição feita em 25.5.1993 por ocasião do Encontro Nacional de Magistrados.

- *Honorários Advocatícios em Mandado de Segurança*, proferida em 27 de maio de 1993, no Auditório do Instituto dos Advogados de São Paulo, a convite do Presidente da instituição.

- *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, proferida por ocasião da XIV Semana do Advogado, em Campina Grande - PB, em 13 de agosto de 1993.

- *Em homenagem ao Servidor Público*, proferida no Conselho da Justiça Federal, em 27 de outubro de 1993.

- *Reforma do Código de Processo Civil*, proferida em 19 de abril de 1995 na Procuradoria-Geral do Distrito Federal; em 28 de abril de 1995, no Ciclo de Estudos em Homenagem ao Ministro Djaci Falcão, TRF-5^a Região; e em 2 de maio de 1995 na Escola da Magistratura de Rondônia.

- *A Magistratura e o Ministério Público*, proferida no II Curso de Preparação de Magistrados Federais, em 9 de junho de 1995.

- *O Magistrado e a Previdência Social*, proferida em Belo Horizonte, em 27 de outubro de 1995, a convite da AMB.

- *Substituição Tributária para Frente*, proferida no Conselho da Justiça Federal em 21 de junho de 1996.

- *Vencimentos da Magistratura*, proferida na Associação dos Magistrados Brasileiros, em 4 de dezembro de 1996, sala de reuniões do Kubitschek Plaza Hotel.

- *A Reforma do Poder Judiciário e a Sociedade*, proferida em 2 de agosto de 1996 em São Luís-MA e em 21 de agosto de 1997 no "Encontro Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça", Manaus-AM.

- *As Novas Tendências do Direito Processual Civil*, proferida em 15 de março de 1996 no "Ciclo de Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Jesus Costa Lima", Fortaleza-CE; em 23 de outubro de 1997 na Inauguração do Auditório do Centro de Ensino Unificado de Brasília; e, em 29 de agosto de 1998 no "Ciclo Internacional de Conferências", Cuiabá-MT.

- *A Súmula Vinculante e a Independência Jurídica do Juiz*, proferida no Centro de Convenções de Recife, em 26 de outubro de 1997, por ocasião do XV Congresso Brasileiro da Magistratura.

- *Súmula vinculante*, exposição feita em 21 de janeiro de 1998 na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

- *O Que Mais Aflige a Sociedade Empresarial no Brasil?*, proferida na Sede da ABCZ, na abertura da "Feira Pecuária de Uberaba - MG", em 1º de maio de 1998.

- *Criação dos Tribunais Regionais Federais*, proferida em 5 de março de 1999 por ocasião da solenidade comemorativa dos 10 anos de criação dos Tribunais Regionais Federais – TRF 2ª Região – Rio de Janeiro.

- *Exercício da Eficácia do Controle Público*, proferida em 20 de maio de 1999, por ocasião do “Ciclo Especial de Palestras sobre Controle e Fiscalização”, Auditório do TCU.

- *O Judiciário como Poder Político no Século XXI*. Palestra proferida em 23 de junho de 1999, por ocasião do “Congresso Brasil-Portugal Ano 2000” em Coimbra – Portugal e em 10 de dezembro de 1999 na solenidade comemorativa ao Dia da Justiça e dos 125 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Goiás, Goiânia.

- *A Reforma do Poder Judiciário*, proferida em 6 de agosto de 1999, no Ciclo de Painéis sobre as Reformas do Estado, João Pessoa – PB.

- *Sistema Judiciário Brasileiro*, proferida em 5 de setembro de 1999 na abertura do Seminário “Mercosul e Planos de Saúde” em Santiago – Chile.

- *O Judiciário e o equilíbrio entre os Poderes*. Palestra proferida em 30 de outubro de 1999 por ocasião do “II Congresso Brasiliense de Direito Constitucional”, no Centro de Treinamento do Banco do Brasil, Brasília – DF.

- *Constituição Federal, Democracia e os Novos Rumos do Direito*. Palestra proferida em 5 de maio de 2000, por ocasião da “VI Semana Jurídica da UNB”, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

- *Recurso Especial: Questões Atuais*. Palestra proferida em 21 de junho de 2000, na Procuradoria do Estado do Pará em Belém – PA.

- Reforma do Poder Judiciário. Palestra proferida em 16 de setembro de 2000, na Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas – MG.

- Das Medidas de Urgência e da sua cassação. Palestra proferida em 7 de dezembro de 2000 por ocasião do Seminário “O Processo Civil de Urgência”, promovido pelo IBEP – Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa; e em 31 de março de 2001, por ocasião do XXXIV Curso de Atualização, realizado pela Escola da Magistratura do Paraná, em Foz do Iguaçu – PR.

- Indenização por Dano Moral. Palestra proferida, em 25 de maio de 2001, em evento promovido pela Escola da Magistratura do Pará.

- A Internet e o STJ. Palestra proferida em 22 de junho de 2001 por ocasião do Seminário sobre Direito e Internet, realizado em São Paulo – SP, pela Associação Paulista dos Advogados do Banco do Brasil.

- O Processo Judicial no Superior Tribunal de Justiça. Palestra proferida em 22 de setembro de 2001, no V Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista – 1º Seminário de Processo Constitucional, realizado em Natal – RN.

- Execução contra a Fazenda Pública. Palestra proferida em 26 de outubro de 2001, no Seminário sobre Precatório, realizado em Belo Horizonte, pelo TRT 3ª Região; e em 08 de

agosto de 2002, por ocasião da 1ª Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal do Pará, realizado pela Escola da Magistratura Federal da 1ª Região e pela Seção Judiciária do Pará.

-Responsabilidade Médica e o Código do Consumidor- Palestra proferida em 17 de agosto de 2002, por ocasião do II Congresso Brasileiro sobre Responsabilidade Civil e Penal, Médico-Hospitalar, Odontologia, Enfermagem, Planos de Saúde e Laboratórios Farmacêuticos", em Campos de Jordão – SP.

- Tutela de Urgência e sua Cassação. Palestra proferida em 25 de março de 2003, em curso promovido pela Escola Paulista da Magistratura, na cidade de São Paulo.

- A Reforma do Poder Judiciário e a Magistratura. Palestra proferida em 3 de outubro de 2003, por ocasião da II Jornada Jurídica da Justiça Militar da União, em Juiz de Fora – MG.

- O Papel do STJ na Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Palestra proferida em 17 de outubro de 2003 por ocasião do Congresso "15 anos da Constituição Federal e a proteção do meio ambiente", em Recife – PE.

- *Do Recurso Especial: Alguns aspectos atuais.* Palestra proferida na abertura do Simpósio de Direito Processual Civil, em 29 de maio de 2004, no Teatro Fernanda Montenegro na Universidade Tuiuti do Paraná.

DISCURSOS ESPECIAIS

- *Posse no Cargo de Procurador da República*, proferido em 27 de novembro de 1972.

- *Em homenagem ao Ministro MOACYR AMARAL SANTOS*, por ocasião de sua aposentadoria, proferido no Restaurante Xadrezinho, em 21.6.1972, em nome dos colegas do Curso de Direito Processual Civil, ministrado em nível de pós-graduação na UNB.

- *"Em Defesa da Causa da Humanidade"*, discurso de paraninfo, proferido no CEUB, 2º sem 1974.

- *Retorno do Ministro Moacyr Amaral Santos*, palavras proferidas em razão do retorno do Ministro Moacyr Amaral Santos, homenageado pelos formandos do Curso de Direito, 1º Sem 1979, no CEUB.

- *Posse no Cargo de Diretor da Revista*, proferido em 9 de junho de 1983.

- *De despedida do Dr. JOSÉ FERNANDES DANTAS*, por ocasião de sua nomeação para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, proferido em 22.10.1976, em nome da Associação dos Procuradores da República.

- Agradecimento pela homenagem prestada pelos alunos e professores da AEUDF, por ocasião da posse no TFR.

- *De despedida do Ministro JUSTINO RIBEIRO*, quando de sua aposentadoria no Tribunal Federal de Recursos, proferido no Pleno do T.F.R., em 7.10.1982.

- *Aposição do Retrato do Ministro José Dantas na Galeria dos Ex-Presidentes do TFR*, proferido na Solenidade de Aposição do Retrato.

- "O Superior Tribunal de Justiça e a Intangibilidade da Ordem Jurídica". Trata-se de discurso proferido por ocasião da solenidade comemorativa do primeiro aniversário do Superior Tribunal de Justiça, que teve muita repercussão em toda imprensa nacional, sendo objeto de editorial do Estado de São Paulo (dia 20.5.1990, p. 3).

- *Apreciações sobre a Súmula nº 512-STF*.

- "Medalha do Mérito Judiciário", proferido em 6 de junho de 1991 por ocasião do recebimento da referida medalha, que foi outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre e recebida em solenidade na Sala de Sessões daquela Corte.

- "Direito, Justiça e Bondade", proferido no Colégio Militar de Brasília ao paraninfar a Turma de Formandos da Faculdade de Direito da A.E.U.D.F - 1º sem 1991.

- *Encerramento dos Trabalhos da 2ª Turma* – 1993, palavras proferidas em 15 de dezembro de 1993 na Sala de Sessões da 2ª Turma.

- *Em homenagem póstuma ao Ministro ARMANDO LEITE ROLLEMBERG*, proferido no plenário do Superior Tribunal de Justiça, em 23.6.1994.

- *Discurso de saudação aos Ministros Carlos Velloso e Marco Aurélio*, empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na sessão solene realizada em 6.12.1994. (Publ. DJ. Seção 01 de 27.2.1995 - p. 3543/3544).

- *Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos*, palavras proferidas por ocasião do Lançamento do Programa.

- *Última Sessão da 1ª Seção realizada no antigo prédio do Superior Tribunal de Justiça*, palavras proferidas em 20 de junho de 1995 na Sala de Sessões da 1ª Seção.

- *Discurso de saudação aos Ministros Bueno de Souza e Américo Luz*, empossados Presidente e Vice-Presidente do STJ, e membros do Conselho da Justiça Federal, na sessão solene de posse, realizada em 23.6.1995.

- "Experiências de Vida", discurso proferido no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, Brasília, em 14.12.1995, como patrono dos formandos em Direito do CEUB 2º sem 1995.

- "Retrato do Ministro Sepúlveda Pertence", proferido em nome do TSE, em 14.5.1996, quando da aposição da fotografia do eminente magistrado na Galeria dos ex-Presidentes daquela Corte Eleitoral.

- "Relatório Final das Atividades da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral".

Apresentado ao Presidente do TSE em 23.5.1996.

- Despedida como Membro do TSE, palavras proferidas em maio de 1996.

- Despedida como Membro da 1ª Seção do STJ, palavras proferidas em 11 de junho de 1997.

- Despedida como Membro da 2ª Turma do STJ, palavras proferidas em 19 de junho de 1997.

- "I Encontro Brasília-Lisboa sobre Direitos Humanos", proferido como Vice-Presidente no exercício da Presidência do STJ, em 22 de outubro de 1997, por ocasião da abertura do Encontro, Auditório do STJ.

- "Instalação da Corte Brasileira de Arbitragem Comercial", proferido como Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 24 de novembro de 1997 no auditório do STJ.

- I Congresso Interamericano de Direito do Consumidor, proferido em 08 de março de 1998 na abertura do Congresso, em Gramado-RS.

- Posse no Cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, proferido em 2 de abril de 1998, Plenário do Tribunal.

- Seminário sobre a Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional, proferido em 26 de maio de 1998 no encerramento do evento, Auditório do STJ

- Semana Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, palavras proferidas em 22 de junho de 1998 na Abertura do Evento na Biblioteca do STJ.

- Ciclo Internacional de Estudos Ministro Luiz Gallotti, proferido por ocasião do encerramento do evento em 4 de agosto de 1998 no TRF 5ª Região - Recife-PE.

- "Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado", proferido em nome dos agraciados, em 13 de agosto de 1998 por ocasião do recebimento da medalha no Tribunal de Justiça de Recife-PE.

- Simpósio sobre o Direito dos Valores Mobiliários, proferido em 18 de agosto de 1998 na abertura do evento no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP - São Paulo.

- XV Seminário Roma-Brasília, proferido em 27 de agosto de 1998 na Abertura do evento (às 09:00 hs) no Auditório do STJ – Brasília – DF.

- Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça. Como Vice-Presidente no exercício da Presidência do STJ, discursou na abertura dos Encontros realizados em Brasília-DF (21/1/98) e Curitiba-PR (5/3/98) e como Presidente, nos Encontros realizados em Campo Grande-MS (25/6/98), Rio de Janeiro-RJ (27/8/98) e Maceió-AL (29/10/98).

- Instalação das Terceira e Quarta Varas Federais de Londrina – PR, proferido em 15 de outubro de 1998 em Londrina – PR

- *Despedida do Ministro Adhemar Ferreira Maciel*, proferido em 21 de outubro de 1998, por ocasião da última sessão da Corte Especial a qual o Ministro Adhemar Maciel compareceria como membro, antes de sua aposentadoria, Sala de Sessões da Corte Especial.

- *Homenagem ao Servidor Público – CJF*, proferido em 23 de outubro de 1998 no Conselho da Justiça Federal.

- *I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional*, proferido em 24 de outubro de 1998 no encerramento do Congresso, Auditório do STJ.

- *Homenagem ao Servidor Público – STJ*, proferido em 26 de outubro de 1998 na abertura da solenidade comemorativa ao "Dia do Servidor Público", Auditório do STJ.

- *Despedida do Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago*, proferido em 18 de novembro de 1998, por ocasião da última sessão da Corte Especial a qual o Ministro Anselmo Santiago compareceria como membro, antes de sua aposentadoria, Sala de Sessões da Corte Especial.

- *I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro*, proferido em 3 de dezembro de 1998 na abertura do evento - Auditório do Banco Central do Brasil – Brasília.

- *Medalha Desembargador Hélio Costa*, proferido em 8 de dezembro de 1998 por ocasião do recebimento da Medalha, Pará de Minas – MG

- *Confraternização Natalina dos Servidores do STJ e do Conselho da Justiça Federal*, proferido em 18 de dezembro de 1998 por ocasião do Coquetel de Confraternização de Natal, Salão de Recepções do STJ.

- *Encerramento dos Trabalhos do STJ – 1998*, discurso proferido em 18 de dezembro de 1998 por ocasião do encerramento dos trabalhos do STJ no ano de 1998, Sala de Sessões da Corte Especial.

- *Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará*, proferido em 15 de janeiro de 1999 por ocasião do recebimento da Medalha nas Solenidades de Inauguração das Instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e da Creche Escola do Poder Judiciário – Fortaleza – CE.

- *Despedida do Ministro Cid Flaquer Scartezzini*, proferido em 17 de fevereiro de 1999, por ocasião da última sessão da Corte Especial a qual o Ministro Cid Flaquer Scartezzini compareceria como membro, antes de sua aposentadoria - Sala de Sessões da Corte Especial.

- *Dia Internacional da Mulher*, proferido em 8 de março de 1999 por ocasião da Solenidade comemorativa ao "Dia Internacional da Mulher", Sala de Conferências do STJ.

- *Convênio de Cooperação Técnica para Acesso Recíproco às Bases de Dados e Tráfego em Rede*, proferido em 10 de março de 1999 por ocasião da celebração do Convênio – Salão Nobre do STJ, Ed. do Plenário.

- *Dia do Bibliotecário*, proferido em 12 de março de 1999 por ocasião da solenidade comemorativa ao "Dia do Bibliotecário", Auditório do STJ.

- *Inauguração da Sala do Comitê de Imprensa do STJ*, discurso proferido em 16 de março de 1999, por ocasião da inauguração da Sala do Comitê de Imprensa do STJ.

- *A Importância Estratégica das Normas ISO 9000*, proferido em 26 de março de 1999 na abertura da palestra do Prof. Annibal Affonso Neto sobre o tema, Salão de Conferências do STJ.

- *Solenidades Comemorativas dos 10 Anos de Instalação do STJ - Conferência Magna*, proferido em 7 de abril de 1999 na abertura da Conferência Magna relativa às festividades do 10º Aniversário de Instalação do STJ, Auditório do Tribunal.

- *Reforma do Judiciário – Exposição e Debate na Câmara dos Deputados*. Debate ocorrido em 28 de abril de 1999 por ocasião da exposição do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da Reforma do Judiciário.

- *Dia das Mães*, proferido em 7 de maio de 1999 na solenidade comemorativa ao "Dia das Mães", Pavilhão Cívico do STJ.

- *Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade*, proferido em 11 de maio de 1999 na abertura do evento, Auditório do STJ.

- *Solenidade de Instalação de Quatro Varas Federais na Seção Judiciária do Estado do Ceará*. Discurso proferido em 4 de junho de 1999 por ocasião da solenidade de instalação das 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, no Centro Cultural do Banco do Nordeste.

- *Posse dos novos Ministros do STJ*. Palavras proferidas no Plenário do STJ, em 30 de junho de 1999 por ocasião da posse dos Doutores Jorge Scartezzini, Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Francisco Falcão, no cargo de Ministros do STJ.

- *Encerramento do 1º Semestre Forense de 1999*. Palavras proferidas em 1 de julho de 1999 por ocasião do encerramento dos trabalhos do 1º semestre no STJ.

- *XVI Seminário Roma-Brasília*. Discurso proferido em 19 de agosto de 1999, na abertura do XVI Seminário Roma-Brasília, auditório do STJ.

- *Visita do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia ao STJ – Palavras de Boas Vindas*. Palavras proferidas em 24 de agosto de 1999 por ocasião da visita do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia ao STJ – Salão Nobre.

- *Visita do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia ao STJ*. Discurso proferido em 24 de agosto de 1999 por ocasião da visita do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia ao STJ – Salão Nobre.

- *II Seminário de Direito Ambiental Imobiliário.* Discurso proferido no dia 23 de setembro de 1999 por ocasião da Abertura do II Seminário de Direito Ambiental Imobiliário, em São Paulo.

- *O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira.* Discurso proferido em 29 de setembro de 1999, na abertura do Seminário Internacional "O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira", no auditório do STJ.

- *Dia da Secretária.* Palavras proferidas em 30 de setembro de 1999, na abertura da solenidade comemorativa ao "Dia da Secretária", no Salão de Conferências do STJ.

- *Homenagem ao Servidor Público – 1999.* Palavras proferidas em 25 de outubro de 1999 na abertura da solenidade comemorativa ao "Dia do Servidor Público", na Praça do Servidor, no STJ.

- *Posse dos Ministros Domingos Franciulli Netto e Fátima Nancy Andrighi no STJ.* Discurso proferido em 27 de outubro de 1999 por ocasião da Solenidade de Posse dos Ministros Domingos Franciulli e Fátima Nancy no STJ, Plenário do Tribunal.

- *Brigada de Incêndio do STJ.* Discurso proferido em 8 de novembro de 1999 por ocasião da instituição da Brigada de Incêndio do STJ, sala de conferências do STJ.

- *O Servidor Público na Reforma Administrativa e Previdenciária.* Discurso Proferido em 9 de novembro de 1999 por ocasião da abertura do Seminário "O Servidor Público na Reforma Administrativa e Previdenciária", no Auditório do Conselho da Justiça Federal.

- *Campanha Nacional de Registro de Nascimento.* Discurso proferido em 9 de novembro de 1999 por ocasião da cerimônia de lançamento da Campanha Nacional de Registro de Nascimento, Auditório do STJ.

- *Juizados Especiais Federais.* Discurso proferido em 25 de novembro de 1999 no "Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal", Recife-PE.

- *Grande Colar de Alta Distinção da Ordem do Mérito Pontes de Miranda.* Discurso proferido em 26 de novembro de 1999 no "Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal", por ocasião do recebimento da Comenda, Recife-PE.

- *Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro.* Discurso proferido em 29 de novembro de 1999, na abertura do Seminário Internacional Sobre Lavagem de Dinheiro, Auditório do Superior Tribunal de Justiça.

- *Entrega de Medalha-Prêmio ao Excelentíssimo Senhor Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.* Palavras proferidas em 01 de Dezembro de 1999, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Ministros José Dantas e Anselmo Santiago por suas aposentadorias, Plenário do STJ.

- *Juízo Arbitral.* Discurso proferido em 6 de dezembro de 1999, por ocasião da abertura do Seminário Internacional sobre Arbitragem Comercial, no auditório do STJ.

- *Mensagem de Natal – 1999.* Discurso proferido em 15 de dezembro de 1999 no jantar de confraternização natalina dos Ministros do STJ, Salão de Recepções do Tribunal.

- *Celebração do Natal*. Discurso proferido em 16 de dezembro de 1999 por ocasião da abertura da festa natalina dos servidores do STJ, na Praça do Servidor.

- *Encerramento do Ano Judiciário de 1999*. Discurso proferido em 17 de dezembro de 1999 por ocasião do encerramento do Ano Judiciário, Sala de Sessões da Corte Especial.

- *Abertura do Ano Judiciário*. Discurso proferido no dia 1º de fevereiro de 2000 na abertura do Ano Judiciário, Sala de Sessões da Corte Especial.

- *Dia Internacional da Mulher*. Discurso proferido em 1º de março de 2000, por ocasião da abertura da solenidade comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, Auditório do STJ.

- *Seminário Aspectos Penais em 500 Anos*. Discurso proferido em 23 de março de 2000 por ocasião da abertura do "Seminário: Aspectos Penais em 500 Anos", Auditório do STJ.

- *Certificado ISO 9002/94*. Palavras proferidas em 31 de março de 2000, na cerimônia de entrega do certificado ISO 9002/94, salão de conferências.

- *Palavras de despedida da Presidência*. Discurso proferido em 3 de abril de 2000 por ocasião do encerramento do mandato como Presidente do STJ.

- *Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo*. Discurso proferido em 24 de maio de 2000 por ocasião do recebimento da Medalha e realização do "VII Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais", Vitória – ES.

- Simpósio sobre Seguros Privados. Palavras de abertura no I Fórum de Direito de Seguros Privados do DF, em 25 de abril de 2002.

- *I Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*: Palavras proferidas em 18 de setembro de 2003 por ocasião do encerramento do Seminário.

- *15 Anos da criação do Superior Tribunal de Justiça*: Discurso proferido em 20 de maio de 2004, por ocasião dos 15 anos da criação do STJ pela Constituição de 1988.

ENTREVISTAS PUBLICADAS

- Antônio de Pádua Ribeiro: justiça para os mais humildes. *Gazeta Jurídica*, p. 19, 30 mar 1998.

- Pádua Ribeiro assume no STJ e conta o que pensa do Judiciário. *AJUFESP*, p. 12-14, abr 1998.

- Opinião pública manipulada contra o Judiciário. *AMAERJ Notícias* n. 36, p. 8-9.

- *Razões do marasmo no judiciário*. *Consulex: Revista Jurídica*, v. 1, n. 16, p. 5-8, 30 abr 1998.

- Judiciário quer usar depósitos judiciais para se reaparelhar. *Correio Brasiliense*, p. 10, 12 abr 1998.

- "A legislação do Brasil é caótica". Estado de Minas, p. 10, 19 abr 1998.
- O Poder Público não respeita a Lei. Hoje em Dia – Brasília, p. 6, 8 a 14, mai 1998.
- "Estado brasileiro está desestruturado". Jornal do Brasil, p. 16, 27 jul 1998.
- Pádua: ajuste depende de juiz. O Estado de S. Paulo, p. A-4, 10 out 1998.
- Reposta de alto nível. Consulex: Revista Jurídica, ano III, v. 1, n. 28, p. 12-13, abr 1999.
- "Não vamos tergiversar em direitos humanos". Correio Braziliense, p. 4, 6 out 1999.
- Presidente do STJ apóia Zulaiê. Jornal do Brasil, p. 2, 7 nov 1999.
- "A crise é do Estado brasileiro" (O entrevistado reconhece os problemas do Judiciário, aponta soluções e prega a harmonia entre os Poderes para solucioná-los) Revista Mérito. Ano I, nº 1, abril/1999.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS ESPECIALIZADOS

- Relator da Comissão de Temário do 1º Fórum Nacional de debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais (I FONAJUR), realizado na Universidade de Brasília, de 7 a 11 de agosto de 1976, promovido pelo clube dos Advogados do Distrito Federal.

- Presidente da Comissão de Temário do I ENCONTRO REGIONAL DE PROCURADORES DA REPÚBLICA - NORTE/NORDESTE, no período de 27 a 29 de agosto de 1976, em Teresina-PI.

- Participou, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros e da AMAGIS, no período compreendido entre 13 e 15 de setembro de 1990 do XI CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS, realizado em Camboriú - SC, ocasião em que presidiu uma das Comissões Temáticas.

-Participou, a convite do Conselho da Justiça Federal, no período de 24 e 25 de abril de 2003 do Seminário sobre Acesso à Justiça, realizado em Belo Horizonte-MG, ocasião em que presidiu uma das Comissões Temáticas.

OUTRAS ATIVIDADES

Convidado pelo Senhor 1º Secretário do Senado Federal, em nome da Mesa Diretora daquela Casa do Congresso Nacional, participou da Banca de Direito Internacional Público, para selecionar candidatos à função de Assessor Legislativo.

A convite do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministrou o Curso Especial de Direito Processual Civil para os Técnicos Judiciários daquela Corte.

MISSÕES NO EXTERIOR

- No período compreendido entre 29 de setembro e 19 de outubro de 1989, foi com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça à Europa, a convite da ONU, na qualidade de Ministro Corregedor Geral da Justiça Federal, oportunidade em que estiveram em Viena, Roma, Milão e Lisboa. Nas referidas cidades, dando seguimento às gestões iniciadas pelas administrações anteriores do antigo Tribunal Federal de Recursos e daquele Tribunal, mantiveram diversos contatos com altos funcionários da ONU e do Governo italiano, com o objetivo de esclarecer o plano de Modernização da Justiça Federal no Brasil e a sua repercussão no plano social, visando que, no momento oportuno, pudessem obter o seu apoio junto às instituições internacionais de financiamento. As gestões mantidas tiveram em conta especialmente o desenvolvimento da informática e a criação da Escola Nacional de Magistratura e do Centro de Estudos dos Servidores da Justiça.

- Participou do XIV Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Viena, em outubro de 1989.

- Representou o Superior Tribunal de Justiça no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, realizado em Havana - Cuba, no período de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990, atendendo a convite formulado pelo Secretário-Geral do referido Congresso. Na ocasião, acompanhou, como observador, os debates sobre os temas específicos do Congresso, manifestando especial interesse sobre o painel relativo à informatização da justiça penal, objeto de excepcional interesse por parte dos participantes do Conclave.

- Representou o Superior Tribunal Eleitoral na "V Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul / Protocolo de Quito", realizada na cidade de Santiago do Chile no período compreendido entre 31 de outubro e 1º de novembro de 1995, quando

recebeu do "Tribunal Calificador de Elecciones y el Serviço Electoral de Chile", "Diploma de Reconocimiento".

- Participou, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), do "41º Encontro da União Internacional dos Magistrados", realizado na Cidade do Porto – Portugal, no período de 5 a 8 de setembro de 1998.

- Em missão oficial à Polônia, a convite do respectivo Governo, visitou o Supremo Tribunal de Justiça, o Ministério da Justiça, o Centro de Aperfeiçoamento Profissional do Ministério da Justiça, o Supremo Tribunal Administrativo e o Tribunal Regional de Cracóvia, no período de 8 a 13 de setembro de 1998.

- Em missão oficial à Rússia, no período de 13 a 20 de setembro de 1998, a convite do respectivo Governo, visitou o Supremo Tribunal da Federação da Rússia, a Duma Estatal (Câmara Baixa do Parlamento), a Procuradoria-Geral da Rússia, o Tribunal Constitucional da Rússia e o Tribunal da Cidade de São Petersburgo. Teve encontros, ainda, com Juízes da cidade de Serguiev Possad.

- Designado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto de 17/6/1999 – Ministério das Relações Exteriores, publicado no Diário Oficial da União em 18/6/1999 – Seção 2, para participar do Congresso Brasil-Portugal Ano 2000 em Portugal, no período de 21 a 25 de junho de 1999, como parte das comemorações dos 500 Anos da Viagem de Pedro Alvares Cabral, onde proferiu palestra sobre o tema: "O Judiciário como Poder Político no Brasil do Século XXI", em Coimbra.

- Participou, a convite do Presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros, no período de 1º a 8 de outubro de 1999, de viagem técnica aos Estados Unidos juntamente com representantes do Congresso Nacional, funcionários do alto escalão do Poder Executivo e representantes do Judiciário. Na cidade de Chicago visitou as seguintes instituições financeiras: Chicago Board of Trade – CBOT; Chicago Board Options Exchange – CBOE e o Chicago Mercantile Exchange – CME; em Washington - D.C., visitou o U.S. House Committee on Agriculture; a Senate Committee on Agriculture, Nutrition and Forestry; o Office of the Comptroller of Currency – OCC; a The United States Securities and Exchange Commission – SEC; Commodity Trading Futures Commission – CFTC; National Association of Securities Dealers Regulation – NASD; Federal Reserve Board; Federal Deposit Insurance Corporation – FDIC; em Nova York, visitou o New York Stock Exchange – NYSE; o New York Board of Trade – NYBOT; Cleary, Gottlieb, Steen e Hamilton; o New York Mercantile Exchange – NYMEX; e Merrill Lynch.

- Em missão oficial ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, no período de 9 a 17 de outubro de 1999, visitou a Corte Real de Justiça, a Alta Corte de Justiça, a Câmara dos Lordes, o Ministério da Interior e a Procuradoria-Geral. Na Escócia visitou as Cortes Supremas, o Parlamento, a *Sheriff Court* (Tribunal de Justiça) e a Procuradoria-Geral daquele país.

- Em missão oficial à França, no período de 18 a 21 de outubro de 1999, visitou a Corte de Cassação e a Escola da Magistratura.

- Representou o Presidente do Superior Tribunal de Justiça no Fórum Global de Juizes, realizado em Washington, D. C., no período de 14 a 16 de novembro de 2004, realizado pelo Banco Mundial (Ofícios nºs 1135-GP, de 11-11-2004 e 1137, de 12-11-2004, do Gabinete da Presidência).

CONDECORAÇÕES, TÍTULOS, MEDALHAS

- "*Ordem do Mérito Militar*", no grau de Grande Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 30.7.82, e recebida em Cerimônia Cívico-Militar no Quartel-General do Exército em 25.8.82.

- "*Ordem do Mérito Aeronáutico*", no grau de Grande Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 20.9.83, e recebida em Solenidade na Base Aérea de Brasília, realizada em 21.10.83.

- "*Ordem do Mérito Naval*", no grau de Comendador, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto de 12.11.84, e recebida em cerimônia ocorrida no Comando Naval de Brasília.

- "*Medalha do Pacificador*", conferida pelo Sr. Ministro do Exército, através da Portaria nº 1.210, de 9.10.80, entregue em solenidade realizada no Clube do Exército, em 19.11.80.

- "*Medalha de Amigo da Marinha*", recebida em solenidade realizada nas dependências do pertinente Ministério, em 13.12.68.

- "*Medalha do Jubileu de Ouro*", concedida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, ao ensejo do transcurso do cinqüentenário daquela instituição, e recebida em solenidade realizada em 23.4.84.

- "*Diploma do Mérito da Cidade de Pará de Minas*", conferido pela Lei Municipal nº 2.504, de 02.08.88, que resultou do Projeto nº 12/88, de iniciativa do Vereador Jose Moreira Xavier, entregue em solenidade realizada, em 19.9.88, na Câmara Municipal daquela cidade.

- "Professor *Emérito*", título conferido pela Congregação da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas e recebido em 4.11.88, em solenidade realizada no Teatro Municipal da Cidade de São Paulo.

- "Colar do Mérito Judiciário", concedido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e recebido em cerimônia realizada em 8 de dezembro de 1990, no Plenário daquele Pórtio.

- "Medalha da Ordem do Mérito Legislativo", no grau de "Grande Mérito", outorgada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte e recebida em solenidade realizada no Palácio Francisco Bicalho, em 20.12.90.

- "Medalha do Mérito Judiciário", outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre e recebida em solenidade no dia 6.6.91, na Sala de Sessões daquela Corte.

- "Medalha de Honra da Inconfidência" - Ano Comemorativo Bicentenário da Morte de Tiradentes, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e recebida em solenidade no dia 21 de abril de 1992, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG.

- "Diploma de Honra ao Mérito", concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, recebido em solenidade realizada em 29.10.92.

- "Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar", no grau de alta distinção, recebida em solenidade oficial realizada no dia 1.4.93, no Edifício Sede do Superior Tribunal Militar.

- "Medalha Jubileu de Prata", concedida pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, pelos relevantes serviços prestados à Educação para o Terceiro Milênio, no dia 2 de julho de 1993.

- "Medalha da Ordem do Mérito de Brasília", concedida pelo seu Grão-Mestre (Governador do Distrito Federal), no grau de "Grande Oficial", recebida em solenidade realizada no dia 21 de abril de 1994, na Praça do Buriti.

- "Grande Medalha da Inconfidência" (promoção), concedida pelo Governador do Estado de Minas Gerais e recebida em 21 de abril 1996, em solenidade ocorrida em Ouro Preto - MG.

- "Medalha do Mérito Judiciário" (criada pelo Decreto nº 35.839, de 14.7.54) concedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros e recebida em 26 de outubro de 1997, por ocasião do "XV Congresso Brasileiro da Magistratura" realizado em Recife - PE

- "Medalha do Mérito Cultural da Magistratura", concedida pelo Presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil e recebida em 15 de dezembro de 1997, em solenidade na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

- "Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier", concedida pelo Comando Militar do Distrito Federal e recebida em 13 de maio de 1998, no Palácio Tiradentes - Setor Policial Sul, nesta Capital.

- "Colar do Mérito Judiciário", concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e recebido em 4 de junho de 1998 por ocasião do "Encontro Internacional de Direito Ambiental da Amazônia", realizado em Macapá – AP.

- Título "Tricolores Ilustres", concedido pelo Fluminense Football Club por ocasião do 96º Aniversário de fundação do Clube e recebido em Sessão Solene do Conselho Deliberativo em 21 de julho de 1998, na cidade do Rio de Janeiro - RJ

- "Ordem do Mérito Forças Armadas", no Grau de Grande-Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 15.08.98, e recebida em 5 de agosto de 1998, em Cerimônia no Clube do Exército, nesta Capital.

- "Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado", no Grau de Grão-Colar, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e recebida em solenidade no dia 13 de agosto de 1998, na Sala de Sessões Plenárias daquela Corte.

- "Medalha Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho", outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e recebida em 29 de agosto de 1998, por ocasião do "IV Ciclo Internacional de Conferências" – Cuiabá – MT

- "Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro", outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e recebida em 29 de outubro de 1998, por ocasião do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça – Maceió – AL

- "Medalha Desembargador Hélio Costa", outorgada pela Comarca de Pará de Minas e recebida em 8 de dezembro de 1998, em solenidade comemorativa ao "Dia da Justiça" em Pará de Minas – MG.

- "Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará ", outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e recebida em 15 de janeiro de 1999 por ocasião das Solenidades de Inauguração das Instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e da Creche Escola do Poder Judiciário – Fortaleza – CE.

- "Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar", promoção ao grau de Grã-Cruz, concedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar – STM e recebida em 30 de março de 1999, no Edifício Sede do Superior Tribunal Militar.

- "Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", promoção ao grau de Grã-Cruz, concedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – TST e recebida em 5 de maio de 1999, em solenidade no Tribunal Superior do Trabalho.

- "Ordem do Mérito Naval", promoção ao grau de Grande-Oficial, concedida pelo Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e recebida em 11 de junho de 1999 no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

- "Colar do Mérito Judiciário", outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e recebido em Sessão Solene do Plenário no dia 9 de agosto de 1999.

- "Grande Colar de Alta Distinção da Ordem do Mérito Pontes de Miranda", outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e recebido em 26 de novembro de 1999 por ocasião do "Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal".

- "Ordem do Mérito de Dom Bosco", Grau Grande Cruz, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e recebida em 02 de dezembro de 1999, em solenidade na Sede do TRT-10ª Região em Brasília.

- "Colar do Mérito Judiciário", outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e recebido em 10 de dezembro de 1999 por ocasião das Solenidades comemorativas ao Dia da Justiça e aos 125 anos de instalação do Tribunal de Goiás.

- "Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais", outorgado pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais e recebido em 14 de dezembro de 1999 por ocasião da solenidade de posse da nova Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, no Auditório do STJ.

- "Colar do Mérito Judiciário", Grau Grã-Cruz, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e recebido no dia 21 de março de 2000, em solenidade no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília.

- "Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário", outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e recebida no dia 24 de maio de 2000, por ocasião do "VII Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais", Vitória – ES.

- "Medalha da Ordem do Mérito de Brasília", Grau Grã-Cruz, concedida pelo Grão-Mestre, Governador do Distrito Federal e recebida em 5 de junho de 2000.

- "Troféu Dom Quixote" oferecido pela Revista Justiça e Cidadania, recebido em 14 de setembro de 2000, em solenidade no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

- "Colar do Mérito Judiciário Ministro Pedro Lessa", outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 21 de setembro de 2000, em solenidade realizada no Plenário desta Corte, em São Paulo.

- "Medalha Justiça Século XXI", outorgada pela Justiça Federal – Seccional de Minas Gerais em 14 de setembro de 2001, em solenidade realizada no Fórum Ministro Oscar Saraiva, em Belo Horizonte.

- "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha", Grau "Grã-Cruz", outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) e recebida em 19 de setembro de 2003, no Teatro Klauss Vianna, em Belo Horizonte.

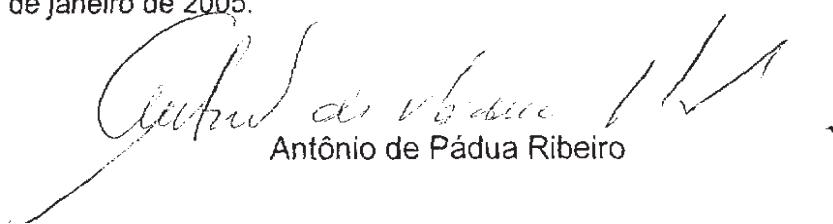
TROFÉUS, MEDALHAS E DIPLOMAS DE PRESENÇA (principais)**INTERNACIONAIS**

- Cour de Cassation – Paris – France
- École Nationale de La Magistrature – Paris – France
- Supremo Tribunal de Justiça – Lisboa – Portugal
- Suprema Corte de Justiça – Moscou – Rússia
- Centro de Estudos Jurídicos – Lisboa - Portugal
- Duma Estatal – Moscou – Rússia
- Sejm Rzeczy Por Polites Polskieu (Parlamento da Polônia) – Varsóvia
- Ministério da Justiça – Varsóvia – Polônia
- High Court Of Judiciary – Edimburgo – Escócia
- Palatul Justianei – Bucuresti – Romênia
- V^a Conferência de La Asociación de Organismos Electorales de América Del Sur (Protocolo De Quito) – Santiago – Chile
- 41^a Reunião da União Internacional dos Magistrados – Porto – Portugal

NACIONAIS (algumas)

- TRF 2^a Região
- Instituto dos Advogados de São Paulo
- Governo do Amapá
- Diversos diplomas

Brasília, 03 de janeiro de 2005.



Antônio de Pádua Ribeiro

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
II – um ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

.....
§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

.....
§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

.....
Ofício nº S/12, de 2005 – (Nº 164/GP, na origem)

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Superior Tribunal de Justiça resolveu, mediante eleição realizada nesta data, indicar o Dr. Jirair Aram Meguerian (currículo anexo), Juiz do Tribunal Regional da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto na Constituição Federal (E.C. nº 45/2004, art. 103-B, inciso VI e § 2º).

Reitero votos de consideração e estima. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

CURRICULUM VITAE

JIRAIR ARAM MEGUERIAN

**Desembargador Federal
Tribunal Regional Federal – 1ª Região**

Dados Pessoais

Nome:**JIRAIR ARAM MEGUERIAN**

Filiação: Aram Hagop Meguerian
Serpouhie Meguerian**Nacionalidade:** Brasileiro, naturalizado por decreto de 25/07/67**Naturalidade:** Cairo, Egito
Situação familiar: Casado, pai de 3 (três) filhas naturais e um casal de menores sob guarda**Data de nascimento:** 13 de março de 1946**Data de chegada ao Brasil:** 12 de maio de 1958, Rio de Janeiro**Cargo atual:** Membro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, promoção por antiguidade, em maio de 1994 – Vaga de Juiz Federal; Juiz Titular da Corte – TRE-DF, posse em 28.06.04.**Endereço profissional:** Tribunal Regional Federal da 1ª Região
SAS – Brasília – DF
Tel.: (61) 321-7835**Endereço residencial:** Brasília DF: SQS 311, bloco F, apto 502
Tel.: (61) 346-0706**Uberlândia – MG:** Alameda Himalaia, nº 245
Mansões Aeroporto
Tel.: (34) 3212-1810**E-mail:** jirair.meguerian@trfl.gov.br
jirair.meguerian@uol.com.br**Identidade:** IFP/RJ - 2.187.434, data de emissão 23.11.1967
CPF: 125.763.107-10

Escolaridade e Cursos de Aperfeiçoamento

ESCOLARIDADE:

Ensino Fundamental

- Escola Nacional da Comunidade Armênia, Cairo-Egito.
- Colégio Santo Antônio Maria Zacarias (Direção Padres Barnabitas), Rio de Janeiro-RJ.

Ensino Médio

- Colégio Juruena, Rio de Janeiro-RJ.

Ensino Superior

- Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

CURSOS:

- Encontro de Juízes Federais da Região Nordeste, Piauí (1995);
- Ciclo de Conferências de Direito Administrativo, Conferencista, Mato Grosso (1996);
- Ciclo de Conferências da Justiça Federal (Instrumentos de Alcance à Eficiência na Prestação Jurisdicional), Distrito Federal (1996);
- Encontro de Juízes Federais da Região Amazônica, Mato Grosso (1996);
- Questões Jurídicas no Processo de Integração do Mercosul, Distrito Federal (1996);
- Encontro de Juízes Federais da Região Nordeste, Maranhão (1996);
- Solução de Conflitos Econômicos Internacionais, Minas Gerais (1997);
- Estudos de Direito Previdenciário e Processual Civil, Minas Gerais (1997);
- Direitos Humanos e Cidadania, Palestrante, Amapá (1997);
- Encontro de Juízes Federais da Região Amazônica, Amazonas (1998);
- Encontro de Juízes Federais e Estaduais do Amapá, Painelista, Amapá (1998);
- Encontro Bahia Minas de Juízes Federais, Congressista, Bahia (1999);
- Encontro de Juízes Federais da Primeira Região, Diretor/ Organizador, Minas Gerais (2003);
- Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Piauí, Piauí (2003);
- Encontro de Juízes Federais da Primeira Região, Diretor/ Organizador, Amazonas (2003);
- Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, Presidente de Mesa (2004).

Atividades Profissionais

ATIVIDADES NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1^a REGIÃO:

- Integrante da Corte Especial, 1^a Seção e Presidente da 2^a Turma;
- Diretor da Revista do TRF/1^a Região, 2002/2003;
- Diretor da Escola de Magistratura da 1^a Região – ESMAF 2002/2004;
- Membro das Comissões Examinadoras dos VI e VII Concurso de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto da 1^a Região, 1997 a 1999, disciplinas examinadas: Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal;
- Presidente da Comissão de Regimento Interno TRF/1^a Região, 2002/2004;
- Presidente da Comissão Examinadora do X Concurso de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto da 1^a Região – Instalada em 2004.

ATIVIDADES NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DF:

- Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – 2002/2004;
- Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – posse em 28/06/2004;
- Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal – “Rui Barbosa” – início 17/02/2005.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS ANTERIORES:

- Superintendente de empresa privada no Rio de Janeiro 1966/1970, Ind. Gráfica A Meguerian;
- Estágio na Defensoria Pública do Estado da Guanabara, Vara de Execução Criminal e 1^a Tribunal do Júri, 1968;
- Advogado militante foros do Rio de Janeiro, Distrito Federal e diversas comarcas do Estado de Goiás 1967 a 1977 (solicitador acadêmico entre 1967/1970);
- Técnico de tributação no Ministério da Fazenda, por concurso público de provas, 1970/1979;
- Juiz Federal, por concurso público de provas e títulos, tendo tomado posse em 19/10/1979;
 - Juiz Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 1979/1981 e 1983/1988;
 - Juiz Federal e Diretor do Foro da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, 1981/1983;
 - Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, 1981/1983
 - Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas 1990;
 - Juiz Federal da Vara Única de Uberlândia da Seção Judiciária de Minas gerais 1988/1994;
 - Juiz Convocado no TRF 1^a Região 1990/1992;
 - Juiz Federal, em acumulação de jurisdição: Vara Única de Rio Grande-RS; Vara Única de Uberaba; Seção Judiciária do Amazonas.

Atividades Didáticas

ATIVIDADES DIDÁTICAS EM CURSOS SUPERIORES:

- Professor visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1982/1983. Disciplinas: Direito Social (Legislação Trabalhista), Administração Pública;
- Professor auxiliar e posteriormente Professor Assistente das Faculdades Reunidas Ritter dos Reis-RS, 1985/1988. Disciplinas: Direito Constitucional e Direito Tributário Fiscal;
- Professor substituto, por concurso de provas e títulos, Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Direito, 1990. Disciplina: Direito Financeiro;
- Aprovado em primeiro lugar em Concurso Público, para professor efetivo da Universidade Federal de Uberlândia, 1993. Disciplina: Direito Tributário;
- Professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Uniceub/Brasília, 1998/2003;

ATIVIDADES DIDÁTICAS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES:

- Corpo Docente do Curso Preparatório para Concurso, “Equipe Tecno Fiscum”, Brasília/DF, 1975/1981;
 - Concurso Técnico Básico BACEN. Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional;
 - Concurso Procurador da Fazenda Nacional. Disciplinas: Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Tributário;
 - Concurso Fiscal Tributos Federais. Disciplinas: Direito Constitucional e Direito Administrativo;
- Corpo Docente do Curso Preparatório para Concurso de Juiz de Direito de Minas Gerais, Curso COC, Uberlândia/MG, 1993/1994. Disciplinas: Direito Constitucional e Direito Tributário;
- Corpo Docente do Curso Processus, Brasília/DF, 2002;
 - Concurso para Procurador da República. Disciplina: Direito Penal;
 - Concurso para Juiz Federal, fase de sentença. Disciplinas: Penal e Processo Penal.

Obras Publicadas

- **Assembléia Nacional Constituinte**
Editora Vendramin, Canoa/RS.
- **O papel do Magistrado na Sociedade Moderna**
TRF 1^a Região. Esta obra faz parte da “Mostra Permanente da Memória Documental da Justiça Federal” da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal.
- **Apostilas Preparatórias Concursos Públicos “Equipe Tecno Fiscum”.**
Disciplinas: Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Tributário para os seguintes concursos: Auxiliar Judiciário da Justiça Federal; Fiscal Tributos Federais; Técnico Básico BACEN; Fiscal da Previdência Social e Técnico do Tesouro Nacional.

Condecorações e Títulos

- Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul desde 1984;
- Cidadão Honorário da Cidade de Uberlândia;
- Cavalheiro da Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro;
- Oficial da Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro;
- Comendador da Ordem de Mérito Militar do Exército Brasileiro;
- Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados à Vara Federal de Uberaba;
- Diploma de Honra ao Mérito da Comunicação, Associação de Imprensa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – AITMAP;
- Moção de Regozijo da Câmara dos Vereadores de Uberlândia pela promoção ao Colendo Tribunal Regional Federal;
- Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos pela Seção Judiciária de Minas Gerais;
- Medalha Justiça Século XXI pela Seção Judiciária de Minas Gerais;
- Grande Oficial – Ordem do Mérito Forte São Joaquim, Roraima;
- Comendador da Ordem do Mérito, Brasília;
- Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro;
- Medalha de Mérito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Classe Jurista;
- Alta Distinção, Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Brasília (DF), fevereiro de 2005.

Jirair Aram Meguerian

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*

.....
Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

.....
§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

.....
Ofício nº S/13, de 2005 (Na origem Ofício nº 165/GP)

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Superior Tribunal de Justiça resolveu, mediante eleição realizada nesta data, indicar a Drª Germana de Oliveira Moraes (currículo anexo), Juíza Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária de Fortaleza/CE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto na Constituição Federal (E.C. nº 45/2004, art. 103-B, inciso VII e § 2º).

Reitero votos de consideração e estima. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

CURRICULUM VITAE

GERMANA DE OLIVEIRA MORAES

Fevereiro – 2005

I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: Germana de Oliveira Moraes

RG: 982.667-SSP/CE

CPF: 213.894.383-68

Data do Nascimento: 18 de maio de 1962

Local: Fortaleza - Ceará - Brasil

Filiação: Vicente de Paula Falcão Moraes e Maria Nely Oliveira Moraes

Endereço Profissional: Praça Murilo Borges s/n, 9º andar, 3ª Vara CEP 60035-210.

Telefax: 85.3452.2532

Cidade: Fortaleza

Estado: Ceará

e-mail: germanam@jfce.gov.br

II. FORMAÇÃO ESCOLAR

1. 1º grau - 1967 a 1976 - Colégio Juvenal de Carvalho -Irmãs Salesianas

2. 2º grau - 1977 a 1979 - Colégio Cearense do Sagrado Coração - Irmãos Maristas

III. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Graduação:

1. Aprovação em 1º lugar no Vestibular de 1980 para o Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará.

2. Graduação em Direito - 1980 a 1984 - Universidade Federal do Ceará.

3. Aprovação em 1º lugar no Concurso de Monitoria de Direito Constitucional da Universidade Federal do Ceará

Pós-graduação:

1. Aprovação em 1º lugar no Concurso de Seleção do Mestrado em Direito Público.

2. Curso de Mestrado em Direito - 1985 a 1989 - Universidade Federal do Ceará.

3. Curso de Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas Universidade de Lisboa - 1995 - 1998

Formação em língua estrangeira

1. Formação Superior em Língua Francesa pela Universidade de Nancy - França, por intermédio da Aliança Francesa no Ceará.

2. Formação Superior de Língua Inglesa - *First Certificate in English*, pela Universidade de Cambridge, por intermédio da Cultura Britânica da Universidade Federal do Ceará.

ANEXO

IV. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DIDÁTICA

1. Exercício da função pública de Juíza Federal da 3ª. Vara da Justiça Federal do Ceará, de 03.09.1991 até a presente data.
2. Exercício da função pública de Diretora do Foro da Seção Judiciária do Ceará, nos períodos de 07.01.96 a 09.01.97; 06.09.00 a 06.01.01; 07.01.01 a 06.01.02; 07.01.02 até 06.01.05, e de Vice-Diretora do Foro, de 07.01.99 a 06.01.00 e de 07.01.00 a 05.09.00.
3. Exercício da função pública de Juíza Eleitoral, como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, de 1994 até 1997.
4. Exercício da função pública, no cargo de Procuradora da Fazenda Nacional no Estado do Ceará, de 1987 a 1991.
5. Exercício de magistério superior nos cursos de graduação, de Especialização e de Mestrado em Direito, na Universidade Federal do Ceará, das disciplinas Direito Administrativo e Direito Constitucional, de 1989 até a presente data.
6. Exercício da Coordenação do Curso de Mestrado em Direito da UFC, a partir de agosto de 1999 até 31 de julho de 2001.
7. Participação da Comissão Examinadora de Seleção de alunos do Mestrado, em 1993 e 1994.
8. Magistério na Universidade de Fortaleza das Disciplinas Direito Administrativo e Direito Constitucional, em 1987.
9. Exercício da Monitoria de Direito Constitucional na Universidade Federal do Ceará de 1983 a 1984.
10. Membro da Fundação Paulo Bonavides - UFC - CE.

11. Membro Conselho Editorial da Revista Nomos, do Curso de Mestrado em Direito da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, de 08.1999 a 07.2001.
12. Colaboradora da Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais, Editora Del Rey.
13. Membro do Conselho Editorial da Revista Interesse Público, Editora Notadez.

V. APROVAÇÃO EM CONCURSOS

1. Aprovação em Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5^a Região, em 1991.
2. Aprovação em Concurso Público para Professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Ceará, em 1989.
3. Aprovação em Concurso para Procurador da Fazenda Nacional, em 1º lugar no Estado do Ceará, em 1987.
4. Aprovação em Seleção Pública para o cargo de advogado da REFFSA, em 1985.
5. Aprovação em Seleção Pública da UNIFOR para Professor de Direito Constitucional.
6. Aprovação em Concurso Público para Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral, em 1984.
7. Aprovação em Concurso Público promovido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para o cargo de Fiscais de Tributos Municipais.

16/3/05

VI. PRODUÇÃO CIENTÍFICA OU CULTURAL

1. Publicação do livro “Controle Jurisdicional da Administração Pública” - Dialética, 1999.
2. Publicação do livro – “*O Controle jurisdicional da constitucionalidade do processo legislativo*” – Dialética, 1998.
3. Dissertação de Mestrado - “*Poder de Polícia Administrativa*” - 1989.
4. Ensaio - “*A influência da Evolução do Estado sobre os conceitos de Serviço Público e Polícia Administrativa*”, publicado na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.
5. Ensaio - “*Aspectos normativo, fático e axiológico da discricionariedade*”, publicado na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, vol. XXX/1, 1989.
6. Artigo “Avaliação dos 10 anos da Constituição Federal de 1988” – Revista Lusíada, nº 2, 1998.
7. Artigo “Considerações Gerais sobre a Reforma Administrativa Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998” – Revista Lusíada, nº 2, 1998.
8. Artigo “Obrigaçāo de Motivação Explícita, Clara, Congruente e Tempestiva dos Atos Administrativos” – Revista Nomos, vols. XVI/XVII/XVIII – nº 4/5/6 – Jan/Dez 1997/1998/1999.
9. Aula Inaugural do Curso de Especialização – Artigo no periódico NOMOS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, nº 7/2000 – Jan 2001.

10. Artigo “Obrigaçāo de Motivaçāo Explícita, Clara, Congruente e Tempestiva dos Atos Administrativos” – Revista Interesse Pùblico, vol 8 – Janeiro de 2001.
11. “Os reflexos do federalismo fiscal no constitucionalismo” – capítulo do livro Estudos de Direito Constitucional – Janeiro de 2001.
12. Artigo “O Poder Judiciário e o Direito dos Concursos” – Revista da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, nº 2 – Maio de 2001.
13. Artigo “Autonomia dos Juízes perante os Tribunais” – Revista Justiça e Cidadania, nº 21 - Dezembro de 2001.
14. Artigo “O Juiz Constitucional no Brasil”, Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais, nº 2, julho/dezembro de 2003, pp. 537/541, Del Rey, Belo Horizonte, MG.
15. Livro “Controle Jurisdicional da Administração Pùblica”, 2ª edição, 239 pp., Dialética, São Paulo, SP, 2004.
16. Artigo “A Reforma Tributária desejável”, Revista do Centro de Estudos Judiciários nº 24, 2004, Brasília, DF.
17. Artigo “A Humanização da Função de Julgar”, Revista Direito Federal, publicada pela AJUFE, nº 75/76, 2004, Brasília/DF.
18. Artigo “A Reforma Previdenciária e o Direito Adquirido. O conteúdo das regras de transição e seus destinatários” Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais, nº 3, janeiro/junho de 2004, pp. 225/235, Del Rey, Belo Horizonte, MG.
19. Prefácio do livro “Sanções Disciplinares aos Servidores Pùblicos” de Márcia Albuquerque Sampaio Farias, Editora Letra Legal, 2004.

20. Apresentação do livro “Leis Complementares: hierarquia e importância na Ordem Jurídico-tributária” de Maria Alessandra Brasileiro de Oliveira, Editora Letra Legal, 2004.

VII. PARTICIPAÇÕES EM BANCAS

1. Seleção de Mestrado UFC – Jan/2001 – Portaria
2. Seleção de Mestrado UFPe – Dez/2001 – Portaria
3. Defesa de dissertação – Mestrado – UFC – 29.07.1997
Eduardo Rocha Dias “Sanções Administrativas Aplicáveis a Licitantes e Contratados”

Participação de Bancas Examinadoras de Defesa de dissertação de Mestrado e de Doutorado na UFC, UFBA, UFPe, UFS, UEPb e UFSC e de Doutorado na UFPe.

VIII. CONGRESSOS, AULAS E SEMINÁRIOS

1. Palestra proferida na Procuradoria Geral do Estado do Ceará, sob o título *"Tutela Jurisdicional Coletiva dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos"* - 26/06/92.
2. Ciclo de Estudos dirigidos para os Concursos de Juiz do Trabalho, Juiz Estadual e Procurador da República - Conferencista - 01/07/92 a 31/08/92, Disciplina Direito Administrativo – 9hs/aula.
3. II Fórum de Debates sobre Direito Público - Procuradoria Geral do Estado do Ceará – Debatedora, 30.09.92.
4. III Fórum de Debates sobre Direito Público - Procuradoria Geral do Estado do Ceará – Debatedora, 27.10.1993.

5. I Encontro Brasileiro da Justiça Eleitoral - Blumenau - SC - de 11/08 a 13/08 de 1994, participante.
6. Fórum de Debates “As tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no Mundo” promovido pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários - Brasília - DF – 10 a 11/03/95, participante.
7. Fórum de Debates “Acesso à Justiça – Informatização – Celeridade Processual” promovido pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários - Brasília - DF – 11 e 12/05/95, participante.
8. 2^a Jornada de Estudos Judiciários promovida pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários – Brasília – DF – 26 e 27/05/95, participante.
9. Seminário sobre o Ensino Jurídico promovido pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Fortaleza - Ceará - Maio de 1995 - Debatedora.
- 10.4º Seminário Nacional de Direito Administrativo – Editora NDJ - São Paulo SP - 24 a 29 de novembro de 1996, participante.
11. Seminário – “II Encontro Nacional de Tribunais do Júri” – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – 5 a 7 de dezembro de 1996 - Debatedora.
12. I Seminário Jurídico da Região Norte - Sobral - Ceará - 3/12/96 - Conferencista - Tema: Sindicabilidade judicial da atividade administrativa.
13. Direito 97 – promovido pela OAB, Fortaleza – CE, em agosto de 1997 – Tema: Reforma Administrativa - Painelista
14. Curso de Licitação promovido pela FESAC/OAB/CE – Fundação Escola Superior de Advocacia, em 1º de abril de 1998 “Aspectos Constitucionais da Licitação”- Palestrante

15. Simpósio Cearense de Direito Constitucional, promovido pela FESAC/OAB/CE em comemoração aos dez anos da Constituição Federal de 1988 – Tema: “Dez anos de Constituição: avanços e retrocessos, A efetivação dos Direitos Fundamentais, Perspectivas de Mudanças no sistema Tributário Brasileiro, Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil, O poder Legislativo na Democracia Brasileira e o Direito Penal e a Reforma do Estado” – 26 a 28 de outubro de 1998 – Expositora.
16. II Congresso Internacional da Justiça, promovido pela Associação Cearense de Magistrados – 7 a 10 de dezembro de 1998, Fortaleza – CE – Conferencista.
17. Curso de Direito Constitucional Iberoamericano promovido pela AJUFE e pela Universidade de Valênciia – 7 a 11 de dezembro de 1998, Fortaleza – CE.
18. II Encontro Regional da Advocacia-Geral da União 5^a região – outubro de 1999 – Palestrante – Fortaleza/CE.
19. Curso de Especialização em Direito Público da Faculdade de Direito da UFC – fevereiro de 2000, Fortaleza – CE - Aula Inaugural.
20. Curso Questões Atuais de Responsabilidade Civil, promovido pela OAB/FESAC/CE – 16 de março de 2000, Fortaleza – CE – “Responsabilidade Civil do Estado por Ato Administrativo” – Palestrante.
21. I Seminário sobre a Reforma do Poder Judiciário, promovido pelo CA de Direito da UFC – 21 a 23 de março de 2000, Fortaleza – CE - “O Papel do Supremo Tribunal Federal na Formação do Estado Brasileiro” - Debatedora
22. II Curso para Formadores de Magistrados Brasileiros promovido pelo CEJ (Centro de Estudos Judiciários) em Portugal e ENM (Escola Nacional da Magistratura) no Brasil – 3 a 14 de abril de 2000, Lisboa – Portugal – participante.

23. Seminário de Direito na *Harvard Law School* - maio de 2000, Boston, EEUU.
24. I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Comparado promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Comparado e Faculdade de Direito do Recife “A Concepção do federalismo fiscal e seus reflexos no sistema constitucional brasileiro” – agosto de 2000, Recife, Pernambuco.
25. Curso “Rasgos Del Constitucionalismo Ibero-americano” ministrado pelo Professor Antonio Colomer – ESMAFE DA 5^a REGIÃO, 10 horas-aula, agosto de 2000, participante.
26. Curso de Especialização em Direito Público da Faculdade de Direito da UNIFOR – agosto de 2000, Fortaleza – CE - Aula Inaugural “Controle Jurisdicional da Administração Pública”.
27. 1º Congresso brasileiro de administração de justiça, 6 a 8 de dezembro de 2000 no Centro de Estudos Judiciários do CJF, 20 horas/aula. Participante.
28. Conferência “A independência dos juízes perante os tribunais.” - ESMAFE da 5^a Região – Maio de 2001.
29. Congresso Regional de Direito, promovido pela OAB/Ceará e FESAC – Palestrante - Conferência “ A revisão judicial de provas pelo juiz” – agosto de 2001.
30. I Jornada Norte/Nordeste de Direito Público Brasileiro, promovida pelo Instituto Pernambucano de Direito Comparado – Painelista - Conferência “A reforma do Estado brasileiro frente à concepção do Estado Mínimo”, Recife/PE – 12 a 14 de setembro de 2001.
31. XII Encontro da ANPAL - Associação Nacional dos Procuradores de Assembléias Legislativas - Conferência “Controle do processo legislativo” – 14 de setembro de 2001.

32. I Congresso Brasileiro de Direito Tributário – Conferência “Controle jurisdicional dos atos tributários” - Recife/PE – 30 de setembro a 03 de outubro de 2001.
33. Palestra “Novos temas de Direito Tributário” – ESAF – Porto Alegre – Dezembro de 2001.
34. XI Fórum de Debates sobre Direito Público, promovido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará – Palestrante. Conferência “A Reforma do Estado Brasileiro frente à concepção do Estado Mínimo” – Dezembro de 2001 – Fortaleza/Ceará.
35. Aula no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus/BA – 23 a 26.04.2002
36. Congresso Direito tributário em questão – Comentarista do tema “Reforma Tributária: Instrumentos Legislativos e seus limites” – 02 a 05 de junho de 2002. – Gramado/RS.
37. Palestra “Moralidade Administrativa” Dez anos da Lei de Improbidade Administrativa – Associação Nacional dos Procuradores da República dia 20.06.02 – Fortaleza/Ceará
38. Palestrante do “I Ciclo de Palestras sobre as Profissões do Direito” 27.06.02 Faculdade Farias Brito – Fortaleza/CE
39. Palestra “Controle Jurisdicional da Atividade Tributária”, Faculdade Cândido Mendes, dia 05/07/02 – Rio de Janeiro/RJ
40. Palestra “Controle Jurisdicional da Administração Pública” Universidade Federal de Minas Gerais, 24 a 27 de julho de 2002.
41. XVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Painel de subtema “A Reforma Previdenciária e o direito adquirido” – 5 de setembro de 2002 – Fortaleza/CE.
42. Aula no Curso de Preparação de Magistrados, organizado pela Comissão do V Concurso para provimento do cargo de juiz federal

substituto da 5^a Região, tema “Reforma Previdenciária e Direito Adquirido”, em 03.12.2002, Recife/PE.

43. Seminário sobre a Reforma Tributária, evento promovido pelo Conselho da Justiça Federal nos dias 20 e 21 de março de 2003. Painelista: “A proposta de emenda constitucional da Reforma Tributária” – Fortaleza/CE.
44. Congresso Jurídico *Brasil 2003: 15 anos da Constituição de 1988*. Conferência: *O Juiz Constitucional no Brasil*, 10 e 13 de junho de 2003, Fortaleza-CE.
45. Palestra proferida “*O Juiz Constitucional no Brasil*” na Escola Superior de Advocacia do Estado do Piauí, em 05.09.2003 – Teresina/PI
46. Aula proferida no Curso de Iniciação à Magistratura, promovido pela ESMAFE da 5^a Região “A humanização da função de julgar”, em 27.10.2003 – Recife/PE
47. I Semana de Direito Constitucional - *15 anos da Constituição Cidadã*, promovido pelo CA de Direito da UNIFOR, palestra de tema “O direito adquirido frente às reformas da previdência e tributária”, em 28.10.2003 – Fortaleza/Ceará.
48. XIII Fórum de Debates sobre Direito Público, promovido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará – Palestrante. Conferência Magna de Abertura “*O Juiz Constitucional*” – 17.11.2003 – Fortaleza/Ceará.
49. IV Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, promovido pelo Conselho da Justiça Federal. 3 a 5 de março de 2004. Brasília/DF.
50. Seminário Promoção e Defesa da Cidadania – Qual o nosso Papel?, Procuradoria da República do Ceará, Fortaleza/CE 18.03.04.

51. Palestra “A importância da pesquisa na pós-graduação”, dia 25/03/04, no Seminário de Integração no Curso de Mestrado em Direito da UFC, aula inaugural do semestre letivo 2004/1.
52. Ciclo de Exposições e Debates de Atualização Jurídica 2004.2 (Mandado de Segurança II), promovido pelo Centro de Estudos e Treinamento (CETREI) da Procuradoria Geral do Estado do Ceará e pela Escola da Magistratura – Palestrante. Palestra “O Controle do Ato Discricionário via Mandado de Segurança” – 12.4.2004 – Fortaleza/Ceará.
53. Seminário Internacional A Tutela Judicial no Sistema Multinível, de 20 a 21/09/04 Painel “Direito Comparado: Limites ao controle judicial da Administração Pública”, Presidente de Mesa, Brasília/DF.
54. *Workshop* “A Tutela Judicial no Sistema Multinível”, de 22 a 23/09/2004, Coordenadora, Centro de Treinamento da Justiça Federal, CJF, Brasília/DF.
55. Palestra “A Humanização da função de julgar” Ciclo de exposições e debates de Direito Constitucional e Administrativo, promovido pelo Centro de Estudos e Treinamento (CETREI) na Procuradoria Geral do Estado, em 19.11.04, Fortaleza/CE.
56. Presidente de Mesa da 1ª Sessão Técnica de tema “Tributação no Mercosul: questões atuais e relevantes”, Congresso ibero-americano de Direito Tributário, de 02 a 04/12/2004, em Fortaleza, Ceará.
57. I Encontro da Justiça Cearense, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, de 08 a 10 de dezembro de 2004, carga horária de 20hs, Fortaleza/CE.

IX. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

1. Presidente de Mesa do Painel “Direito Comparado: Limites ao controle judicial da Administração Pública”, no Seminário Internacional “A Tutela Judicial no Sistema Multinível”, de 20 e 21/09/2004, em Brasília/DF;
2. Coordenadora do *workshop* “A Tutela Judicial no Sistema Multinível”, de 22 e 23/09/2004, no Centro de Treinamento da Justiça Federal do Conselho da Justiça Federal, em Brasília/DF;
3. Palestrante no Painel “A Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária”, nos dias 20 e 21.03.2003, no Seminário sobre a Reforma Tributária, em Fortaleza/CE;
4. Painelista sobre o tema “A proposta de emenda constitucional da Reforma Tributária” no Seminário sobre a Reforma Tributária, promovido pelo Conselho da Justiça Federal nos dias 20 e 21 de março de 2003, em Fortaleza/CE.
5. Participante do Fórum de Debates “As tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no Mundo” promovido pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários - Brasília - DF – 10 a 11/03/95;
6. Participante do Fórum de Debates “Acesso à Justiça – Informatização – Celeridade Processual” promovido pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários - Brasília - DF – 11 e 12/05/95;
7. Participante da 2ª Jornada de Estudos Judiciários promovida pelo Conselho da Justiça Federal, através do Centro de Estudos Judiciários – Brasília – DF – 26 e 27/05/95;
8. Participante do I Congresso Brasileiro de Administração de Justiça, 6 a 8 de dezembro de 2000 no Centro de Estudos Judiciários do CJF, 20 horas/aula;
9. IV Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, promovido pelo Conselho da Justiça Federal. 3 a 5 de março de 2004. Brasília/DF;
10. Artigo “A Reforma Tributária Desejável”, publicado na Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJF), n. 24, Brasília-DF, 2004.

X. OUTRAS ATIVIDADES

- 1.. Comissão do V Concurso para cargo de Juiz Federal Substituto da 5^a Região – de 30.04.2001 até 2003.
2. IX Encontro Nacional do CONPEDI, 19 e 20.10.2000, Rio de Janeiro/RJ
3. Consultora “ad hoc” do Comitê de Direito da CAPES – 19 e 20.04.2001 e 03 e 04.12.2001.
04.2001 até 2003.
4. Reunião do CONPEDI – 22 e 23.11.2001 e 16 e 17.06.2003.
5. Consultora da CAPES em visita ao Mestrado em Direito da Universidade de Santos – Santos/SP – 16.04.2002
6. Consultora da CAPES em visita ao Mestrado em Direito da Universidade de São José do Rio Preto UNIRP São José do Rio Preto/SP – 03.07.2002
7. Reunião da CAPES Avaliação Continuada dos Programas de Pós-Graduação, como consultora “ad hoc”, no dia 11/07/02.
10. XI Seminário do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 25 e 26 de novembro de 2002 – São Paulo – SP
11. Membro do Conselho Editorial da Revista Interesse Público, Editora NotaDez, a partir do nº 22 – 2003.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2005.

Germana de Oliveira Moraes
Germana de Oliveira Moraes

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Reginaldo Duarte, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 combinado com o Inciso I do § 2º do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula vive de fisiologismo. Agora, então, nessa reforma ministerial, está mais evidente essa prática abominável. Tal reforma não tem nenhum compromisso com aquilo que o povo brasileiro pensa e deseja. Lula quer uma reforma que agrade os aliados, mas desde que estes agradem aos interesses do Partido dos Trabalhadores.

O pior é que o presidente, com suas metáforas futebolísticas, diz que vai “escalar os melhores”, Melhores em quê? Nos interesses eleitoreiros e os

arranjos que possam ser mantidos para as próximas eleições? Tudo isso seria cômico, se não fosse trágico.

Sobre esse assunto, senhor presidente, escrevi artigo que foi publicado, no dia 13 de março, no jornal **Diário de Cuiabá**, sob o título “Treinador do Ibis”, ao qual peço que seja incluído nos Anais dessa Casa.

Outro assunto que passo a destacar diz respeito a minha cidade, Cuiabá. Sr. Presidente, o governador Blairo Maggi ensaia um golpe final à cidade. O governo do Estado reduziu a participação de Cuiabá na receita de ICMS. Isso representa um corte 20 milhões por ano no orçamento da Capital. Os serviços públicos e o povo cuiabano serão prejudicados. Cuiabá não merece ser saqueada dessa forma. Conclamo os mato-grossenses a reagirem a esse golpe.

Sr. Presidente, o Prefeito Wilson Santos e eu já começamos a defender Cuiabá. Um artigo, de minha autoria, foi publicado, em 6 de março, no jornal **A Gazeta**, onde defendo uma reação contra esse prejuízo. Peço que esse artigo, sob o título “Perseguição Política”, seja registrado nos Anais do Senado da República.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de comentar também é sobre o artigo intitulado “A incompetência da Abin”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 14 de março do corrente.

O artigo trata da informação de que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) teriam doado cerca de US\$5 milhões para candidatos petistas nas eleições de 2002. Segundo o autor do artigo, “o fato assombroso desse episódio é a inépcia da Abin”. O texto destaca que o aspecto gerencial é a principal deficiência da administração federal do PT e isto, obviamente, não poderia ser diferente na Abin.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIARIO DE CUIABA

Segunda Feira, 14 de Março de 2005

ANTERO PAES DE BARROS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Treinador do Íbis

A reforma ministerial do governo Lula, parafraseando o senador Tasso Jereissati, é um "Show de Fisiologismo". A reforma, que também poderia ser chamada de "Competência-Zero", não tem nenhum compromisso com aquilo que o brasileiro pensa e deseja, a melhoria da administração pública. O valedo do fisiologismo é o mote: reformar para agradar os aliados, desde que estes agradem aos interesses do PT, sendo dóceis e cientes de que não nunca estarão à altura dos petistas. A medida é inalcançável mesmo, a da prepotência.

O brasileiro assiste ao toma-lá-dá-cá da reforma do governo Lula e vê o PT real. Isso só aumenta o sentimento que toma conta do país a cada dia, o da desilusão. Na verdadeira transposição das águas, o mar de promessas que Lula e o PT fizeram nas eleições em 2002 se transformou numa gota. A gota d'água que já encheu o pote e a paciência de boa parte da população.

Nesta reforma ministerial os critérios da aptidão, da capacidade de gerenciamento, foram postos de lado. Fica evidente a falta de compromisso com a responsabilidade social do governo de dar respostas imediatas e eficazes aos problemas nacionais. Qualquer um serve em qualquer lugar, o critério é a falta de critério, falta de respeito com o interesse público. Demitir e nomear apenas com os olhos postos na eleição do ano que vem.

O duro é ter aturar ainda o presidente da República dizendo que ele é "o treinador da seleção brasileira". Vai escalar os melhores. Melhores para quem ou para o quê? Para os interesses eleitoreiros e os arranjos que venham a manter, a qualquer custo, a sua movediça base de apoio. Já que as metáforas estão no campo esportivo, como diria o saudoso comentarista João Saldanha, meus amigos, o Lula está mais para treinador do Íbis de Pernambuco, que ostenta o título de pior time do mundo, do que treinador de seleção, ainda mais a brasileira.

O presidente brinca com um símbolo nacional e faz chacota com a torcida brasileira. Até o ex-treinador da seleção campeã de 1958, Vicente Feola, que, dizem, dormia no banco de reservas durante as partidas, sabia que time de qualidade é formado por jogadores competentes, escalados para as devidas funções em campo. Lula vai trocar ministro na base do sai um ruim e entra outro pior. Um treinador de visão pequena. Sua preocupação é acomodar o apetite voraz do PT por cargos e encaixar onde puder os "aliados" na escalação eleitoreira.

A nova seleção de "craques do fisiologismo" e de "pernas-de-pau da competência" terá um único objetivo neste "campeonato": levar o presidente Lula a botar a mão na Taça da Reeleição. E bota pretensão nisso para um time que só marca gol contra. Enquanto isso, o povo, na arquibancada, passa aperto com a falta de políticas sociais eficientes, que digam os casos da tragédia das crianças indígenas e a perseguição aos aposentados, e com os aumentos escorchantes da carga tributária.

Seria cômico se não fosse trágico. Sofre a população e padece a nossa democracia. Estas cenas de fisiologismo explícitas estão passando no horário nobre da Nação. Um presidente que só pensa naquilo, a sua reeleição, é a certeza de que o cidadão comum jamais será lembrado. Não basta parecer com o povo ou falar como se fosse povo. O povo quer ser visto é nas ações do governo. Só que no time do presidente Lula não tem vaga. O povo foi cortado.

Opinião

Perseguição política

Antero Paes de Barros

O governo do Estado ensaia um golpe final contra Cuiabá. O golpe foi anunciado pelo secretário Teis, que em entrevista à imprensa usou a "diplomacia da botina" para mandar um recado público ao prefeito Wilson Santos, no sentido de que ele deveria aprender a ler. Não é de fácil entendimento o recado, qualquer que seja o campo que se busque para entendê-lo. Todos sabem que Wilson é bacharel em Direito, brilhante professor de História e, com certeza, um dos mais preparados homens públicos de Mato Grosso. O motivo da agressão é desconhecido, apenas deixa evidente a má vontade de Teis, ou da turma da botina, com a administração de Cuiabá. Para entender a divergência vamos por partes.

Na posse de prefeito, Wilson Santos agradeceu ao governador Blairo Maggi por este ter mantido o índice do ICMS de Cuiabá em 15,96%, embora ressaltasse que a participação da Capital deveria ser maior. Usando da palavra, o governador disse que nada havia a agradecer. A solução fora técnica, ou seja: Cuiabá tinha direito àquele índice. A posse foi em janeiro. Nem atravessamos março e o governo quer mudar o índice de Cuiabá, para menor. Cuiabá teria índice pouco superior a 13% e isso representaria uma receita 20 milhões a menos por ano. Traduzindo, o governo Blairo Maggi pode tirar 80 milhões em quatro anos de Cuiabá. Inadmissível: Técnica e politicamente. Vejamos:

1 - Em 1994 Cuiabá recebia pouco mais de 19%. Dez anos depois esse índice caiu para 15,96%. Agora o governo quer reduzir para algo em torno de 13%. Percebem o disparate. Cuiabá tem mais de 500 mil habitantes. Contribui com mais de 25% no total do ICMS arrecadado e recebe R\$ 25,13 por habitante.

2 - Comparando com outras capitais do Brasil, dá para perceber a enorme injustiça contra os cuiabanos que quer perpetrar o governo Blairo. Fortaleza recebe 39,7%; Recife, 37,1%; Rio de Janeiro, 35,5%; Natal, 34,0%; Campo Grande, 23%; Vitória, 21,96%; Goiânia, 21,57%. Esses números, por si só, desmentem o secretário Teis e deixam evidente que não é Wilson quem não sabe ler.

3 - Está clara a proposta do governo de penalizar os municípios mais industrializados em benefício dos que fazem a produção primária. Só como exemplo, enquanto Cuiabá tem um retorno de pouco mais de R\$ 25 por habitante, Alto Taquari, com apenas 4.926 habitantes recebe em torno de R\$ 257,38 por habitante e Santo Antônio do Leste, com 2.020 habitantes, recebe R\$ 245,54 por habitante.

4 - A proposta ensaiada pelo sr. Teis na verdade penaliza 70% da população de Mato Grosso, distribuída pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Alta Floresta, Poconé, Barra do Garças e outros que perderiam com a proposta do governo. Como sustentá-la politicamente?

A imprensa comentou recentemente que o prefeito Wilson estaria com relações estremecidas com o governador por causa desse debate. Não creio nessa hipótese. Wilson está apenas cumprindo com sua promessa de campanha de lutar pelos interesses da cidade. O prefeito de Cuiabá não pode assistir passivamente a cidade ser saqueada em mais de 20 milhões por ano, sem que assuma a defesa da sua população. É preciso, aliás, que sua fala desperte a cidade para reagir contra esse prejuízo à eterna Capital. A Câmara de Vereadores e a Assembléia Legislativa não podem se omitir neste debate. Pessoalmente vou defender a idéia de mobilizar os bairros de Cuiabá para defender que esses recursos permaneçam na Cidade Verde. Os que mais sofrerão com possíveis retaliações serão os moradores da cidade. A luta é, portanto, de todos.

Diante dos novos fatos cabe apenas uma indagação final: em qual Blairo a população pode acreditar? No da posse que assegurou que Cuiabá não teria perdas, ou nesse que fala, através de Teis, que o prefeito de Cuiabá não sabe ler? Com a palavra, o governador.

Antero Paes de Barros é jornalista, radialista e senador da República (PSDB). E-mail:

A incompetência da Abin

BRASÍLIA - Sacudiu o mundinho da micropolítica a informação de que as Farc queriam doar US\$ 5 milhões para candidatos petistas em 2002. Foi o que mostrou extensa reportagem de Policarpo Junior, na revista "Veja".

Inexistem provas de que o dinheiro veio. Só há indícios de que os guerrilheiros colombianos queriam mandar a ajuda. Na hipótese de a remessa ter sido consumada, fica um pouco maior a conta do estelionato eleitoral do PT. Lula governa para manter intacto os altos lucros dos bancos e aprofundar o sistema liberal na economia. Está longe de satisfazer algum desejo das Farc.

O fato assombroso desse episódio é a inépcia da Abin, dita Agência Brasileira de Inteligência (sic). O relatório sobre o dinheiro das Farc repousa desde 2002 nos arquivos dessa que deveria ser a versão local da CIA. O PT tomou posse em janeiro de 2003.

Abrem-se aí duas possibilidades. Primeiro, por incompetência dos petistas, os documentos nunca foram analisados nem muito menos contestados em público. Segundo, o PT leu o

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Organização Odebrecht, fundada em 1944, completou 60 anos de grandes serviços prestados ao Brasil, é motivo de orgulho para a engenharia nacional e merece uma especial homenagem, por sua atuação no País e no exterior.

Em seus 60 anos de trabalho eficiente e de alta qualidade, a Organização Odebrecht conquistou respeitabilidade mundial e realizou uma obra ciclópica, dificilmente atingível por outras empresas nacionais e internacionais.

Numa síntese desse trabalho de mais de meio século, poderíamos destacar: a construção e instalação de usinas hidrelétricas que geram em seu conjunto 49 mil 132 megawatts, de usinas termelétricas e nucleares que

relatório e nada fez. Nesse caso, a incompetência beira a patologia.

O aspecto gerencial é a principal deficiência da administração federal do PT. Contrataram mais de 42 mil funcionários públicos desde a posse. Ganha uma estrelinha dourada produzida por Duda Mendonça quem apontar alguma melhora real nos serviços públicos do país.

O déficit gerencial não poderia ser diferente na Abin. O serviço secreto de Lula é comandado, é claro, por mais um de seus amigos —o delegado Mauro Marcelo. Pessoa afável, telefona para jornalistas e abriu as portas da agência para a mídia logo depois de tomar posse. Prometeu acesso amplo aos arquivos desse órgão, embora até agora só um ou outro papeleiro tenha sido deliberadamente vazado.

Com a divulgação da suposta doação das Farc, é compreensível que exista tanta demora para a Abin abrir de uma vez seus arquivos. Talvez os arapongas petistas estejam, finalmente, lendo o que foi escrito sobre eles nos últimos 30 anos.

produzem um total de 5 mil 486 megawatts, a construção de 4 mil 542 quilômetros de linhas de transmissão de energia, mais de 5,7 milhões de metros quadrados de área de edificações, construção de 8 mil 247 quilômetros de rodovias, 225 quilômetros de túneis, 131 quilômetros de pontes e viadutos, 127 quilômetros de linhas de metrô, 80 projetos de infra-estrutura portuária e aeroportuária e 25 projetos de irrigação.

As empresas de Engenharia e Construção da Odebrecht atuam de forma integrada, sob a liderança da Construtora Norberto Odebrecht S.A., e exercem papel relevante, reconhecido mundialmente, nas áreas de Engenharia, Suprimento, Construção e Gerenciamento.

É uma presença de mais de 20 anos em países da América do Sul, América do Norte, África e Europa.

A Odebrecht é hoje a maior exportadora de serviços do nosso País.

A Odebrecht S.A. representa e consolida a Organização e busca a manutenção da unidade filosófica e estratégica do conjunto das empresas.

A Construtora Norberto Odebrecht S.A. se dedica à elaboração de projetos, suprimento, construção e gerenciamento em construção civil e pesada, montagem eletromecânica e serviços de engenharia em petróleo e gás.

A Braskem S.A. produz termoplásticos, clorosoda e matérias-primas para empresas químicas e petroquímicas de segunda geração.

A Organização Odebrecht conta ainda com uma empresa de análise e administração dos riscos inerentes às atividades do Grupo, uma entidade de previdência privada para os integrantes da Organização e a Fundação Odebrecht, instituição sem fins lucrativos que promove e apóia programas de interesse público, com foco na educação do adolescente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesses 60 anos de atividades, a Organização Odebrecht soube vencer crises econômicas internas, externas, setoriais e da própria empresa, antecipou tendências mundiais, melhorou suas condições de competitividade em nível mundial e enfrentou o processo de globalização da economia de forma firme e adequada.

Os indicadores econômico-financeiros da Organização Odebrecht demonstram solidez e higidez patrimonial: receita bruta, lucro operacional, patrimônio líquido e total de ativos se mantêm em crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, em decorrência dos métodos administrativos, do processo decisório descentralizado e da filosofia de trabalho implantada por Norberto Odebrecht, desde 1944.

Mais importante que esse conjunto de realizações materiais e econômico-financeiras, é a filosofia de trabalho de Norberto Odebrecht, cujos pilares são a descentralização, a delegação planejada, a parceria e a partilha de resultados.

Como afirma o fundador Norberto: "nossa maior patrimônio é intangível, e curiosamente não consta dos balanços: são as pessoas educadas para o exercício de servir – e servir com alegria, nunca com sacrifício".

O grande líder Norberto foi formado por uma educação rígida, com princípios religiosos firmes, com trabalho duro desde a infância, em que corpo, mente e espírito recebiam cuidado especial de seus pais e de seu orientador espiritual, o reverendo Otto Arnold, vindo da Alemanha para cuidar da colônia luterana da cidade de Salvador.

O reverendo Otto Arnold se tornou preceptor do lar dos Odebrecht e passou a cuidar do pequeno Nor-

berto, que com ele aprendeu o conceito de "riqueza efêmera": "não existe riqueza sem saúde, ética, trabalho e produtividade".

Norberto aprendeu, muito jovem ainda, a ser pedreiro, serralheiro, armador, chefe de almoxarifado e responsável pelo transporte: aprendeu a cortar, dobrar e usar ferro na construção de armaduras para colunas, vigas e lajes; a revestir paredes com argamassa, a entalhar madeira e a operar forja, seguindo a tradição familiar germânica, em que o trabalho duro é o único caminho para a riqueza merecida.

Certamente, esses valores morais, intelectuais, espirituais, ao lado do trabalho, é que constituem o verdadeiro alicerce, o lastro e as colunas em que se apoiam a trajetória vitoriosa de Norberto Odebrecht.

"Aprendi que o tempo é o único recurso irrecuperável, e que não temos o direito de desperdiçar o nosso e o dos demais", afirmou Norberto, que aos 18 anos ingressou no curso de Engenharia e que, ainda como aluno do terceiro ano, foi obrigado a assumir a empresa do pai, que passava por grandes dificuldades.

Em apenas três anos, Norberto conseguiu pagar todas as dívidas da empresa, que estava à beira da falência, e iniciar uma verdadeira trajetória vitoriosa, forjada nas dificuldades, passando pela dura prova de aparentes derrotas que terminariam em grande vitória, graças à criatividade, à disciplina, ao trabalho duro e ao amplo domínio da profissão.

Certamente, o tempo de que disponho é insuficiente para relatar muita coisa importante nessa brilhante trajetória que enche de orgulho o Brasil, por dispor de uma empresa respeitada mundialmente, de elevado padrão de qualidade e elevada eficiência administrativa.

O Guia Global da Construção, edição de 2004, classifica a Construtora Norberto Odebrecht como a maior empresa do setor de engenharia e construção da América Latina, o que consagra a Tecnologia Empresarial Odebrecht.

Essa filosofia, criada pelo comandante Norberto Odebrecht, pode ser resumida em prover as melhores soluções para os clientes, confiar nas pessoas, educar para o trabalho, com realização moral, ética e material, em ser a melhor organização empresarial para se trabalhar, maximizar o retorno aos acionistas e investidores, ser um agente decisivo de crescimento e desenvolvimento, respeitar o meio ambiente e participar do esforço de inclusão social.

Muito mais poderia dizer sobre a Organização Odebrecht.

Concluo com o que afirmou o Presidente da vitoriosa Embraer, Maurício Botelho: "Costumo dizer que na Odebrecht, onde passei cerca de sete anos, deixei

de ser um executivo e me transformei num empresário (...) Não trabalhei diretamente com Norberto Odebrecht. Mas sua presença, sempre simpática e amável, e seu desejo permanente de ensinar e educar davam coerência aos valores criados na organização. Era admirável como ela praticava e expandia os conceitos empresariais que criou. (...) É um homem de hábitos simples, despojado de qualquer arrogância ou empáfia, pronto para fazer qualquer um dos nós crescer um pouco mais".

Norberto Odebrecht é, sem dúvida, aquela sementeira que saiu a semear a boa semente.

Que essa semente boa continue a dar bons frutos, a formar novos executivos, novos empresários e novos empreendedores, contribuindo para que nosso Brasil possa, finalmente, ingressar no rol dos países desenvolvidos e respeitados.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e

Degradação política

BRASÍLIA - *O clima dentro do Congresso é de degradação avançada dos costumes. Deputados e senadores dos mais diversos partidos sentiram o cheiro de sangue. Querem esfoliar o Palácio do Planalto ao máximo na reforma ministerial.*

Um caso Waldomiro Diniz hoje seria automaticamente transformado em CPI. Há fios desencapados por todos os lados. É possível conviver com esse cenário por muito tempo sem que nada aconteça, OK, mas nada impede que um incêndio devastador ocorra nos próximos dias.

A pergunta a ser respondida é: quais as consequências desse esgarçamento dentro do Congresso? Há, pelo menos, quatro:

1) instabilidade e paralisia - qualquer faísca pode provocar um curto-círcito indesejável para o governo. Trata-se de um fator imponderável. Só que a possibilidade de crise provoca uma paralisia na administração federal. Na dúvida, o governo anda ainda mais devagar que o normal;

2) descontrole congressual - sem

Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "Degradação política", de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 12 de março.

O artigo mostra que o principal responsável pelo "ambiente deletério" que se instalou no Congresso Nacional é o próprio Presidente Lula; o seu governo está à deriva, perdido, e funcionando cada vez mais devagar.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

maioria para votar temas polêmicos, a administração Lula fica à deriva. Quando houver votação no Congresso, o resultado será imprevisível;

3) maioria efêmera - por mais sofisticada que venha a ser a reforma ministerial — e não será —, Lula só terá uma base de apoio momentânea. Continuará à mercê dos 300 picaretas que um dia execrou;

4) contaminação na economia - como já é consenso, o país crescerá neste ano menos do que em 2004. Toda vez que sair um indicador mixuruco, deputados e senadores vão tirar uma casquinha do Planalto. Entre uma estocada e outra, há sempre o risco de o comportamento de manada do mercado forçar uma alta na taxa de juros. Será o pior cenário para a reeleição de Lula em 2006.

Por fim, registre-se: o responsável maior por esse ambiente deletério é o próprio Lula. Ambíguo, começou a pensar em outubro na reforma ministerial. Até hoje não tomou decisão. No caminho, o PT perdeu a presidência da Câmara. Foi só o começo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à Tribuna neste momento para registrar a reportagem do jornalista Otávio Cabral intitulada “Bem me quer, mal me quer”, publicada na revista *Veja* do dia 9 de março do corrente.

A matéria registra o evidente desgaste no governo do Partido dos Trabalhadores. Os discursos do Planalto, seus ministérios e adjacências estão sempre em descompasso, transparecendo a crise produzida pelo próprio PT. É tão desconcertante, a diferença entre o discurso do Presidente e a prática, que há insatisfação de seus próprios ministros e governadores. Muitos contemplados com cargos criados pelo governo petista com a nobre finalidade de acolher os que não foram eleitos, como um “prêmio de consolação”.

O Presidente Lula aumentou o número de ministérios pretendendo formar uma ampla aliança, “incorporando um vasto leque de partidos”. Sim, nomeou alguns, mas o PT não sabe fazer aliança, não divide, monopoliza. Não ajuda os aliados a fazer e ainda os atrapalha. O modo petista de governar fugiu do controle do Presidente Lula.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria publicada na revista *Veja* seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

...BEM ME QUER, MAL ME QUER

Com um partido que gera mais problema do que solução para seu governo, Lula vive um momento delicado de sua relação história com o PT

Otávio Cabral

Lula e o PT: para 2006, ele quer ceder aos aliados e fazer aliança ampla, mas seu partido só quer aliança ampla, sem ceder aos aliados

Nas democracias ocidentais a economia tem sido a melhor bússola do humor de um país. Se a economia vai bem, tudo vai bem. Se ela vai mal,

todo o resto parece ainda pior. Na semana passada, ficou a impressão de que a regra deixou de ser válida para o Brasil. A economia produziu excelentes notícias, como o alto crescimento do PIB no ano passado e o volume recorde de exportações (*veja reportagem na pág. 100*). Mas os bons números não foram capazes de dissipar certo nevoeiro de crise em Brasília. Por quê? “O PT tem sido o motor de várias crises para o governo”, admite o governador do Acre, Jorge Viana. Até o noticiário sobre o bom desempenho econômico, na semana passada, foi parcialmente ofuscado por ministros do PT que vieram a público reclamar dos cortes no Orçamento. O ministro Miguel Rossetto, do PT gaúcho, foi o primeiro a abrir as portas. “Os cortes são brutais”, disse. Atrás dele vieram o pernambucano Humberto Costa, ministro da Saúde, e o gaúcho Tarso Genro, ministro da Educação, ambos contemplados com um ministério no governo petista como prêmio de consolação pela derrota que sofreram na eleição para governador.

“O PT precisa entender a gravidade da situação na Câmara e a necessidade de apoiar o governo”, diz o deputado Paulo Bernardo, petista do Paraná. O exemplo lapidar de crise provocada pelo partido, com pesados efeitos sobre o governo, foi a desastrada votação na Câmara, que acabou elegendo o deputado Severino Cavalcanti e impôs uma derrota acachapante ao candidato oficial, Luiz Eduardo Greenhalgh. A derrota parece ter sido produzida com esmero: o PT escolheu um candidato intragável para a maioria dos aliados, não se deu ao trabalho sequer de lhes perguntar a opinião e, quando soube que o horizonte estava carregado, se manteve firme no erro. “O PT cria um monte de problemas na Câmara e depois quer culpar o Aldo”, disse o ministro José Dirceu, da Casa Civil, em entrevista publicada no jornal *O Globo* na semana passada. Ou seja: os petistas tropeçam nos próprios pés e depois querem responsabilizar um aliado não petista. Aldo Rebelo, do PCdoB, tem comido o pão que o PT amassou para exercer seu cargo no governo. Já apanhou tanto, inclusive de José Dirceu, que agora o inocenta, que pode deixar o cargo na prometida reforma ministerial – que, dizem, começará nos próximos dias.

A indiferença com que o PT trata os aliados tem sido uma tônica em Brasília, e um forte gerador de crise. Ao tomar posse, Lula tinha 33 ministérios para preencher. Em seis deles, colocou técnicos sem

filiação política. Em sete, indicou ministros de partidos aliados. Nos outros vinte, os nomeados eram do PT – pesada preponderância de uma só legenda quando a aliança de governo engloba vários outros partidos. No primeiro ministério de Fernando Henrique, para manter o compasso temporal da comparação, havia 23 postos – apenas seis ministros nomeados pelo presidente eram do PSDB. Outra coisa que incomoda os aliados é que, mesmo nos ministérios que cede aos apoiadores, o PT agarra-se ao segundo escalão. Na Previdência Social, entregue ao PMDB do ministro Amir Lando, por exemplo, o segundo escalão está todo sob comando de petistas. O presidente Lula, com os poderes de que dispõe, tanto dentro do governo como dentro do PT, poderia evitar esse exclusivismo petista e, também, essa inclinação a se manter nos cargos públicos feito craca. Mas, para isso, o presidente precisa despender um volume enorme de energia e descer ao inferno das discussões intermináveis com seus correligionários.

Ao completar dois anos de governo, Lula dá sinais de que está bem mais preocupado com os rumos de sua administração do que com o próprio PT. O presidente, no seu projeto reeleitoral, quer fazer a aliança mais ampla possível, incorporando um vasto leque de partidos e cedendo às reivindicações dos aliados. Já o PT é outra coisa. Batalha pela reeleição de Lula, mas não mostra disposição de ceder espaço aos aliados atuais, e muito menos aos futuros. Basta verificar a situação dos estados. O PT monopoliza os cargos federais.

No Piauí, há um caso exemplar. O Programa de Combate à Pobreza Rural, bancado por verbas do Ministério das Cidades e do Banco Mundial, virou um comitê eleitoral do PT. Seu primeiro diretor, Francisco das Chagas Lima, foi eleito prefeito de São João do Arraial. Seu sucessor é Francisco Ribeiro Filho, o Chicão do PT, pré-candidato a deputado estadual. Cada inauguração de obra feita pelo programa vira comício do PT. Por causa da ocupação dos cargos, o senador Mão Santa, um dos primeiros peemedebistas a apoiar Lula em 2002, rompeu com o governo.

No Maranhão, há uma situação semelhante. O Superintendente do Incra no Estado, Raimundo Monteiro, pré-candidato a deputado federal pelo PT, é acusado pela oposição de só instalar unidades do programa Luz no Campo em seus currais eleitorais,

boicotando todos os não-petistas. Na Bahia, o único cargo de importância entregue a um aliado foi a Companhia das Docas, que ficou com o ex-deputado Jorge Medauar, do PPS. Detalhe: Medauar é sogro de Cândido Vaccarezza, deputado estadual paulista e dirigente do PT... Conhenhamos: com esse modo de atuar, o PT criou uma tecnologia para gerar crises que, por sua originalidade e sua eficiência, mereceia até ser patenteada.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Gastos na alta Presidência”, de autoria da jornalista Regina Alvarez, publicado no jornal **O Globo** de 14 de março do corrente.

O artigo revela a postura do governo Lula em relação aos gastos públicos de custeio e pessoal. As despesas com a manutenção da máquina administrativa cresceram 186,7% entre 2002 e 2004, segundo levantamento feito junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Somente as despesas com pessoal passaram de R\$43 milhões para R\$63 milhões, o que deixa claro o impacto nas contas públicas da estrutura montada na Presidência da República, com seus novos cargos, criados para acomodar os aliados derrotados. Em 2004, a superestrutura consumiu R\$2,6 bilhões. Em 2002, com uma estrutura bem mais enxuta, os gastos foram de R\$1,7 bilhão.

Entre as despesas da Presidência, um item deverá ser objeto de investigação do Tribunal de Contas da União: os gastos com serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas que, cresceram 257% no mesmo período.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIRETÓRIO NACIONAL**Sistema de Informações****O Globo**

Publicado em: 14/03/2005

Gastos em alta na Presidência

Regina Alvarez

O exemplo vem de cima e reforça a postura do governo Lula em relação aos gastos públicos de custeio e pessoal. No gabinete da Presidência da República, no Palácio do Planalto, as despesas com a manutenção da máquina administrativa cresceram 186,7% entre 2002 e 2004. E as despesas com pessoal aumentaram 46,5% no período. Levantamento feito junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) por técnicos da liderança do PFL no Congresso mostra que, em 2002, último ano do governo Fernando Henrique, os gastos com o custeio da máquina foram de R\$ 100 milhões e pularam para R\$ 287,5 milhões no ano passado. As despesas com pessoal no período passaram de R\$ 43 milhões para R\$ 63 milhões.

- O governo aumenta sistematicamente a carga tributária por um único motivo: cobrir o aumento das despesas que o PT vem fazendo com o aparelhamento da máquina administrativa. A criação de cargos em comissão, por exemplo, serve para acomodar os aliados derrotados nos estados. Assim, todo ano será necessária uma nova medida provisória como a 232 para elevar os tributos - disse o líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RJ).

De acordo com os dados do Siafi, os gastos do gabinete da Presidência com diárias, passagens e locomoção, por exemplo, cresceram 51,3% no governo Lula, passando de R\$ 11,3 milhões em 2002 para R\$ 17,1 milhões em 2004. Com material de consumo (escritório), o gasto pulou de R\$ 6,8 milhões em 2002 para R\$ 9,8 milhões em 2004, aumento de 45,1%. Entre as despesas de custeio do gabinete da Presidência, um item deverá ser objeto de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU): gastos com serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas que, segundo um estudo da assessoria técnica do PSDB junto ao Siafi, cresceram 257% entre 2002 e 2004, passando de R\$ 72,2 milhões para R\$ 258,3 milhões.

Na compra de equipamentos e material permanente, o gabinete gastou R\$ 17,8 milhões em 2004. Em 2002, essas despesas foram de R\$ 2,4 milhões - crescimento de 613% em dois anos de gestão. Os gastos com obras e instalações passaram de R\$ 71.700 em 2002 para R\$ 1,205 milhão em 2004, aumento de 1.582%. No ano passado, o Palácio do Planalto passou por reformas e os gastos estão refletidos nas contas do Orçamento.

Nova estrutura aumentou os gastos em 137,8%

O levantamento feito pelos técnicos do PFL revela o impacto nas contas públicas da nova estrutura montada na Presidência da República no governo Lula, com a criação de secretarias que têm status de ministérios e a reestruturação de órgãos já existentes, como a Advocacia Geral da União (AGU). Para bancar a nova estrutura, as despesas com pessoal e custeio da máquina na Presidência passaram de R\$ 1,082 bilhão

Sistema de Informações do PFL

em 2002 para R\$ 2,573 bilhões em 2004, um crescimento de 137,8%.

A Casa Civil, que administra os gastos da Presidência da República, não quis comentar o aumento dos gastos de pessoal e custeio da máquina administrativa do gabinete do presidente Lula. A Assessoria de Imprensa alegou que só depois de checar as informações no Siafi se manifestaria sobre o assunto. O Siafi é o sistema oficial de informações do Orçamento. O acesso é restrito ao governo e ao Congresso. A justificativa comum do governo é que vários órgãos da administração direta, inclusive os novos, passaram a ser ligados à Presidência da República.

No atual governo, estão subordinados à Presidência da República: vice-presidência, Advocacia Geral da União (AGU), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Arquivo Nacional, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Controladoria-Geral da União, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Procuradoria-Geral Federal (PGF), Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), Fundo Nacional Antidrogas (Funad), Fundo de Imprensa Nacional, Fundo para a Criança e Adolescente e algumas atividades do Ministério da Cultura, do Ministério da Assistência e Promoção Social, do Ministério das Cidades, entre outros. No governo passado, não existiam as secretarias da Pesca, da Igualdade Racial, das Mulheres e do Desenvolvimento e Assistência Social.

Em 2004, essa superestrutura consumiu R\$ 2,6 bilhões, considerando as despesas com pessoal, o custeio da máquina administrativa e investimentos. Em 2002, com uma estrutura bem mais enxuta, os gastos foram de R\$ 1,7 bilhão.

Sistema de Informações do PFL

Conheça os números



Despesas de pessoal

2002	R\$ 43,025 milhões
2004	R\$ 63,033 milhões
Crescimento:	46,5% ↑

Despesas com custeio da máquina

2002	R\$ 100,254 milhões
2004	R\$ 287,536 milhões
Crescimento:	186,7% ↑

Despesas com diárias, passagens e despesas com locomoção

2002	R\$ 11,343 milhões
2004	R\$ 17,171 milhões
Crescimento:	51,3% ↑

Despesas com equipamentos e material permanente

2002	R\$ 2,495 milhões
2004	R\$ 17,804 milhões
Crescimento:	613% ↑



DESPESAS COM PESSOAL E CUSTEIO DA MÁQUINA DE TODA A PRESIDÊNCIA

Incluindo o gabinete do presidente e todos os demais órgãos

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho à Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O calote aos servidores públicos”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 13 de março do corrente.

O artigo mostra que, em 1998, o Partido dos Trabalhadores ajuizou no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para obrigar o governo anterior a efetivar o reajuste dos servidores públicos “em percentual que repusesse a inflação daquele período”.

Porém, passados alguns anos, o PT, agora no governo, propõe o aumento insignificante de 0,1%, frente

Despesas com material de consumo

2002	R\$ 6,816 milhões
2004	R\$ 9,895 milhões
Crescimento:	45,1% ↑

Gastos com serviços de terceiros (pessoa física)

2002	R\$ 359,8 mil
2004	R\$ 715,7 mil
Crescimento:	98,9% ↑

O presidente Lula despacha em seu gabinete no Palácio do Planalto

Gastos com serviços de terceiros (pessoa jurídica)

2002	R\$ 72,2 milhões
2004	R\$ 258,3 milhões
Crescimento:	257,7% ↑

Despesas com obras e instalações

2002	R\$ 71,709 mil
2004	R\$ 1,205 milhão
Crescimento:	1.600% ↑

a uma inflação reconhecida para o ano passado de 7,6%. Segundo o autor do artigo, depois de alcançar a Presidência da República, o PT “simplesmente mandou às favas o povo e preferiu as benesses do posto”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O calote aos servidores públicos

MAURÍCIO CORRÉA
Advogado

Pensei que minhas anotações de hoje pudesssem ser dedicadas a outro tema. Não é idiosyncrasia com quem quer que seja. Simplesmente o governo petista é que não deixa. Assim que se instalaram no Palácio do Planalto os atuais donos do poder, foi encaminhada ao Congresso Nacional, como salvaguarda da lavoura, a decantada reforma da previdência social. Destinava-se a recompor os combalidos cofres da instituição. Quem tinha que pagar pelo mastodônico déficit deveria ser o servidor público. Embora merecesse ser enaltecido pelo relevante papel que desempenha na estrutura do Estado, acabou sendo o grande vilão responsável pela derrocada. A lâmina da guilhotina deveria cortar tanto o pescoco dos servidores ativos quanto dos inativos. Estes, isentos pelo regime constitucional anterior, deveriam também contribuir com o pagamento da exação, submetendo-se os servidores ativos a regras que, em parte, desrespeitavam direitos adquiridos.

Infelizmente, o próprio Supremo Tribunal Federal, questionado, reconheceu a constitucionalidade da cobrança. Que paguem também os velhinhos! Em vigor o mandamento constitucional, os descontos estão sendo feitos em seus contracheques. À ocasião dos debates da proposição no Congresso Nacional, ainda como presidente do STF, sofrí ataques diversos de setores menos esclarecidos da opinião pública e do governo, acerca de alguns de seus tópicos, a meu júzgo, inconstitucionais.

Gracias ao alto descortino e serenidade da maioria parlamentar, foi mantida para os aíás servidores a chamada integralidade, bem como a paridade, que nada mais é do que a garantia de que, ao se aposentarem, perceberão a mesma remuneração existente no momento da aposentadoria, com direito ao reajuste dos proventos. Para que tal garantia se efetivasse, os servidores ainda no exercício da função pública continuariam pagando a mesma alíquota, aliás bem mais alta do que a fixada para os trabalhadores sujeitos ao regime geral de previdência. Foram, ainda, corrigidas distorções à época existentes, relativas à idade mínima e tempo de contribuição, evitando as injustificadas aposentadorias precoces.

O pior de tudo é que, após toda a discussão que envolveu a reforma, o rombo da previdência, ao invés de diminuir, aumentou, tamanho o descalabro da roubalheira de que padece o órgão, sem que os seus administradores tenham dado conta, igualmente, de cobrar o grande passivo de contumazes sonegadores, constituído de contribuições de uma extensa lista de devedores, entre os quais se incluem influentes empresas privadas, além

de outros figurões que têm gozado da complacência oficial.

Agora vejam só que jóia. Em setembro de 1998, o PT ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão nº 2061, relatada pelo ministro Ilmar Galvão e julgada, em parte, procedente, sabe para quê? Exatamente para compelir o governo passado a proceder à revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, como manda o inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Nessa ocasião, na petição inicial, o PT ainda estava ao lado dos assalariados. Postulou que, além de obrigar o governo anterior a cumprir o preceito constitucional, fosse a administração pública forçada a efetivar o "reajuste" constitucional — e para usar suas próprias palavras — "em percentual que reponha a variação acumulada de índice inflacionário".

Qual foi a minuta do projeto de lei do governo do PT, remetida pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional em fevereiro passado, para a revisão determinada pela Constituição? Um ridículo e miserável "aumento" de 0,1%. Isso mesmo, zero vírgula um por cento! É difícil crer que um governo que acariciou os funcionários públicos com um mundo de promessas na campanha eleitoral tenha a cara-de-pau de propor uma revisão dessa insignificância para os trabalhadores do setor público. Ter-se-á, assim, o miserabilíssimo índice de 0,001 como multiplicador dos salários. Ora, numa inflação reconhecida

para o ano passado pelo IBGE, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), de 7,6%, esse 0,1% se traduz numa recomposição de 1,3%, o que, convenhamos, é uma brincadeira, para não dizer outra coisa.

Para melhor exemplificar, vamos fazer a conta. Um servidor que ganhe mil reais por mês teria, considerando a inflação acima, um acréscimo de vencimentos de 76 reais. Pela proposta do governo petista, terá, sabe quanto? Apenas um real a mais em sua folha de pagamento, o que não dá para comprar sequer um pé de alfaca. Isso mesmo, um pé alfaca!

Vamos raciocinar que os economistas do governo petista não admitem que a revisão proposta absorva a totalidade da inflação real existente no país, por contenção de despesas. Bolas, pelo menos esperava-se que o índice apresentado — que, pela nossa Constituição Federal, não pode ser alterado pelo Legislativo — contivesse algo mais próximo da realidade inflacionária, reconhecida até pelos dados oficiais diretos do governo, para se dar cumprimento ao resgate da dívida social, que sempre constituiu o cerne do programa oficial do partido antes da chegada à Presidência da República. Depois de alcancá-la, simplesmente mandou às favas o povo e preferiu as benesses do posto. Para usufruirem delas, os economistas oficiais não mediram consequências para a compra do confortável jato presidencial de quase 170 milhões de reais. Enquanto navegam sob um céu de anil, deixam com o povo o ludibrioso da promessa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia 13 de março, o jornalista Josias de Souza, um dos mais prestigiados do jornal **Folha de S.Paulo**, fez do seu artigo um alerta para a “incômoda aparência de trivialidade” de três episódios que freqüentaram os noticiários da última semana.

Josias de Souza escreveu: “Nada diz mais sobre o Estado brasileiro do que o estado a que chegou o brasileiro. Encontra-se afundado num pântano de normalidade. E não se dá conta da falta que lhe faz o anormal”.

São tantas as misérias do governo do PT que nem mais escandalizam. Enquanto no Rio de Janeiro

FOLHA DE S.PAULO

um idoso morre na fila do posto do INSS, após mais de doze horas de espera; em Dourados morrem 15 meninos índios, de fome.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Só um surto de anormalidade salva o Brasil”, do jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 13 de março, integre este pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

NO PLANALTO

Só um surto de anormalidade salva o Brasil

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

NADA DIZ mais sobre o Estado brasileiro do que o estado a que chegou o brasileiro. Encontra-se afundado num pântano de normalidade. E não se dá conta da falta que lhe faz o anormal.

É com um pedido de desculpas que se irá recapitular abaixo três episódios da semana passada. Além do mau gosto que exalam, têm em comum uma incômoda aparência de trivialidade.

Freqüentaram o noticiário de modo fragmentário. Não houve quem os pusesse lado a lado, como merecem.

★

Episódio um envolve um brasileiro simples. Severino. Não é o Cavalcanti. É um cavaleiro. Severino Elias dos Santos, pedreiro, pai de sete filhos.

Saiu de casa, no bairro carioca de Padre Miguel, na noite de domingo passado. Foi atrás do sono da aposentadoria. Documentos sob a axila, passou a madrugada na fila de um posto de atendimento do INSS.

Pesavam-lhe sobre os ômbrios 65 anos. A carga era adensada por problemas de pressão alta. Ainda assim, amargou espera de mais de 12 horas. Só alcançou o guichê por volta da hora do almoço de segunda-feira.

Entregou os papéis à atendente. Súbito, foi informado de que a documentação estava incompleta. Esquecera a fotocópia da carteira de identidade. Foi a uma loja defronte do posto do INSS. Enquanto esperava pela cópia, foi sacudida por um mal-estar re-

cente, teve morte instantânea. Avisado, Marlene Teixeira dos Santos, filha de Severino, encontrou-o estendido no chão, recoberto por um pano. Contemplava a vida que fluía ao redor, suspirou: “É muito descaso”.

O que matou Severino não foi a doença, que afinal nem era tão grave. Entendia-se bem com a pressão alta. Medicava-se diariamente. Na verdade, morreu de fome. Morreu de desconsideração.

O ministro Amir Lando (Previdência) não disse palavra. Em nota oficial, o INSS lamentou o infarto. A fila do posto de Padre Miguel continua humilhando diariamente cerca de 800 Severinos. São cadáveres esperando para acontecer.

★

Episódio dois envolve uma tribo de ancestrais. Na cerimônia inaugural de Caminha, foram retratados assim: “Pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas”.

Caminha encantou-se com a terra de Santa Cruz, “de muitos bons ares”. “Porém”, escreveu à coroa portuguesa, “o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar essa gente”.

A “gente” não parecia clamar por salvação. O próprio Caminha notou que, embora não comessem “sendo desse inhame que aqui há muito e desse semente e frutos que a terra e as árvores de si lancam”, eram “rígios e nédios”.

Escasseando o inhame e as frutas, os índios passaram a depender de governos. Triste sara. Com as aranhas, cobras e onças da mata bruta sabiam lidar. Na selva de Brasília, tornaram-se presas fáceis.

Obrigados a conviver com repartições como a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), os índios do município de Dourados (MS) assistem a um morticínio de suas crianças.

Deve-se ao repórter Hudson Corrêa a revelação de que, desde janeiro, a desnutrição ceifou a vida de 12 meninos índios em Dourados. A marca de 15 indiozinhos mortos pela fome em 2004 está na bica de ser batida.

Na terça-feira, em reunião administrativa, o ministro Hélio Costa (Saúde) disse que “uma morte é sempre preocupante e não pode ocorrer”, mas “as mortes” de Dourados “estão dentro do número que normalmente acontece”. Não caracterizam, disse ele, “mortandade maior do que nos anos anteriores”.

Deus está em toda parte. Mas tudo leva a crer que transferiu a pasta da Saúde ao diabo, que a sub-rougou ao ex-PT. Os indiozinhos não estão morrendo de fome. Morrem de descaso. Morrem de acidente.

★

Episódio três envolve a última novidade da política brasileira, um senhor que vem sendo reeleito ininterruptamente desde a chegada das caravelas de Cabral. Estava falando de Severino. Agora sim, o Cavalcanti.

Descobriu-se no último domingo que o deputado é portador da SIMA (Síndrome de Mombaca Adquirida). Ao celebrar a eleição para a presidência da Câmara num festança em João Alfredo (PE), sua terra natal, apenas seguiu as pegadas de Paes de Andrade.

Quem não se lembra? Em 1989, quando presidia a Câmara e, nessa condição, assumiu interinamente a Presidência da República, Andrade também rumou em caravana para a cidade de Mombaca (CE), seu berço.

A pequena João Alfredo saudou Severino com salvas de fogos. Saiu ao meio-fio, para vê-lo desfilar em carro aberto. Foi à beira do palanque para ouvi-lo falar. Só agora Severino cresceu em Brasília. Mas em João Alfredo ele é enorme há muito tempo.

Nunca discursou portando pelo rufar de tambores, Severino rememorou detalhes de seu convívio com os eleitores. Em 40 anos de vida pública, o deputado deve ter feito muitas coisas. Só lhe vieram à memória, porém, duas passagens.

Nunca ocasional, livrou um bebê do arruaceiro de encravadas com a polícia. Indenizou as despesas do bar que o infeliz acabara de destruir. Outra oportunidade, alcançado pelo telefone, valeu-se do prestígio do cargo para convencer um guarda a liberar um motorista infrator, que dirigia com a carteira vencida.

Ana Cavalcanti, filha de Severino, tentou conter-lhe os arroubos. Foi repreendida: “Ana, não me catuque”. Natural que o deputado não entendesse o desassossego da filha. Nela estava senão sendo o velho Severino de sempre, o Severino habitual.

Como se vê, o que envenena o Brasil é a normalidade que impregna o ar. Algo de profundamente anormal precisa acontecer para que o país seja salvo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

17-3-2005
quinta-feira

10:00 – Reunião da Mesa Diretora

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

11:30 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

12:00 – Governador Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas.

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PTB	RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PMDB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PFL	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PT	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	PSDB	SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PSOL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PMDB	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	PSOL	ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PMDB	Heloísa Helena
PARÁ		PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PFL	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PSB	Gilberto Miranda
SÃO PAULO		PFL	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante	PDT	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	PT	ACRE
PMDB	Hélio Costa	S/partido	Tião Viana
GOIÁS		PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	PDT	MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PMDB	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	PT	DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PFL	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PSDB	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PT	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim	PFL	TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PT	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PSB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	PT	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO		PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PTB	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PDT	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS

CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB -TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 170 PÁGINAS